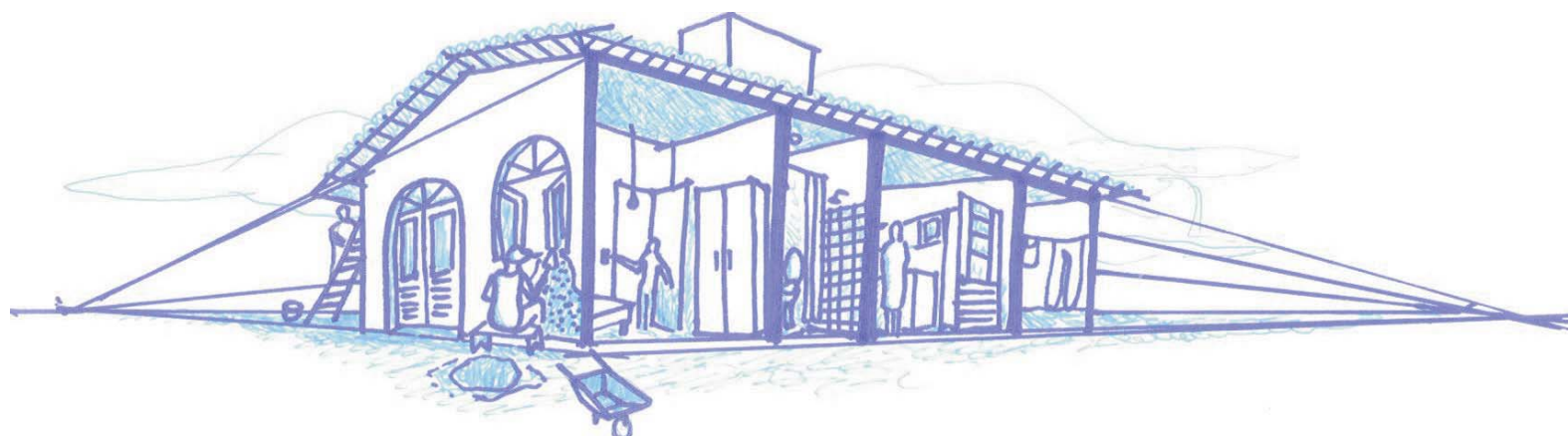




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

# CONCEPÇÃO E LINGUAGEM PROJETUAL DE HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS EM FLORIANÓPOLIS/SC - UM ESTUDO NA BARRA DO SAMBAQUI



Mestranda: Adriana Sales Cordeiro

Orientador: Prof. Dr. Wilson Jesus da Cunha Silveira

Linha de Pesquisa: Planejamento e Projeto de Arquitetura

Florianópolis, junho de 2005



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO TECNOLÓGICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO  
PROJETO E TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO



ADRIANA SALES CORDEIRO

**CONCEPÇÃO E LINGUAGEM PROJETUAL  
DE HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS EM FLORIANÓPOLIS/SC -  
UM ESTUDO NA BARRA DO SAMBAQUI**

Orientador: Prof. Dr. Wilson Jesus da Cunha Silveira  
Linha de Pesquisa: Planejamento e Projeto de Arquitetura

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e urbanismo.

Florianópolis, Junho de 2005

ADRIANA SALES CORDEIRO

CONCEPÇÃO E LINGUAGEM PROJETUAL DE HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS  
EM FLORIANÓPOLIS/SC - UM ESTUDO NA BARRA DO SAMBAQUI

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-  
Graduação em Arquitetura e Urbanismo para obtenção do título de  
*MESTRE EM ARQUITETURA E URBANISMO*

Florianópolis, Junho de 2005

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Sônia Afonso  
*COORDENADORA DO PROGRAMA*

---

Prof. Dr. Wilson Jesus da C. Silveira  
*UFSC, DEPTO. DE ARQUITETURA E URBANISMO - ORIENTADOR*

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Carolina Palermo Szücs  
*UFSC, DEPTO. DE ARQUITETURA E  
URBANISMO - PÓSARQ*

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Alicia Norma G. de Castells  
*UFSC, DEPTO. DE ANTROPOLOGIA SOCIAL*

---

Prof. Dr. Hugo Camilo Lucini  
*UFSC - PÓSARQ*

---

Prof. Msc. Marina Ester F. de Souza  
*UFSC, DEPTO. DE ARQUITETURA E  
URBANISMO*

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais pelo amor, carinho, apoio e confiança, indispensáveis em todos os momentos em que estiveram fisicamente ausentes;

A todos os moradores da Rua Izabel João Jacinto que se dispuseram a colaborar com este trabalho, através da boa vontade de abrir as portas de suas casas, deixando transparecer a estranhos seu modo de vida, hábitos e costumes; Sem sua cooperação este estudo não seria possível;

Ao Prof. Dr. Wilson Silveira não só pela orientação, como também pela amizade incondicional ao longo dos dois anos de trabalho conjunto, e aos demais membros da banca examinadora pelas críticas e sugestões;

Ao Grupo de Estudos da Habitação - GHab, por ter proporcionado a estrutura física, os equipamentos e excelente ambiente de trabalho para realização da pesquisa. Agradeço especialmente à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina Palermo Szücs pela co-orientação (mesmo que informal) e principalmente pelo aprendizado que me proporcionou durante o Estágio de Docência, o qual contribuiu significativamente para minha formação profissional;

À secretária do PósARQ, Ivonete Coutinho Seifert, pela atenção, presteza e amizade ao longo de todo o curso;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPAL, pelo apoio financeiro;

Às amigas que foram minha família em Florianópolis: Luciana Carvalho, Elisabeth Duarte e Claudia Madalosso pelo carinho e companheirismo desde o ingresso no mestrado, em 2003; Mariana Melo e Juliana Oliveira pela imensa amizade que se fortaleceu no último ano e pela ajuda na pesquisa de campo, além das leituras, comentários, críticas e discussões sobre a estrutura da dissertação na fase final;

Aos amigos que, de alguma forma, me ajudaram ao longo desse período: Jusara Petinne pelo apoio com o material sobre o estudo de caso; Thaís Krambeck e Josicler Orbem Alberton pela companhia diária no GHab; Luciana Decker, Carla Castello e Thaís Provenzano pela valiosa ajuda durante a pesquisa de campo; Anderson Gonçalves pelo tratamento digital das imagens do trabalho.



## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a relação entre forma de concepção, dimensionamento e articulação dos ambientes domésticos, bem como o desempenho funcional de habitações autoconstruídas. O estudo tem como foco uma comunidade instalada no bairro Barra do Sambaqui, no município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A pesquisa aborda, por meio do método do Estudo de Caso, a questão comportamental no tocante à concepção e linguagem projetual utilizada pelos autoconstrutores que compõem o grupo pesquisado. Através da utilização do método de Indicador de Funcionalidade da Habitação, buscou-se verificar o grau de funcionamento dessas construções. O estudo comparativo entre as habitações ocupadas por seus construtores originais e habitações ocupadas por moradores secundários, possibilitou identificar as relações de apropriação espacial e as diferentes formas de uso e funcionamento dessas edificações, relacionando o uso real com o uso pretendido em projeto.

Com base numa ampla revisão de literatura acerca das diversas questões que permeiam a análise do universo habitacional, foi realizada a pesquisa de campo exploratória. Os dados obtidos foram analisados sob três enfoques distintos, a fim de traçar o perfil comportamental dos moradores, identificar o padrão dimensional e a qualidade de funcionamento das habitações estudadas.

Pode-se concluir que o estudo do espaço autoconstruído constitui-se num campo de investigação científica bastante rico e pouco explorado pelos arquitetos que trabalham com a produção habitacional formal. O conhecimento acerca da vivência desses espaços possibilita melhor compreensão do modo de vida daqueles que habitam domicílios populares, fornecendo informações comportamentais que permitem traçar um perfil real dos usuários, o que pode vir a favorecer a elaboração de projetos mais condizentes com a realidade de uso e funcionamento das habitações pelas camadas populacionais de baixa renda.

**Palavras-Chave:** Linguagem projetual de habitações autoconstruídas, Funcionalidade da habitação, Métodos de pesquisa qualitativos.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the relation among conception form, sizing and joint of domestic environments, as well as the functional performance of self constructed housings. The study has as focus a community installed in the quarter of the Barra do Sambaqui, in the city of Florianópolis, State of Santa Catarina, Brazil.

The research approaches, by means of the method of the Study of Case, the mannering question in moving to the conception and the design language used by the self constructors that compose the searched group. Through the use of the method of Pointer of Functionality of the Habitation, one searched to verify the degree of functioning of these constructions. The comparative study enters the busy habitations for its original constructors and busy habitations for secondary inhabitants, made possible to identify to the relations of space appropriation and the different forms of use and functioning of these constructions, relating the real use with the use intended in project.

The research of field was carried through, based in an ample literature review concerning the questions related to the analysis of the domestic universe. The gotten data had been analyzed under three distinct approaches, in order to trace the mannering profile of the inhabitants, to identify to the dimensional standard and the quality of functioning of the studied habitations.

It could be concluded that the study of the self constructed space consists in a sufficiently rich field of scientific inquiry and little explored by the architects who works with the formal dwelling production. The knowledge concerning the experience of these spaces makes possible a better understanding in the life way of that they inhabit popular domiciles, supplying mannering information that allow to trace a real profile of the users, that brings a elaboration of adequate projects with the real use and functioning of the habitations for the population layers of low income.

**Key-Words:** Design language of self constructed habitations, Functionality of the habitation, Qualitative methods of research.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 2.1	Etapas de implementação metodológica de uma PP.....	26
ILUSTRAÇÃO 2.2	Esquema da APO.....	28
ILUSTRAÇÃO 2.3	Características e modo de avaliação dos quesitos de quantidade e qualidade.....	30
ILUSTRAÇÃO 2.4	Relação dos quesitos de quantidade e qualidade para cada compartimento da habitação de interesse social.....	32
ILUSTRAÇÃO 2.5	Gráfico do indicador de funcionalidade do compartimento.....	34
ILUSTRAÇÃO 2.6	Gráfico do indicador de funcionalidade do quarto de casal.....	36
ILUSTRAÇÃO 2.7	Gráfico de funcionalidade da habitação com IFH 105.....	37
ILUSTRAÇÃO 2.8	Fluxograma metodológico de desenvolvimento da pesquisa.....	41
ILUSTRAÇÃO 3.1	Exemplares de habitações do nordeste e do sul do Brasil, evidenciando a disposição da cozinha de acordo com as diferenças culturais de cada uma das regiões.....	45
ILUSTRAÇÃO 3.2	Quadro geral do referencial teórico e sua relação com as etapas de pesquisa.....	62
ILUSTRAÇÃO 4.1	Localização da região sul no contexto do Brasil, com destaque para Florianópolis.....	64
ILUSTRAÇÃO 4.2	Região Metropolitana da Cidade de Florianópolis.....	67
ILUSTRAÇÃO 4.3	Ocupação de morros: desmatamento da cobertura vegetal em áreas de preservação.....	68
ILUSTRAÇÃO 4.4	Quadro dos projetos habitacionais executados pela PMF no período de 1989 - 2002.....	73
ILUSTRAÇÃO 4.5	Vista geral da implantação do conjunto Vila Cachoeira.....	74
ILUSTRAÇÃO 4.6	Tipologia habitacional da Vila União - casa térrea geminada duas a duas.....	74
ILUSTRAÇÃO 4.7	Casas geminadas em fita - Vila Cachoeira.....	74
ILUSTRAÇÃO 4.8	Vista geral da implantação do condomínio Vilares.....	74
ILUSTRAÇÃO 4.9	Casas geminadas duas a duas - condomínio Vilares.....	74
ILUSTRAÇÃO 5.1	Localização do Bairro no contexto da Cidade de Florianópolis.....	77
ILUSTRAÇÃO 5.2	Distrito de Santo Antônio de Lisboa, com destaque para a localização da RIJJ.....	78
ILUSTRAÇÃO 5.3	Localização e acessos da Rua Izabel J. Jacinto no contexto da Barra do Sambaqui.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.4	Campo de futebol: limite entre a rua Izabel J. Jacinto e o manguezal de Ratores.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.5	Visão geral da rua Izabel J. Jacinto.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.6	Visão da rua Izabel J. Jacinto no sentido: manguezal/rua Flordovina Ventura.....	80

ILUSTRAÇÃO 5.7	Exemplos de tipologias habitacionais da área de estudo.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.8	Visão do loteamento no sentido: rua Flordovina Ventura/manguezal.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.9	Visão do loteamento a partir da rua Flordovina Ventura.....	80
ILUSTRAÇÃO 5.10	Ortofoto da área de estudo no início de sua ocupação, em 1994.....	81
ILUSTRAÇÃO 5.11	Ortofoto da área de estudo indicando a evolução de sua ocupação, em 2000.....	82
ILUSTRAÇÃO 5.12	Praia do Sambaqui.....	83
ILUSTRAÇÃO 5.13	Relação cronológica de acontecimentos históricos do Distrito de Santo Antônio.....	84
ILUSTRAÇÃO 5.14	Rio Veríssimo, localizado no manguezal de Ratoes.....	86
ILUSTRAÇÃO 5.15	Canal que recebe os efluentes domésticos do loteamento RIJJ.....	86
ILUSTRAÇÃO 5.16	Configuração urbana da RIJJ: ausência de meio-fio e calçadas.....	87
ILUSTRAÇÃO 5.17	Localização das unidades analisadas no contexto do loteamento.....	93
ILUSTRAÇÃO 6.1	Localização da moradia “Cláudia” no contexto do loteamento.....	100
ILUSTRAÇÃO 6.2	Planta de locação - moradia “Cláudia”.....	101
ILUSTRAÇÃO 6.3	Fachada moradia “Cláudia”.....	101
ILUSTRAÇÃO 6.4	Planta de zoneamento de usos - moradia “Cláudia”.....	102
ILUSTRAÇÃO 6.5	Localização da moradia “Joãozinho” no contexto do loteamento.....	104
ILUSTRAÇÃO 6.6	Planta de locação - moradia “Joãozinho”.....	105
ILUSTRAÇÃO 6.7	Fachada moradia “Joãozinho”.....	105
ILUSTRAÇÃO 6.8	Planta de zoneamento de usos - moradia “Joãozinho”.....	106
ILUSTRAÇÃO 6.9	Localização da moradia “Margarete” no contexto do loteamento.....	107
ILUSTRAÇÃO 6.10	Planta de locação - moradia “Margarete”.....	108
ILUSTRAÇÃO 6.11	Fachada moradia “Margarete”.....	108
ILUSTRAÇÃO 6.12	Planta de zoneamento de usos - moradia “Margarete”.....	109
ILUSTRAÇÃO 6.13	Localização da moradia “Giovana” no contexto do loteamento.....	111
ILUSTRAÇÃO 6.14	Planta de locação - moradia “Giovana”.....	112
ILUSTRAÇÃO 6.15	Fachada moradia “Giovana”.....	112
ILUSTRAÇÃO 6.16	Planta de zoneamento de usos - moradia “Giovana”.....	112
ILUSTRAÇÃO 6.17	Localização da moradia “Ana Cláudia” no contexto do loteamento.....	115
ILUSTRAÇÃO 6.18	Planta de locação - moradia “Ana Cláudia”.....	116
ILUSTRAÇÃO 6.19	Fachada moradia “Ana Cláudia”.....	116
ILUSTRAÇÃO 6.20	Planta de zoneamento de usos - moradia “Ana Cláudia”.....	117
ILUSTRAÇÃO 6.21	Localização da moradia “Salete” no contexto do loteamento.....	119
ILUSTRAÇÃO 6.22	Planta de locação - moradia “Salete”.....	120

ILUSTRAÇÃO 6.23	Fachada moradia “Salete” .....	1 20
ILUSTRAÇÃO 6.24	Planta de zoneamento de usos - moradia “Salete” .....	1 2 1
ILUSTRAÇÃO 6.25	Localização da moradia “Carmem” no contexto do loteamento.....	1 2 2
ILUSTRAÇÃO 6.26	Planta de locação - moradia “Carmem” .....	1 2 3
ILUSTRAÇÃO 6.27	Fachada moradia “Carmem” .....	1 2 3
ILUSTRAÇÃO 6.28	Planta de zoneamento de usos - moradia “Carmem” .....	1 2 4
ILUSTRAÇÃO 6.29	Planilha de compilação das entrevistas com moradores autoconstrutores.....	1 2 6
ILUSTRAÇÃO 6.30	Planilha de compilação das entrevistas com moradores secundários....	1 2 7
ILUSTRAÇÃO 6.31	Arranjo do mobiliário da moradia “Cláudia” em planta e fotos da cozinha.....	1 3 3
ILUSTRAÇÃO 6.32	Sugestão de rearranjo de mobiliário para o quarto 3 da moradia “Cláudia” .....	1 3 3
ILUSTRAÇÃO 6.33	Arranjo do mobiliário da moradia “Joãozinho” em planta e fotos da cozinha.....	1 3 4
ILUSTRAÇÃO 6.34	Sugestão de rearranjo de mobiliário para o quarto 1 da moradia “Joãozinho” .....	1 3 4
ILUSTRAÇÃO 6.35	Arranjo do mobiliário da moradia “Margarete” em planta.....	1 3 5
ILUSTRAÇÃO 6.36	Arranjo do mobiliário da moradia “Giovana” em planta e fotos da sala de estar, cozinha e área de serviço.....	1 3 6
ILUSTRAÇÃO 6.37	Arranjo do mobiliário da moradia “Ana Cláudia” em planta e fotos do banheiro, quarto 2, cozinha e sala de estar.....	1 3 7
ILUSTRAÇÃO 6.38	Arranjo do mobiliário da moradia “Salete” em planta e fotos da sala de estar, zona de articulação dos cômodos e cozinha.....	1 3 8
ILUSTRAÇÃO 6.39	Sugestão de rearranjo de mobiliário para a cozinha da moradia “Salete” .....	1 3 9
ILUSTRAÇÃO 6.40	Arranjo do mobiliário da moradia “Carmem” em planta e fotos dos quartos 2 e 3.....	1 4 0
ILUSTRAÇÃO 6.41	Sugestão de rearranjo de mobiliário para os quartos 2 e 3 da moradia “Carmem” .....	1 4 0
ILUSTRAÇÃO 6.42	Gráfico do IFH da moradia “Cláudia” .....	1 4 2
ILUSTRAÇÃO 6.43	Gráfico do IFH da moradia “Joãozinho” .....	1 4 3
ILUSTRAÇÃO 6.44	Gráfico do IFH da moradia “Margarete” .....	1 4 4
ILUSTRAÇÃO 6.45	Gráfico do IFH da moradia “Giovana” .....	1 4 5
ILUSTRAÇÃO 6.46	Gráfico do IFH da moradia “Ana Cláudia” .....	1 4 6
ILUSTRAÇÃO 6.47	Gráfico do IFH da moradia “Salete” .....	1 4 7
ILUSTRAÇÃO 6.48	Gráfico do IFH da moradia “Carmem” .....	1 4 8

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 2.1</b>	Equivalência entre conceito e indicador.....	<b>33</b>
<b>TABELA 2.2</b>	Equivalência entre coeficiente, conceito e indicador.....	<b>33</b>
<b>TABELA 2.3</b>	Intervalos de desempenho da funcionalidade nos compartimentos.....	<b>35</b>
<b>TABELA 2.4</b>	Funcionalidade da Habitação IFH 105.....	<b>36</b>
<b>TABELA 4.1</b>	Dados de superfície e de edificações de Florianópolis.....	<b>66</b>
<b>TABELA 4.2</b>	População residente em áreas de risco ou de proteção ambiental em Florianópolis.....	<b>68</b>
<b>TABELA 4.3</b>	População moradora por tipo de domicílio em Florianópolis.....	<b>69</b>
<b>TABELA 5.1</b>	População Residente na Barra do Sambaqui.....	<b>88</b>
<b>TABELA 5.2</b>	Naturalidade dos Moradores da Área Pesquisada.....	<b>89</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>AER</b>	- Áreas de Exploração Rural
<b>APL</b>	- Áreas de Preservação com Uso Limitado
<b>APO</b>	- Avaliação Pós-Ocupação
<b>APP</b>	- Áreas de Preservação Permanente
<b>ARP 0</b>	- Áreas Residenciais Predominantes Zero
<b>BID</b>	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CASAN</b>	- Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
<b>CELESC</b>	- Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A
<b>CIB</b>	- Conseil Internationale du Bâtiment (Conselho Internacional da Indústria da Construção)
<b>COHAB/ SC</b>	- Companhia Habitacional de Santa Catarina
<b>COMCAP</b>	- Companhia de Melhoramento da Capital
<b>EC</b>	- Estudo de Caso
<b>ESECC</b>	- Estação Ecológica de Carijós
<b>FMIS</b>	- Fundo Municipal de Integração Social
<b>GHAB</b>	- Grupo de Estudos da Habitação
<b>HIS</b>	- Habitação de Interesse Social
<b>IFC</b>	- Indicador de Funcionalidade do Compartimento
<b>IFH</b>	- Indicador de Funcionalidade da Habitação
<b>IFQ</b>	- Indicador de Funcionalidade do Quesito
<b>IPT</b>	- Instituto de Pesquisas Tecnológicas
<b>IPTU</b>	- Imposto Predial Territorial Urbano
<b>IPUF</b>	- Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
<b>PMF</b>	- Prefeitura Municipal de Florianópolis
<b>PNAD</b>	- Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
<b>PP</b>	- Pesquisa Participante
<b>RIJJ</b>	- Rua Izabel João Jacinto
<b>TICEN</b>	- Terminal Integrado do Centro
<b>TISAN</b>	- Terminal Integrado de Santo Antônio
<b>UFSC</b>	- Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA.....	16
1.2 MOTIVAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO APRESENTADO.....	18
1.3 OBJETIVOS.....	21
1.3.1 OBJETIVO GERAL.....	21
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
1.4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	22
1.4.1 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	22
1.4.2 ETAPAS DE PESQUISA.....	22
1.5 RECORTES DA PESQUISA E LIMITAÇÕES DO TRABALHO.....	23
1.6 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	24
<b>CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....</b>	<b>25</b>
2.1 A UTILIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO EM PESQUISAS SOCIAIS.....	25
2.2 AVALIAÇÃO PÓS-Ocupação como método de investigação comportamental.....	27
2.3 O INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DA HABITAÇÃO E SUA APLICABILIDADE.....	29
2.3.1 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO.....	35
2.4 TÉCNICAS DE PESQUISA.....	37
2.4.1 A OBSERVAÇÃO.....	38
2.4.2 A ENTREVISTA.....	39
2.5 ETAPAS DE PESQUISA.....	40
<b>CAPÍTULO 3 – REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>42</b>
3.1 O SIGNIFICADO ANTROPOLÓGICO DO ESPAÇO DOMÉSTICO.....	42
3.2 FENOMENOLOGIA EM ARQUITETURA.....	46
3.3 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO HABITACIONAL.....	48
3.4 ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO AO MODO DE VIDA DOS USUÁRIOS.....	50
3.5 O MOBILIÁRIO POPULAR E SUA ADEQUAÇÃO AO ESPAÇO DOMÉSTICO....	53
3.6 PRINCÍPIOS ANTROPOMÉTRICOS PARA O PROJETO HABITACIONAL.....	57
3.7 A AUTOCONSTRUÇÃO ENQUANTO SOLUÇÃO PARA O DÉFICIT HABITACIONAL.....	58



<b>CAPÍTULO 4 – O CONTEXTO HABITACIONAL DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>63</b>
4.1 BREVE HISTÓRICO.....	63
4.2 O CONTEXTO METROPOLITANO.....	66
4.3 A POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO.....	69
4.3.1 A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO.....	71
<b>CAPÍTULO 5 – ESTUDO DE CASO: BARRA DO SAMBAQUI.....</b>	<b>76</b>
5.1 ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO.....	77
5.2 DESCRIÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL.....	78
5.3 CARACTERIZAÇÃO DA BARRA DO SAMBAQUI.....	83
5.3.1 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS.....	83
5.3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS.....	85
5.3.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	86
5.3.4 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO.....	88
5.3.5 INFRA-ESTRUTURA URBANA.....	89
5.4 TRABALHO DE CAMPO.....	92
5.4.1 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA.....	92
5.4.2 DEFINIÇÃO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA E PRÉ-TESTE.....	94
5.4.3 ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA FINAL.....	95
5.4.4 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	95
5.4.5 LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DAS UNIDADES ANALISADAS.....	96
5.4.6 LEVANTAMENTOS DE DADOS PARA DETERMINAÇÃO DOS INDICADORES DE FUNCIONALIDADE.....	96
<b>CAPÍTULO 6 –RESULTADOS.....</b>	<b>98</b>
6.1 ANÁLISE COMPORTAMENTAL.....	99
6.1.1 DESCRIÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS.....	99
6.1.1.1 MORADIA “CLÁUDIA” – A TERRITORIALIDADE ENTRE IRMÃOS.....	100
6.1.1.2 MORADIA “JOÃOZINHO” – SOLIDÃO PROTEGIDA.....	103
6.1.1.3 MORADIA “MARGARETE” – A CASA FEMININA.....	107
6.1.1.4 MORADIA “GIOVANA” – O PALÁCIO.....	110
6.1.1.5 MORADIA “ANA CLÁUDIA” – A EXPRESSÃO DO NÃO LUGAR.....	114
6.1.1.6 MORADIA “SALETE” – O SONHO REALIZADO.....	118
6.1.1.7 MORADIA “CARMEM” – A PLENITUDE DA SATISFAÇÃO.....	122
6.1.2 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES ENVOLVIDOS.....	125
6.1.2.1 PERFIL DOS MORADORES AUTOCONSTRUTORES.....	128

6.1.2.2	PERFIL DOS MORADORES SECUNDÁRIOS.....	128
6.1.2.3	RELAÇÃO ENTRE MORADOR E EDIFICAÇÃO.....	129
6.2	ANÁLISE DIMENSIONAL.....	131
6.3	ANÁLISE FUNCIONAL.....	141
6.3.1	DETERMINAÇÃO DOS INDICADORES DE FUNCIONALIDADE.....	142
<b>CAPÍTULO 7 - CONCLUSÕES.....</b>		<b>150</b>
7.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	155
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>156</b>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.....		161
<b>APÊNDICE.....</b>		<b>163</b>
APÊNDICE A - CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA PARTICIPANTE.....		163
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....		165
APÊNDICE C - QUADROS DE ATIVIDADES, INVENTÁRIO DE MOBILIÁRIO E ARRANJO FÍSICO DOS EQUIPAMENTOS.....		167
APÊNDICE D - PLANILHA DOS INDICADORES DE FUNCIONALIDADE.....		170
<b>ANEXO.....</b>		<b>171</b>
ANEXO A - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO MÉTODO DO INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DA HABITAÇÃO.....		171

## **CAPÍTULO 1**

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho de investigação científica é de cunho social, baseado na questão comportamental, e consiste num estudo de caso de um loteamento popular clandestino, situado no bairro Barra do Sambaqui, na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. O estudo busca analisar a relação entre a forma de concepção, dimensionamento, articulação e desempenho funcional dos cômodos em domicílios populares autoconstruídos, visto que a mesma reflete diretamente na qualidade de vida de seus moradores.

Através de uma pesquisa de campo de caráter exploratório, buscou-se investigar o modo como a população de baixa renda concebe espacialmente sua moradia, bem como as formas de apropriação e transformação das edificações pelos usuários. Buscou-se detectar também as reais condições de conforto ergonômico desse tipo de habitação, na tentativa de identificar soluções “projetuais” de qualidade no tocante ao atendimento das necessidades espaciais dos usuários, as quais possam ser incorporadas ao projeto arquitetônico voltado para a produção oficial da habitação de interesse social (HIS).

Nesse contexto, a utilização do método do Estudo de Caso, em associação com técnicas inerentes ao método de Avaliação Pós-Ocupação - APO<sup>1</sup> possibilitou não só o conhecimento dos problemas de ordem física da habitação, mas também a experiência de vivenciar socialmente esses espaços.

Segundo Bins Ely (1997) os métodos existentes para a avaliação de objetos arquitetônicos são baseados em técnicas comportamentais (referentes à observação do comportamento dos usuários) e em técnicas de declaração ou revelação de preferências, as quais consideram a opinião dos usuários. No entanto, em pesquisas que visam determinar qualidades do ambiente referentes ao dimensionamento das peças<sup>2</sup> e sua funcionalidade, o emprego destas técnicas, exclusivamente, impossibilita a obtenção de dados objetivos, visto que os resultados quase sempre são de caráter

<sup>1</sup> Entende-se Avaliação Pós-Ocupação (APO) como o estudo das relações dos moradores com a edificação, desenvolvido num determinado espaço de tempo, com início e fim demarcados.

<sup>2</sup> No decorrer deste documento o termo “peça” será referente aos diversos cômodos que compõem a habitação, de acordo com Reis; Lay, 2002.

qualitativo. Nesse sentido, se faz necessária a utilização de métodos que possibilitem a quantificação desses dados, visto que a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa são complementares.

Para determinar os níveis de qualidade física e de funcionamento dos cômodos e das habitações em estudo como um todo, em função de diferentes variáveis do ambiente construído, foi utilizado o método desenvolvido por Leite (2003), denominado de Indicador de Funcionalidade da Habitação. O modelo teórico deste método pressupõe que o indicador de funcionalidade é determinado a partir do estabelecimento de critérios quantitativos e qualitativos. Assim, a funcionalidade dos ambientes é determinada através da união da variável de quantidade de mobiliário e equipamentos com a variável de qualidade do arranjo físico ou disposição destes (LEITE, 2003).

No decorrer deste capítulo serão apresentados, de maneira sucinta, as conceituações da temática abordada e os objetivos do trabalho, bem como a metodologia de pesquisa adotada para sua realização.

### 1.1 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

A habitação, enquanto objeto edificado, surgiu para abrigar o homem das manifestações climáticas (sol, chuva, ventos, nevascas, etc.) e dos eventuais ataques de animais. Mais tarde passou a ser local de permanência e teve que ser adaptada para dar condições de renovação da força de trabalho do homem, através do repouso físico e mental diário. Neste momento, a casa também passou a refletir as tradições culturais, hábitos e práticas de seus usuários, traduzidas pelo cotidiano doméstico vivenciado em seu interior, deixando de ser apenas um universo prático para atuar também como universo simbólico. Segundo Lemos (1989):

Tais atuações domésticas, que costumamos dizer ligadas aos hábitos e práticas de uma sociedade, devem se desenvolver em circunstâncias ideais e a qualidade do desempenho evidentemente está condicionada às condições oferecidas pela construção (LEMOS, 1989: 09).

A realidade da habitação popular brasileira não atende satisfatoriamente às funções básicas mencionadas anteriormente. Sabe-se que a maioria dos moradores de favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e demais assentamentos subnormais habitam precariamente em casebres cujas dimensões comprometem a vida familiar. A falta de trabalho ou a renda insuficiente para sustentar a

família, aliados a uma jornada de trabalho exaustiva, sem o conforto habitacional adequado que possibilite ao trabalhador descansar o corpo, também afetam a todos os usuários da residência, provocando atritos e discussões familiares (CORDEIRO, 2002).

Morar é uma necessidade básica do ser humano e condição indispensável à (re) produção de sua força de trabalho. Habitar em condições precárias implica na redução do desempenho do trabalhador, pois é no interior da habitação onde o homem repõe suas energias através do repouso, das refeições e de sua higiene pessoal (ROBALINHO, 1980). Morar mal também implica no aparecimento de problemas de cunho sócio-econômico, tal como o aumento da violência urbana, visto que o crescimento excludente das cidades brasileiras priva parcela significativa da população de ter acesso aos serviços de infra-estrutura urbana básicos<sup>3</sup> (de boa qualidade) que lhes garantam viver com o mínimo de dignidade.

O panorama apresentado acima caracteriza os chamados bolsões de pobreza urbanos, cada vez mais presentes nas cidades brasileiras. Maricato (2000) afirma que “nossas cidades crescem produzindo em seu interior verdadeiras bombas sociológicas, depósito de multidões abandonadas, sem quaisquer direitos legais”. Nesse contexto, a falta de moradia constitui-se como um dos principais problemas urbanos enfrentados na atualidade pelas cidades brasileiras. De acordo com a Fundação IBGE, em cem anos (1900 - 2000) a população urbana do Brasil passou de 15.941.181 habitantes para 137.755.550 habitantes; conseqüentemente, aumentaram também as desigualdades sócio-econômicas em nossas cidades (OLIVEIRA, 2001).

O déficit habitacional também guarda relação com a precariedade física da habitação. De acordo com um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, cerca de 12 milhões de brasileiros vivem em habitações impróprias<sup>4</sup>, sejam elas barracos improvisados em plástico, unidades habitacionais superlotadas ou edificações antigas mal conservadas (FJP, 2001).

Impossibilitadas de se inserir no mercado imobiliário formal, famílias inteiras de trabalhadores sem qualificação e mal remunerados são obrigadas a ocuparem áreas inadequadas e de risco, tais como terrenos alagáveis e encostas dos morros, como única alternativa de inserção nas cidades. Desse modo, torna-se patente o aumento do número de domicílios irregulares caracterizados pela concentração de população de baixa renda, carência de infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento, e por condições precárias de habitabilidade e salubridade (SILVEIRA, 2000).

<sup>3</sup> A Lei federal nº 6.766/ 1979 considera como infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

<sup>4</sup> O termo Impróprio, utilizado pela FJP, neste caso tem sentido de inadequado (FERREIRA, 1993).

Anualmente, o aumento do número de domicílios urbanos que surgem no país tem sido da ordem de 1.200.000 unidades, sendo um terço desse valor (360 mil unidades) correspondente a domicílios que surgem em diversas modalidades de assentamentos inadequados ou subnormais, cuja existência já não pode mais ser ignorada pelo poder público e pela sociedade civil como um todo. Isso corresponde ao surgimento, a cada ano, de uma cidade irregular aproximadamente do tamanho da cidade de Recife (BRASIL, 2001).

É cada vez maior o número de famílias em média de cinco pessoas por domicílio<sup>5</sup> convivendo em espaços reduzidos, que impõem a superposição de atividades num mesmo ambiente. Essa situação é reflexo do alto índice de exclusão sócio-territorial que impera nas cidades de médio e grande porte, caracterizado pelo adensamento populacional decorrente dos movimentos migratórios, oriundos não só do campo como também de pequenas e médias cidades do interior em direção às capitais (LUCINI, 2003).

O contexto apresentado, comum a muitas cidades do Brasil, tem impulsionado a produção de inúmeras pesquisas relacionadas à questão habitacional nos mais diversos âmbitos, dentre eles as políticas e programas voltados para a HIS e a prática da autoconstrução desenvolvida pelas populações de baixa renda (CRUZ; ORNSTEIN, 1995). No entanto, um aspecto que ainda é pouco privilegiado no âmbito acadêmico é o estudo dos aspectos funcionais da habitação popular, sobretudo os que se referem à área útil disponível para cada morador, às áreas de circulação e ao desenvolvimento das atividades domésticas sem sobreposições (LEMOS, 1989).

## 1.2 MOTIVAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO APRESENTADO

O presente trabalho de investigação científica teve início a partir do seguinte questionamento:

**“Como a população à margem do mercado formal de trabalho, e portanto sem acesso a programas de financiamento da casa própria, resolve seu abrigo e como esta resolução se dá, sob o ponto de vista do desempenho funcional?”**

A autoconstrução é a principal forma de suprimento do déficit habitacional pela população de baixa renda, visto que através dela o morador economiza o pagamento de mão-de-obra e constrói

---

<sup>5</sup> Em Florianópolis, o número de moradores por domicílio é de 3,23 (Fundação IBGE, 2000).

sua habitação de acordo com as necessidades espaciais (e sobretudo financeiras) de sua família (MARICATO, 1979; BONDUKI, 1986; SILVEIRA, 2000). É importante destacar que em loteamentos populares também é muito comum a produção habitacional através do processo de autogestão, no qual o morador age como empreiteiro, contratando a mão-de-obra, sem perder o controle sobre o planejamento e construção da edificação.

Neste trabalho, considera-se o processo de autogestão semelhante à autoconstrução, visto que o objetivo principal é identificar as formas de concepção espacial da moradia pelo morador usuário, independentemente do fato dele ter construído ou ter pagado alguém para construir esse espaço, de acordo com suas necessidades (financeiras, espaciais, estéticas).

Apesar da morosidade do processo, visto que não há capital financeiro suficiente para custear toda a obra de uma só vez, e do desgaste físico de toda a família autoconstrutora, o morador se apropria da habitação mais facilmente, devido ao fato dele mesmo ser o responsável pela concepção e construção (MARICATO, 1979). Essa relação de apropriação espacial implica diretamente no grau de satisfação do usuário para com a sua moradia, de forma que os espaços autoconstruídos muitas vezes se adequam melhor às necessidades culturais da família do que as habitações promovidas pelo poder público (SOUZA, 1999).

Assim, o estudo do espaço habitacional espontâneo permite compreender como a população de baixa renda se relaciona com a casa e qual o significado que ela atribui aos espaços, mesmo que a solução por ela utilizada seja improvável ou até mesmo inviável, do ponto de vista técnico. O conhecimento dessas questões por parte dos projetistas que trabalham com a produção da habitação de interesse social pode auxiliá-los na elaboração de projetos mais condizentes com a realidade dessa população, de modo que os aspectos positivos da autoconstrução, quando existentes, possam ser integrados à produção habitacional formal, melhorando consideravelmente a qualidade de uso e funcionamento dessas edificações. De acordo com Folz (2003):

Para projetar adequadamente uma habitação para a população de baixa renda é necessário conhecer o modo de vida dessa população. Não basta dividir os cômodos com metragens mínimas, achar uma densidade-limite e considerar resolvido o interior dessa moradia. No entanto, não é fácil observar o conjunto de exigências, uma vez que o comportamento e as atitudes das famílias apresentam um caráter unitário e dependente do contexto no qual elas vivem (FOLZ, 2003: 76).

Nesse sentido, o estudo desse tipo específico de habitação implica também num estudo comportamental acerca de seus agentes promotores e usuários, baseado em seus valores culturais, costumes, elementos simbólicos e necessidades espaciais (SOUZA, 1999). Para Oliven (1980):

A sociedade brasileira é um campo rico para pesquisas antropológicas em cidades. É de se supor que numa sociedade com um modelo de desenvolvimento que tende a gerar profundas diferenças sociais isto se reflita nas nossas cidades, e que os grupos envolvidos neste processo tendam a desenvolver estratégias de sobrevivência e sistemas de representação que necessitem ser estudados com o rigor que o método antropológico possibilita. Enquanto as classes altas das cidades brasileiras se identificam mais prontamente com os valores e costumes dominantes, as classes baixas desenvolvem mecanismos adaptativos que lhes permitem lidar com as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo manter sua identidade. (OLIVEN, 1980 apud SOUZA, 1999: 04).

Os aspectos de dimensionamento dos espaços habitacionais têm importância fundamental para o uso e funcionamento adequados dos cômodos, visto que situações extremas de excesso de área ou subdimensionamento podem representar perdas do ponto de vista funcional, ergonômico e financeiro para seus usuários (REIS; LAY, 2002). Desta forma, os estudos do arranjo espacial da habitação popular autoconstruída e da vivência no seu interior passam a ser tão importantes quanto os demais anteriormente citados, visto que a qualidade física da habitação influi diretamente na qualidade de vida de seus ocupantes.

No Brasil, nos últimos vinte anos, têm sido desenvolvidos estudos acerca da satisfação de usuários com relação a diversas edificações colocadas em uso no espaço urbano. Tais estudos buscam o desenvolvimento de avaliações sistemáticas do desempenho das edificações em questão, a fim de possibilitar a melhoria das relações humanas em seu interior, através do método de pesquisa denominado Avaliação Pós-Ocupação (ORNSTEIN, 1992).

No caso de uma pesquisa sobre a qualidade funcional de espaços habitacionais, torna-se imprescindível também a análise ergonômica dos ambientes. A ergonomia analisa as interações entre o homem e os outros elementos de um dado sistema, visando melhorá-los quanto a respostas motoras, conforto, fadiga, esforço e bem-estar (LOPES FILHO; SILVA, 2003). O levantamento dos aspectos ergonômicos das habitações autoconstruídas, aliado a uma investigação profunda sobre o modo de vida e apropriação espacial dos usuários, pode revelar o grau de interação do homem com o seu ambiente físico de repouso, lazer e trabalho doméstico.

Assim, faz-se necessária a realização de estudos que possibilitem a concepção de layouts mais satisfatórios, em termos de dimensionamento dos ambientes, e que permitam um grau maior de flexibilidade da HIS. Acredita-se que desta forma seja possível o provimento habitacional de boa qualidade para parcelas de população de baixa renda, desmistificando a premissa de que edificações arquitetonicamente bem planejadas são privilégio de classes sociais detentoras de médio e alto poder aquisitivo.



### **1.3 OBJETIVOS**

Os objetivos que se buscaram alcançar com este trabalho foram classificados em duas categorias, definidas em função do seu grau de importância e explicitadas a seguir.

#### **1.3.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender o modo de concepção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda, em termos de dimensionamento e articulação dos espaços internos da edificação.

#### **1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Identificar:

- A(s) forma(s) de distribuição e áreas úteis dos cômodos em habitações autoconstruídas no bairro Barra do Sambaqui, na cidade de Florianópolis/ SC;
- Os fatores que determinaram ou influenciaram seu dimensionamento;
- O desempenho funcional dessas habitações construídas sem acompanhamento técnico;
- A articulação entre os cômodos e o desenvolvimento das atividades domésticas com e sem sobreposições;
- As mudanças de uso, forma, quantidade e articulação do espaço habitacional ao longo do tempo, relacionando-as ao grau de desempenho;
- As formas de apropriação do espaço habitacional pelos usuários, sejam os construtores originais ou os usuários secundários, identificando suas peculiaridades;
- A qualidade de funcionamento dos cômodos individualmente e das habitações como um todo.

## 1.4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos estabelecidos, adotou-se como metodologia de trabalho os métodos de Estudo de Caso e Indicador de Funcionalidade da Habitação, associados a técnicas de pesquisa pertinentes ao método de Avaliação Pós-Ocupação. Esse assunto será abordado com mais ênfase no capítulo 2, no qual serão explicitados todos os conceitos e procedimentos de pesquisa utilizados. Sucintamente, seguem abaixo as respectivas técnicas e etapas de realização da presente pesquisa.

### 1.4.1 TÉCNICAS DE PESQUISA

- Levantamento bibliográfico e documental;
- Levantamento arquitetônico das habitações, com produção de material iconográfico;
- Realização de entrevistas semi-estruturadas com os usuários-chave - moradores autoconstrutores e moradores secundários (não-originais);
- Observação dos hábitos de uso das edificações pelos usuários;
- Descrições físicas das habitações e das relações sociais a elas inerentes;
- Atribuição de graus de funcionalidade aos cômodos e às habitações.

### 1.4.2 ETAPAS DE PESQUISA

- Revisão de literatura;
- Delimitação e conceituação metodológica da pesquisa;
- Caracterização da problemática habitacional e definição da área de estudo;
- Revisão dos trabalhos técnicos produzidos por diferentes instituições e órgãos públicos sobre a Barra do Sambaqui;
- Determinação da amostra;
- Definição da entrevista estruturada e realização do pré-teste;
- Realização das entrevistas;

- Levantamentos arquitetônicos das edificações;
- Análise dos dados obtidos;
- Atribuição dos graus de funcionalidade;
- Conclusões.

### 1.5 RECORTES DA PESQUISA E LIMITAÇÕES DO TRABALHO

O presente estudo limita-se a analisar em profundidade sete habitações pré-selecionadas, localizadas num loteamento clandestino da Barra do Sambaqui, em Florianópolis, com o objetivo de conhecer o modo de concepção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda apenas em termos de dimensionamento e articulação dos cômodos. Nesse contexto, os aspectos pertinentes ao conforto ambiental e materiais construtivos não foram abordados em profundidade.

Por se tratar de um estudo comportamental, envolvendo aspectos de intimidade e privacidade da comunidade pesquisada, a mestrandia enfrentou dificuldades para conseguir se inserir e realizar os levantamentos necessários. Por conta disso, a pesquisa de campo demandou mais tempo do que o esperado para ser concluída, e apresentou dificuldades que até então não tinham sido previstas, tais como:

- Dificuldade de inserção na comunidade em função da desconfiança dos moradores acerca do possível envolvimento da prefeitura municipal da cidade no estudo;
- Ausência de lideranças comunitárias que pudessem introduzir o grupo de pesquisa junto aos moradores;
- Inexperiência da pesquisadora com relação à aplicação dos métodos de investigação;
- Substituição das unidades pré-selecionadas que não concordaram em participar do estudo no momento das entrevistas e, principalmente, a observação do cotidiano do grupo pesquisado com mais ênfase.

Após a listagem de todas as unidades do loteamento que se enquadravam nos quesitos de análise do estudo e da reformulação da abordagem de campo (com a presença de uma ex-integrante da associação dos moradores), foi possível contornar os entraves descritos acima, de forma que sua

ocorrência não inviabilizou a coleta de dados e por consequência, os resultados alcançados pela presente pesquisa.

No entanto, não foi possível aprofundar intensamente as questões pertinentes à investigação comportamental, de forma que os resultados provenientes desse foco de análise ficaram restritos às informações fornecidas pelos moradores entrevistados e pelas observações realizadas durante as visitas de levantamento das unidades pesquisadas.

## **1.6 ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

A fim de possibilitar melhor compreensão do estudo aqui apresentado, o documento foi estruturado da seguinte maneira: primeiramente serão apresentados a metodologia e os procedimentos de pesquisa utilizados (capítulo 2). Em seguida expõe-se um relato sobre o referencial teórico adotado (capítulo 3) e o panorama da questão habitacional na cidade de Florianópolis (capítulo 4). Na sequência, serão apresentados o objeto de estudo (capítulo 5), a análise dos dados e resultados obtidos (capítulo 6). Por fim, o capítulo 7 apresenta as conclusões e sugestões para trabalhos futuros relacionados ao tema abordado na presente dissertação.

## **CAPÍTULO 2**

# **METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA**

O presente trabalho se desenvolve a partir de uma abordagem qualitativa, representada pelo método do Estudo de Caso (EC), em associação com técnicas inerentes ao método de Avaliação Pós-ocupação - APO. Na análise dos resultados foi utilizado o método do Indicador de Funcionalidade da Habitação (IFH), como forma de apresentar quantitativamente as conclusões do trabalho de campo.

A escolha do método de Estudo de Caso justifica-se pela necessidade de realização de um estudo comportamental acerca dos agentes promotores e usuários das edificações em estudo, baseado em seus valores culturais, elementos simbólicos e necessidades espaciais. Em contrapartida, as técnicas empregadas no método de APO possibilitam a aferição do desempenho do ambiente construído em uso, através de procedimentos que permitem o cruzamento de avaliações técnicas, aliadas a avaliações comportamentais, com a opinião dos usuários destes ambientes (BENEVENTE, 2002). Em função da natureza do estudo, considerou-se de suma importância para sua realização uma complementação teórica do Estudo de Caso a partir do método da Pesquisa Participante (PP), a fim de esclarecer os pressupostos básicos do universo de investigação e observação de grupos sociais (Apêndice A).

No presente capítulo serão apresentadas as conceituações metodológicas dos métodos utilizados e as técnicas de pesquisa empregadas, bem como as etapas de realização do trabalho e da pesquisa de campo, objeto do presente estudo.

### **2.1 A UTILIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO EM PESQUISAS SOCIAIS**

O método de Estudo de Caso presume que a obtenção de conhecimento do fenômeno estudado se dá a partir da exploração intensa de um único caso, através da reunião do maior número possível de informações detalhadas, por meio de diversas técnicas (BECKER, 1999; GOLDEMBERG,

2002). Seu objetivo é apreender a totalidade de uma dada situação e descrever a complexidade de um caso concreto, visto que permite o conhecimento de uma realidade social que não poderia ser conseguido através da análise estatística. Nesse sentido, o estudo de caso constitui-se como uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais (BECKER, 1999; GOLDEMBERG, 2002).

Diferente da pesquisa médica (a partir da qual se desenvolveu esse método), o estudo de caso realizado em pesquisas sociais refere-se não só a um único indivíduo, mas sim a uma organização ou comunidade, tais como cidades industriais, bairros urbanos, fábricas, hospitais psiquiátricos, entre outros. Assim como nos demais métodos de pesquisa qualitativa, as principais técnicas de coleta de dados utilizados pelo estudo de caso são a observação participante e as entrevistas (BECKER, 1999), as quais serão abordadas posteriormente com mais profundidade.

Esse método pode ser complementado metodologicamente pela Pesquisa Participante (PP), a qual é definida por Borda (1988) como um método de pesquisa voltado para as necessidades de populações que compreendem as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. A PP pressupõe a relação fundamental entre sujeito e objeto de pesquisa, fundamentada no conhecimento da experiência de vida da comunidade em estudo (saber popular) e no direcionamento das atividades em seu benefício (HAGUETTE, 1997).

De acordo com Freire (1988), a implementação metodológica adequada de uma PP compreende as etapas constantes da Ilustração 2.1. Neste trabalho, as duas primeiras etapas listadas abaixo compreenderam as primeiras ações de pesquisa e implementação do estudo de caso.

1ª ETAPA	2ª ETAPA	3ª ETAPA
Verificar a existência de estudos anteriores na área escolhida, com o intuito de caracterizá-la previamente, evitando assim a produção de informações repetidas; delimitar a área de pesquisa.	Fazer visitas exploratórias, anotando tudo aquilo que chamar a atenção; identificar organismos oficiais e privados existentes. Fazer visitas às lideranças desses organismos, a fim de explicar a pesquisa e o método participante.	Sugerir às lideranças, caso seja necessário, reuniões mais amplas, nas quais a interpretação dos objetivos da organização que desenvolve a pesquisa e seu método de trabalho possa ser feita, em parte, por representantes populares.

Ilustração 2.1 - Etapas de implementação metodológica de uma Pesquisa Participante

Fonte: FREIRE, 1988. Dados compilados pela autora deste trabalho.

O Estudo de Caso difere do método científico tradicional (baseado em análises quantitativas, experimentos de laboratório, etc) por tratar-se de uma intervenção num grupo social real, a qual envolve os valores essenciais das pessoas e sua vida cotidiana (HAGUETTE, 1997). Em contrapartida, uma das maiores limitações impostas pelos métodos qualitativos aos pesquisadores que buscam compreender organizações, grupos e comunidades do mundo real é a dificuldade de inserção em seu objeto de estudo. Conseguir permissão para estudar aquilo que se pretende, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários são tarefas difíceis e ainda pouco discutidas metodologicamente (BECKER, 1999).

## **2.2 A AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO COMPORTAMENTAL**

A qualidade do ambiente construído pode ser definida como um conjunto de características inerentes à construção que satisfazem as mais diversas necessidades de seus usuários, estando desta forma diretamente associada ao grau de desempenho técnico do edifício (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003). Na habitação, o grau de desempenho é referente à eficácia de sua estrutura física em relação ao atendimento das funções que lhes são atribuídas (LEITE, 2003).

O desempenho de uma edificação pode ser aferido através de dois tipos de avaliações distintas (ORNSTEIN, 1992): a avaliação técnica (calculada em experimentos laboratoriais ou não, com ou sem o controle das condições ambientais) e a avaliação comportamental (baseada nas opiniões e observações do modo de vida dos usuários).

O método de pesquisa denominado de Avaliação Pós-Ocupação surgiu em função da necessidade de adequação das construções não só às exigências técnicas de produção e uso do edifício, mas principalmente às expectativas comportamentais de seus usuários. Nesse sentido, a APO visa igualmente identificar as necessidades e os níveis de satisfação dos usuários, em relação ao espaço construído.

Cruz (1998) afirma que a avaliação gera informações acerca da detecção de aspectos positivos e negativos da edificação em uso. Dessa forma, as avaliações pós-uso servem como instrumento de controle de qualidade do processo produtivo, o qual engloba as etapas de projeto,

construção, fabricação de materiais e componentes, uso, manutenção e operação dos edifícios (Ilustração 2.2).

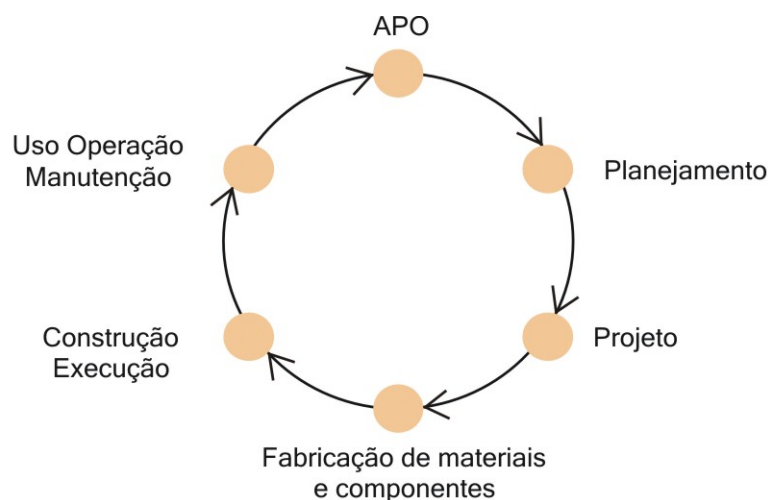


Ilustração 2.2 - Esquema da APO

Fonte: ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, p. 26.

Os diagnósticos produzidos visam realimentar futuros projetos semelhantes, a fim de disseminar as soluções positivas e minimizar a ocorrência de erros repetitivos. A atuação mais efetiva deve ocorrer na etapa de projeto, ou seja, naquela de menor custo dentro do ciclo de produção e uso dos ambientes (CRUZ, 1998; ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003).

No Brasil a realização de avaliações do ambiente construído ainda é recente, mas no campo internacional os métodos e técnicas de pesquisa da APO vêm sendo adotados por psicólogos ambientais europeus e norte-americanos desde a década de 60, com o objetivo de identificar o grau de influência do desempenho do espaço construído sobre o comportamento humano. As primeiras avaliações no país foram realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), no início da década de 70.

Quando se trata de estudos relacionados à habitação, e particularmente à habitação social produzida em série, a aplicabilidade da APO torna-se mais relevante para a redução dos impactos negativos provocados pela padronização em massa. O prévio conhecimento das variáveis culturais, hábitos, crenças e modo de vida dos diversos grupos de usuários possibilita ao projetista atender uma gama de exigências mais ampla, proporcionando o uso do edifício de uma maneira mais segura e confortável para o indivíduo. É importante destacar que a satisfação do usuário com o espaço que ele



habita é determinada não só pelas qualidades físicas da habitação, mas também por fatores externos tais como as relações de vizinhança e a qualidade ambiental do entorno urbano (IMAI, 2000).

De acordo com Ornstein (1992), existem três níveis de pesquisa possíveis de serem realizados numa APO, a saber:

- Indicativa ou de curto prazo;
- Investigativa ou de médio prazo;
- Diagnóstico ou de longo prazo.

Neste trabalho, a APO não foi utilizada como método de pesquisa, mas sim como um complemento metodológico para o estudo e compreensão da relação entre usuário e edificação, a partir do emprego de técnicas investigativas peculiares. No entanto, as etapas de trabalho implementadas assemelham-se àquelas pertinentes a uma APO indicativa ou de curto prazo, visto que pretendeu-se fazer um levantamento dos aspectos construtivos, funcionais e de conforto ergonômico das habitações pré-selecionadas. Esse levantamento consistiu na realização de visitas exploratórias ao ambiente em estudo e entrevistas semi-estruturadas com usuários-chave, propiciando a indicação dos principais aspectos positivos e negativos da edificação, além dos critérios referenciais de desempenho.

### **2.3 O INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DA HABITAÇÃO E SUA APLICABILIDADE**

O Indicador de Funcionalidade da Habitação (IFH) consiste num modelo de análise e avaliação da qualidade do projeto residencial de interesse social padronizado (produzido pelo poder público), desenvolvido por Leite (2003) com base no método apresentado por Silva (1982). Esse modelo possibilita a identificação de problemas de funcionalidade espacial tanto na etapa de projeto quanto na etapa de pós-ocupação da edificação (LEITE, 2003), através do levantamento de informações sobre o desempenho dos cômodos em relação às demandas de uso e funcionamento que lhes são impostas pelo modo de vida dos usuários.

O objetivo principal do IFH é expressar a habitabilidade da edificação através de um valor numérico. A relação entre o indicador resultante e os intervalos de valores estabelecidos pelo método

expressa a adequação ou inadequação para o uso, num primeiro momento dos cômodos, e posteriormente da habitação como um todo. Caso um aspecto da moradia não apresente o desempenho previsto e sua habitabilidade fique comprometida, isto se torna visível através da representação gráfica do IFH, a qual se dá por meio de gráficos do tipo radar (LEITE, 2003).

O modelo teórico de determinação do indicador de funcionalidade é proposto a partir do estabelecimento de critérios de avaliação quantitativos e critérios de avaliação qualitativos. Os aspectos quantitativos referem-se à quantidade de mobiliário mínimo e adicional. Já os aspectos qualitativos são pertinentes ao arranjo espacial desses equipamentos nos cômodos, considerando os espaços de circulação para os usuários e a articulação entre os próprios equipamentos e o ambiente (Ilustração 2.3) (LEITE, 2003).

Compartimento	Quesito	Característica do quesito	Modo de avaliação
Todos os compartimentos	Mobiliário mínimo	<b>Quantidade</b> (quanto e tipo)	Verificar se a <b>quantidade e tipo</b> de equipamentos existentes no compartimento atendem às necessidades mínimas
	Mobiliário adicional		
Quarto do casal e Quarto dos filhos	Proximidade do roupeiro à porta	<b>Qualidade</b> (arranjo físico ou distribuição)	Verificar se a <b>qualidade do ou disposição</b> desses equipamentos permitem tanto a plena utilização deles próprios quanto a de outros equipamentos
	Circulação e utilização		
	Acessibilidade à janela		
	Otimização		
Sala de Estar e Jantar	Circulação livre		
	Área livre central		
	Acessibilidade à janela		
	Otimização		
Cozinha	Passagem livre		
	Relação fogão/janela		
	Abertura de portas de equipamentos		
	Proximidade do refrigerador		
Banheiro	Otimização		
	Utilização simultânea		
	Iluminação natural		
	Privacidade		
Área de serviço	Abertura para o exterior		
	Circulação e utilização		
	Espaço para depósito		
	Otimização		

Ilustração 2.3 - Características e modo de avaliação dos quesitos de quantidade e qualidade

Fonte: LEITE, 2003, p. 92.

Na realidade, o IFH é o resultado do somatório dos indicadores de funcionalidade dos compartimentos (IFC), os quais são determinados, por sua vez, pelo somatório dos indicadores de funcionalidade dos quesitos (IFQ). Significa dizer que a adequação da funcionalidade do quesito determina a adequação do compartimento e assim por diante, culminando com a adequação ou habitabilidade da edificação como um todo.

A ilustração da página anterior mostra que Leite (2003) estabeleceu quinze critérios diferenciados para a adequação dos seis compartimentos da habitação padronizada aos quesitos de qualidade pressupostos pelo método. Todos os critérios, bem como as características de avaliação de cada um deles, constam do anexo A do presente trabalho.

A fim de otimizar a identificação desses critérios em campo, optou-se por agrupá-los em apenas quatro quesitos, de acordo com as características semelhantes entre eles, conforme a ilustração 2.4. Pode-se citar como exemplo desse agrupamento a reunião dos quesitos descritos como circulação livre, área livre central e passagem livre dentro do quesito denominado de circulação e utilização.

Compartimento	Quesitos de Quantidade		Quesitos de Qualidade			
	Mobiliário mínimo	Mobiliário adicional	Proximidade do roupeiro à porta	Circulação e utilização	Acesso à janela	Otimização
Quarto de casal	Cama de casal, duas mesas de cabeceira, um roupeiro de três ou quatro portas (duas em situação precária) e uma cômoda	Berço; cama infantil	Os roupeiros e áreas de utilização devem ser colocados o mais próximo possível da entrada, evitando o contorno da cama para serem atingidos; posicionamento da porta a 60cm/70cm do ângulo das paredes	As áreas de circulação e utilização do equipamento devem atender aos tamanhos mínimos, tolerando-se apenas a existência de banco ou cadeira sempre que a passagem for de 60cm ou mais de largura	A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ou o funcionamento da janela, que deverá ser alcançada através de uma passagem não inferior a 55cm/60cm de largura, tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou pelo menos a 60% desta, como solução precária	As áreas de circulação e de utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de otimizar o uso do espaço livre
Quarto dos filhos	Dormitórios com menos de 7,5m²: Uma cama de solteiro ou beliche, roupeiro de duas portas, uma mesa de cabeceira; Dormitórios com mais de 7,5m²: duas camas de solteiro ou beliche, uma ou duas mesas de cabeceira, roupeiro de três portas ou dois de duas portas	Cômoda, estante para livros, mesa para computador	Os roupeiros e áreas de utilização devem ser colocados o mais próximo possível da entrada, evitando o contorno da cama para serem atingidos; posicionamento da porta a 60cm/70cm do ângulo das paredes	As áreas de circulação e utilização do equipamento devem atender aos tamanhos mínimos, tolerando-se apenas a existência de banco ou cadeira sempre que a passagem for de 60cm ou mais de largura	A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ou o funcionamento da janela, que deverá ser alcançada através de uma passagem não inferior a 55cm/60cm de largura, tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou pelo menos a 60% desta, como solução precária	As áreas de circulação e de utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de otimizar o uso do espaço livre
Sala de Estar e Jantar	Sofá-cama para três pessoas, uma poltrona (habitação c/ 2 qtos) ou duas poltronas (habitação c/ 3 qtos), mesa de refeições de quatro a oito lugares, estante e mesa de centro ou de canto	Poltrona, bancada, estante para televisor	_____	As áreas de circulação e utilização do equipamento devem preservar uma faixa de passagem livre com largura não inferior a 55cm/60cm, ligando as portas que dão acesso ao ambiente. A disposição do equipamento deverá preservar uma área livre de móveis e outros objetos, correspondente a um círculo com diâmetro de 1,30m/1,50m	A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ou o funcionamento da janela, que deverá ser alcançada através de uma passagem não inferior a 55cm/60cm de largura, tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou pelo menos a 60% desta, como solução precária	As áreas de circulação e de utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de otimizar o uso do espaço livre
Cozinha	Um balcão com pia, refrigerador, fogão, armário suspenso e um balcão auxiliar ou mesa de trabalho	Mesa auxiliar com lugar para duas ou quatro pessoas, freezer	_____	Deve ser preservada uma passagem livre com largura não inferior a 90cm; o fogão deverá ficar próximo à janela e não confrontar o refrigerador.	_____	A abertura da porta do refrigerador e/ou do forno não deve ocupar o espaço adjacente ao balcão da pia e/ou mesa auxiliar de trabalho; o refrigerador deverá ficar próximo à porta de acesso ao interior da habitação
Banheiro	Lavatório, vaso sanitário e chuveiro, atendendo às dimensões próprias e áreas de utilização	Bidê ou ducha higiênica	_____	O banheiro deve, se possível, permitir a utilização simultânea por mais de um usuário; seu uso não deve constranger visual ou auditivamente os usuários da habitação; o lavatório e o armário com espelho devem ficar próximos à janela, considerando-se 1,0m como plenamente satisfatório e mais de 2,0m como insatisfatório	_____	As áreas de circulação e de utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de otimizar o uso do espaço livre
Área de serviço	Tanque, máquina de lavar roupas, varal	Secadora de roupas, tábua de passar roupa, armário para depósito de material de limpeza	_____	O ambiente deve dispor de espaço suficiente para circulação e utilização dos equipamentos.	A área de serviço deve possuir ao menos uma abertura para o exterior, localizada de preferência em uma das paredes de maior dimensão	As áreas de circulação e de utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de otimizar o uso do espaço livre

Ilustração 2.4 - Relação dos quesitos de quantidade e qualidade para cada compartimento da habitação de interesse social

Fonte: LEITE, 2003. Dados compilados pela autora deste trabalho.

A aplicação do método do IFH pressupõe as seguintes etapas (LEITE, 2003):

- Elaboração de uma listagem das atividades exercidas no ambiente domiciliar;
- Realização do inventário do equipamento doméstico convencional contemporâneo;
- Definição dos critérios adotados na articulação dos equipamentos com os usuários, com o espaço e entre si;
- Formulação de hipóteses de articulação dos equipamentos e espaços segundo critérios definidos, em busca dos padrões de otimização econômica e funcional.

A partir da análise do método proposto por Silva (1982), Leite (2003) estabeleceu cinco conceitos de funcionalidade, aos quais foram atribuídos valores numéricos denominados de indicadores. A tabela 2.1 apresenta a relação entre os conceitos e seus respectivos indicadores.

Tabela 2.1 - Equivalência entre conceito e indicador

Conceito	Supera	Atende plenamente	Atende parcialmente	Atende precariamente	Atende muito precariamente
Indicador	4	3	2	1	0

Fonte: LEITE, 2003, p. 92.

A determinação do IFQ de quantidade consiste na identificação da existência do equipamento como mínimo ou adicional conforme discriminado no critério correspondente a este compartimento. Em seguida, calcula-se o coeficiente entre a quantidade de equipamentos existentes e a quantidade mínima recomendada e, por fim, identifica-se na tabela 2.2 o conceito e o indicador de funcionalidade correspondente a este coeficiente.

Tabela 2.2 - Equivalência entre coeficiente, conceito e indicador

Coeficiente	Maior que 1,20	Igual a 1,0	Entre 0,9 e 0,7	Entre 0,7 e 0,5	Menor que 0,5
Conceito	Supera	Atende plenamente	Atende parcialmente	Atende precariamente	Atende muito precariamente
Indicador	4	3	2	1	0

Fonte: LEITE, 2003, p. 93.

O IFQ de qualidade é determinado através da comparação das dimensões dos espaços entre os equipamentos, indicadas no inventário de móveis e espaços de utilização, com as dimensões especificadas para cada critério. Em seguida, atribui-se o conceito de funcionalidade correspondente, de acordo com a tabela 2.1.

Após a determinação dos IFQ's, os valores obtidos são lançados num gráfico do tipo radar, de acordo com a ilustração 2.5, com o intuito de determinar o IFC de cada cômodo analisado. Os eixos radiais marcam a escala dos indicadores que variam de 0 a 4, e para cada critério que compõe o quesito, o valor do indicador é marcado no eixo correspondente. Externamente, em cada eixo consta o nome do critério que está sendo analisado (LEITE, 2003). A partir dessas características se estabelece uma escala de desempenho da funcionalidade, representada, neste caso, por gráficos hexagonais (em função do número de cômodos analisados).

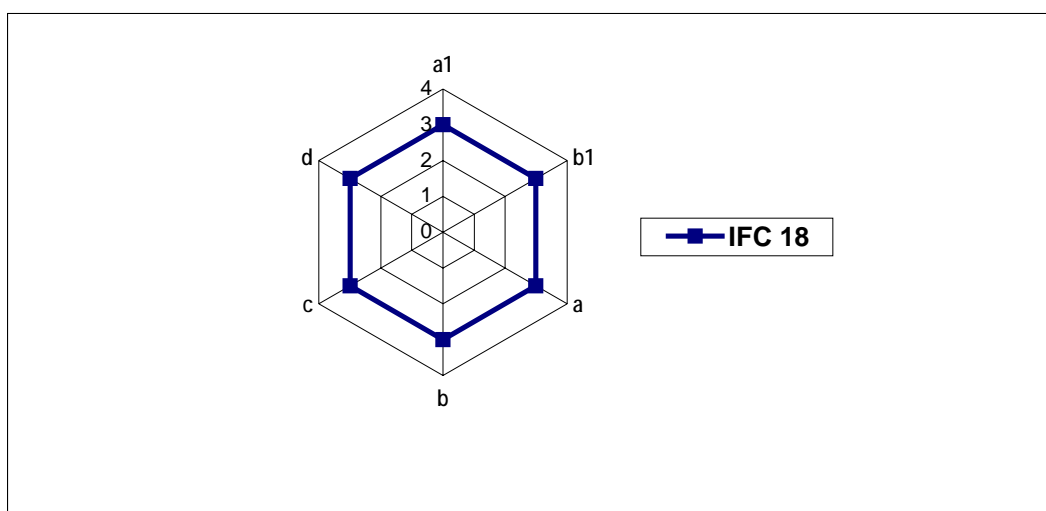


Ilustração 2.5 - Gráfico do indicador de funcionalidade do compartimento

Fonte: LEITE, 2003, p. 100.

Na representação gráfica do IFC, quando todos os quesitos apresentam o mesmo indicador, o gráfico assume a forma de um hexágono perfeito. Se o indicador em questão for igual a 3 (Atende) o hexágono passa a representar a situação ideal de funcionalidade do compartimento. Por sua vez, as deformações em sua forma básica (em virtude dos diferentes valores para cada quesito) representam os conflitos arquitetônicos inerentes ao compartimento, caracterizando assim sua inadequabilidade ao uso satisfatório. A mesma situação também é válida para o gráfico do IFH. A análise das diferentes formas representadas nos gráficos possibilita a identificação das causas de inadequabilidade funcional, e conseqüentemente a busca por soluções adequadas ao contexto analisado.

A tabela 2.3 apresenta a relação entre os conceitos e indicadores para os quesitos de quantidade e de qualidade, bem como os intervalos de desempenho da funcionalidade nos compartimentos e na habitação como um todo.

Tabela 2.3 - Intervalos de desempenho da funcionalidade nos compartimentos

Compartimento	Número de Quesitos	Conceito e Indicador de Funcionalidade dos Quesitos					Intervalo de variação do Indicador de Funcionalidade do Compartimento				
		Supera	Atende	Parcial	Precário	Muito Precariamente	Supera	Atende	Parcial	Precário	Muito Precariamente
Quarto do Casal	6	4	3	2	1	0	4	3	2	1	0
Quarto dos Filhos											
Sala de Estar/ Jantar											
Cozinha											
Banheiro											
Área de serviço											
Intervalos de variação do Indicador de Funcionalidade da Habitação							144	108	72	36	0

Fonte: LEITE, 2003, p. 99.

### 2.3.1 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO MÉTODO

Para melhor compreensão do método apresentado, segue um exemplo prático de determinação do IFH de uma unidade habitacional hipotética, resultante do estudo realizado por Leite (2003) durante o desenvolvimento da metodologia em questão.

#### HABITAÇÃO COM MAIOR INDICADOR DO ESTUDO: IFH 105

A tabela 2.4 apresenta a relação entre os cômodos avaliados nessa unidade, seus respectivos IFQ's, IFC's e conceitos de funcionalidade. Em todos os compartimentos os quesitos a1 e b1 correspondem às variáveis de mobiliário mínimo e adicional, respectivamente. Os demais quesitos variam de acordo com as características de avaliação do cômodo. Assim, os quesitos correspondentes às variáveis a b, c e d são, respectivamente, em cada compartimento:

Quarto do casal - proximidade do roupeiro à porta, área de circulação, acesso à janela, otimização;

Quarto dos filhos - proximidade do roupeiro à porta, área de circulação, acesso à janela, otimização;

Sala de Estar/ Jantar - circulação livre, área livre central, acesso à janela, otimização;

Cozinha - passagem livre, relação fogão e janela, abertura de portas e equipamentos, proximidade do refrigerador;

Banheiro - otimização, utilização simultânea, iluminação natural, privacidade;

Área de serviço - abertura para o exterior, circulação, espaço para depósito, otimização.

Tabela 2.4 - Funcionalidade da Habitação IFH 105

Compartimento	Indicador de Funcionalidade do Quesito - IFQ						Indicador de Funcionalidade do Compartimento - IFC	Conceito de funcionalidade do compartimento
	Quantidade		Qualidade					
	a1	b1	a	b	c	d		
Quarto do Casal	4	3	4	3	2	3	19	Atende
Quarto dos Filhos	2	4	2	4	1	3	16	Atende
Sala de Estar/ Jantar	3	3	4	4	0	3	17	Atende
Cozinha	4	3	3	3	3	3	19	Atende
Banheiro	3	3	4	0	3	3	16	Atende
Área de serviço	3	3	3	3	3	3	18	Atende
Indicador e Conceito de Funcionalidade da Habitação							105	ATENDE

Fonte: LEITE, 2003, p. 104.

A interpretação dos valores dos IFC's se dá através da representação gráfica dos mesmos. É necessário salientar que a produção dos gráficos para todos os compartimentos em estudo possibilita a análise mais aprofundada dos dados obtidos. A ilustração 2.6 demonstra o exemplo do gráfico radar para o quarto de casal.

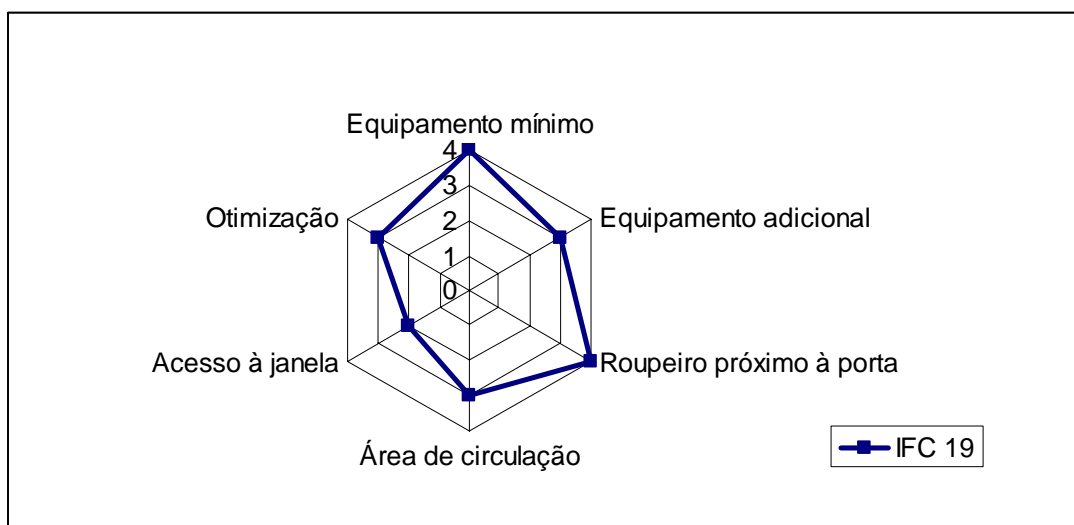


Ilustração 2.6 - Gráfico do indicador de funcionalidade do quarto de casal

Fonte: LEITE, 2003, p. 108. Adaptado pela autora deste trabalho.



Os gráficos dos IFC's possibilitam comparar o desempenho dos quesitos e indicam quais os aspectos que merecem ser estudados e aprimorados. No exemplo acima, o quesito com menor desempenho corresponde ao acesso à janela, o que indica que esse aspecto deve ser estudado com o intuito de aumentar a qualidade de seu funcionamento. O gráfico representativo do IFH, por sua vez, reúne os valores pertinentes a cada um dos cômodos analisados. A interpretação desses valores permite identificar quais os compartimentos que apresentam problemas, sejam eles resultantes do projeto de arquitetura ou das formas de utilização do espaço pelos usuários (Ilustração 2.7).

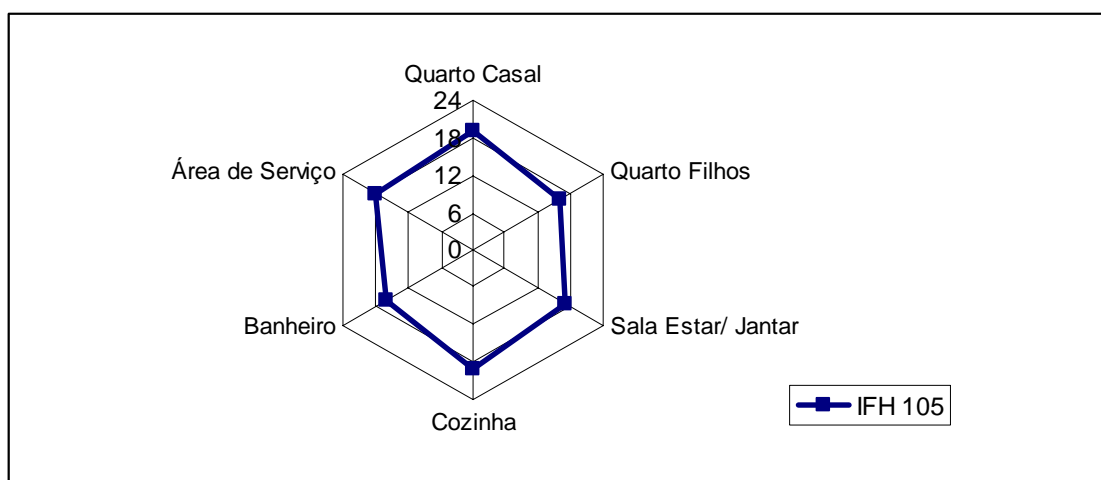


Ilustração 2.7 - Gráfico de funcionalidade da habitação com IFH 105

Fonte: LEITE, 2003, p. 107. Adaptado pela autora deste trabalho.

## 2.4 TÉCNICAS DE PESQUISA

As técnicas de pesquisa utilizadas na produção deste trabalho foram as seguintes:

- Levantamento bibliográfico apontando para a questão da moradia popular, fenomenologia em arquitetura, antropologia cultural, métodos de pesquisa social, fatores de dimensionamento da habitação e qualidade do ambiente construído;
- Levantamento documental de estudos produzidos por instituições governamentais e de ensino sobre a Barra do Sambaqui;
- Levantamento arquitetônico das habitações, com produção de material iconográfico referente às edificações - plantas baixas mobiliadas e fotografias;

- Realização de entrevistas semi-estruturadas com os usuários-chave - moradores autoconstrutores e moradores secundários (não-originais), a fim de identificar o grau de satisfação dos usuários com o espaço autoconstruído e as formas de produção espacial dessas habitações (qual o partido arquitetônico, as prioridades espaciais e hierarquia entre os espaços a serem construídos);
- Observação dos hábitos de uso das edificações pelos usuários, no decorrer das visitas em campo;
- Descrições físicas das habitações e das relações sociais a elas inerentes, a fim de conhecer o comportamento do morador em relação à edificação a partir dos usos atribuídos aos diferentes espaços de atividade e permanência domésticos;
- Atribuição de graus de funcionalidade aos cômodos.

Dentre as técnicas mencionadas anteriormente, a observação dos hábitos de uso e a entrevista constituem-se como as principais formas de coletas de dados em campo para este estudo. Assim, faz-se necessária sua conceituação mais aprofundada.

#### 2.4.1 A OBSERVAÇÃO

Um estudo comportamental é caracterizado pela compreensão do modo de vida dos membros do grupo social pesquisado, o qual não pode ser totalmente conhecido apenas através de entrevistas formais ou questionários estruturados: faz-se necessário conhecer os sistemas de relações sociais e de parentesco entre as pessoas, bem como as reações sensoriais e emocionais características da comunidade em estudo - seus cheiros, cores, como as pessoas lidam com suas perdas, ansiedades e medos (DAMATTA, 1974). Velho (1981: 124) afirma que esses são "aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia".

Em pesquisas de cunho social, a técnica de observação mais utilizada é conhecida como observação participante, a qual consiste na coleta de dados pelo pesquisador através de sua participação na vida cotidiana da população pesquisada (Apêndice A).

Essa técnica de pesquisa exige não só uma boa preparação do pesquisador acerca de sua aplicação em campo, como também uma dedicação profunda do mesmo ao inserir-se num grupo do

qual ele não faz parte, na tentativa de captar vivências particulares mantendo uma certa "distância social e psicológica" (VELHO, 1981: 124), a fim de garantir a confiabilidade dos dados obtidos.

No presente trabalho, em função das limitações de tempo para sua realização, da própria natureza investigativa do estudo e da dificuldade de inserção na comunidade pesquisada, a observação dos hábitos de uso das edificações pelos usuários foi caracterizada pelo exame minucioso das situações vivenciadas durante as visitas a campo, as quais possibilitaram uma série de informações ricas em conteúdo sociológico. Os dados provenientes de tais observações foram complementados pelas entrevistas, as quais permitiram sua análise sob o enfoque comportamental, abordada com ênfase no capítulo 6.

#### **2.4.2 A ENTREVISTA**

Haguette (1997) define a entrevista como um processo de interação social entre duas pessoas, na qual o entrevistador busca obter informações por parte do entrevistado, através de uma lista de tópicos previamente estabelecidos de acordo com a problemática central da pesquisa, denominada de roteiro de entrevista. Trata-se de um procedimento bastante utilizado em pesquisas de cunho social, tanto na obtenção de dados como no diagnóstico e tratamento de problemas (MARCONI; LAKATOS, 1990).

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista deve primar pela objetividade e captação do real, sem influências por parte do pesquisador ou de agentes externos, que porventura possam distorcer a veracidade dos dados obtidos. Portanto, a qualidade desses dados está diretamente ligada à elaboração, forma e conteúdo do roteiro de entrevista, bem como ao grau de interação entre entrevistador e entrevistado.

O entrevistador deve estar atento a todas as informações prestadas pelo entrevistado, a fim de distinguir com clareza aquelas de caráter subjetivo daquelas de caráter objetivo. As informações subjetivas normalmente estão ligadas ao estado emocional do informante, suas opiniões e atitudes, nem sempre claramente expressas durante a entrevista. Tais informações não devem ser descartadas no processo de análise, visto que as mesmas podem exprimir nuances importantes do comportamento do entrevistado (HAGUETTE, 1997).

Dentre os aspectos que podem interferir na qualidade dos dados cedidos pelo entrevistado destacam-se a quebra da espontaneidade (pela presença de outras pessoas ou por características do

pesquisador) e o desejo de agradar ao pesquisador, quando o informante consegue identificar claramente seu posicionamento diante das respostas fornecidas.

Tanto a observação como a entrevista são técnicas de pesquisa que apresentam limitações no tocante à confiabilidade dos dados obtidos, em função das distorções que os mesmos podem apresentar. Desta forma, o pesquisador deve estar preparado para enfrentar tais distorções, evitando-as o máximo possível, através do rigor na aplicação das técnicas.

## 2.5 ETAPAS DE PESQUISA

O estudo foi realizado em três etapas de trabalho, as quais compreenderam:

### 1ª Etapa

- Revisão de literatura;
- Delimitação e conceituação metodológica da pesquisa;
- Caracterização da problemática habitacional em Florianópolis;
- Definição do estudo de caso e levantamento das informações disponíveis nas instituições e órgãos públicos.

### 2ª Etapa

As atividades pertinentes a essa etapa serão criteriosamente explicitadas no capítulo 5, referente ao estudo de caso e à realização da pesquisa de campo. São elas:

- Determinação da amostra;
- Definição da entrevista estruturada e realização do pré-teste;
- Elaboração do roteiro de entrevista final;
- Realização das entrevistas e levantamentos das unidades analisadas.

### 3ª Etapa

- Atribuição dos graus de funcionalidade às habitações;
- Análise dos dados obtidos, sob três diferentes enfoques: comportamental, dimensional e funcional.

De forma sucinta, a organização metodológica do presente trabalho é representada pela ilustração 2.8, a qual estabelece as ligações entre os métodos e técnicas de pesquisa empregados, bem como sua aplicabilidade nas etapas de realização do mesmo.

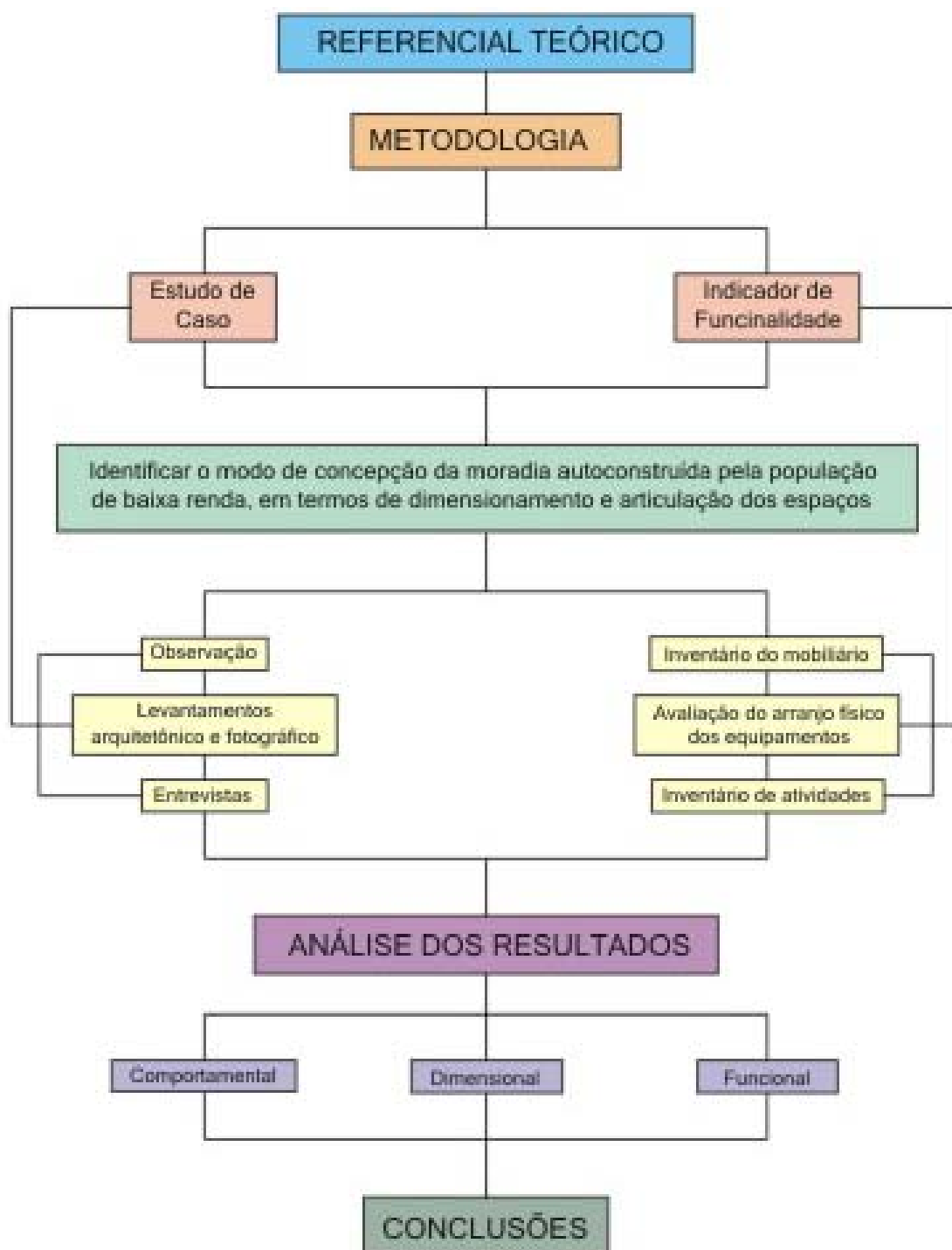


Ilustração 2.8 - Fluxograma metodológico de desenvolvimento da pesquisa.

## **CAPÍTULO 3**

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para o desenvolvimento adequado do estudo apresentado, foi necessária a realização de uma revisão de literatura consistente, relativa a inúmeros assuntos que são pertinentes à análise do espaço habitacional, desde a compreensão antropológica do espaço até as formas de promoção da edificação. Desta forma, o referencial teórico adotado engloba as seguintes temáticas:

- O significado antropológico do espaço doméstico;
- Fenomenologia em arquitetura;
- Apropriação do espaço habitacional;
- Adequação dos espaços habitáveis ao modo de vida dos usuários;
- O mobiliário popular e sua adequação ao universo doméstico;
- Princípios antropométricos para o projeto habitacional;
- A autoconstrução enquanto solução para o déficit habitacional.

Neste capítulo cada um dos tópicos citados acima será abordado em suas principais conceituações, evidenciando sua contribuição não só para o desenvolvimento como também para os resultados alcançados no presente trabalho.

#### **3.1 O SIGNIFICADO ANTROPOLÓGICO DO ESPAÇO DOMÉSTICO**

De acordo com Pelto (1984), a característica que torna o homem distinto dos outros animais é seu modo de vida, baseado em padrões de comportamento socialmente aprendidos e em processos simbólicos que podem ser denominados de “cultura”. Este autor afirma que:

A cultura significa, com frequência, simplesmente a “herança social” de um determinado grupo de pessoas. A herança social não é uma “coisa” que seja transferida intacta, de geração a geração. É, antes, a abstração complexa que poderíamos construir se fosse possível juntar as idéias, padrões de significação e “regras” de comportamento de todas as pessoas de uma determinada comunidade (PELTO, 1984: 84).

A antropologia é a ciência que se dedica ao estudo do homem sob seus aspectos físicos, sociais, culturais e psicológicos. O ramo dessa ciência que se dedica ao estudo dos aspectos sociais da personalidade humana é denominado de Antropologia Cultural ou Social (PELTO, 1984).

Embora a antropologia sempre tenha se dedicado ao estudo de sociedades consideradas simples (quase sempre tribais), a crescente realização de pesquisas dedicadas a grupos urbanos tem ocupado lugar de destaque em estudos antropológicos, visto que suas teorias e métodos podem contribuir significativamente para a compreensão da dinâmica das sociedades urbano-industriais, caracterizando assim uma antropologia urbana (OLIVEN, 2002).

Todo e qualquer estudo que se propõe a analisar o ambiente construído enquanto local edificado para abrigar o homem deve basear-se no conhecimento da cultura, dos códigos simbólicos e dos rituais de comportamento daqueles que o habitam, ou seja, é preciso entender o significado antropológico do espaço e dos elementos que o compõem. Da mesma forma, a análise dos espaços de uma sociedade pode revelar dados importantes sobre seu sistema ritual e o modo pelo qual ela realiza sua dinâmica (DAMATTA, 1984).

Para a antropologia cultural o espaço corresponde a atividades e categorias sociais e, por vezes, se confunde com a própria ordem social. Desta forma, o não entendimento da sociedade, bem como de suas relações e valores, impossibilita a interpretação da demarcação física do espaço (DAMATTA, 1984). Nesse contexto, o universo doméstico é bastante rico em informações no tocante às diversas formas de relacionamentos sociais que ocorrem entre gêneros (homem e mulher) e classes sociais distintas em seu interior. DaMatta (1984) aponta como exemplo a clássica divisão da casa brasileira em sala de visitas, sala de jantar, a rígida separação dos quartos e a varanda.

De acordo com este autor, certas coisas só podem ser feitas no ambiente doméstico e, mesmo em casa, dentro de alguns dos seus espaços específicos. Nesse caso, refeições em comum e ocasiões sociais estão relacionadas às salas e à varanda, enquanto a higiene pessoal restringe-se ao banheiro e aos quartos. Isto demonstra claramente que a vida doméstica obedece a uma “rigorosa gramática de espaços e, naturalmente, de ações e reações” (DAMATTA, 1984: 09), de forma que se torna compreensível a compartimentação da habitação em cômodos específicos de acordo com atividades correlatas. Para Rial (1991: 36) “Os termos usados pra designação das peças das casas são os mesmos de uma geração a outra, porém, o uso e o aspecto desses espaços domésticos sofrem grandes alterações”.

Freyre (1971) considera a casa de residência como o ponto principal para a interpretação da formação social brasileira, através do que ele denominou de “sociologia da casa”. Para este autor a casa é, ao mesmo tempo, definição de um sistema cultural e chave para a interpretação do desenvolvimento desse sistema através do tempo; a casa, nesse sentido, é a projeção cultural do homem sobre o espaço e sobre o tempo. Constitui-se também como ponto de encontro do social com o pessoal, através de um conjunto de valores, mitos, tradições e símbolos.

Em obras como *Casa-Grande & Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Mucambos do Nordeste*, Gilberto Freyre procurou identificar as influências do modo de vida da família patriarcal e escravocrática sobre o espaço arquitetônico das casas de fazenda, das senzalas, dos sobrados e dos mucambos<sup>7</sup> que compunham os cenários rural e urbano do Brasil desde o século XVI.

Dentre as funções sócio-culturais da casa brasileira na época patriarcal deve-se destacar seu papel de laboratório, quer de caráter culinário, quer de caráter médico-farmacêutico. No plano arquitetônico dessa casa a cozinha sempre foi um espaço amplo, com seu forno por vezes imenso, seu fogão e sua chaminé (FREYRE, 1971). Predominantemente dominado pelas mulheres, onde na época colonial a cozinheira ideal era a escrava de origem africana, a cozinha ainda hoje desempenha um papel bastante peculiar e distinto, de acordo com as diferenças culturais das regiões brasileiras.

No nordeste, em virtude da forte presença escrava no período colonial e sua influência sobre a formação da sociedade local, esse ambiente ainda é visto por muitos como um lugar sujo, associado à permanência da criadagem e à realização das atividades de serviço da casa. Por este motivo, quase sempre se situa nos fundos do lote e seu acesso é quase exclusivo aos moradores. Já no sul a cozinha é considerada como lugar de reunião da família e de recepção de visitas. É também o ambiente no qual a dona-de-casa permanece mais tempo e por esta razão quase sempre é o local de acesso principal à residência, visto que dele deve ser possível controlar todos os outros cômodos (CASTELLS, 1987) (Ilustração 3.1).

A sala de estar também apresenta usos distintos, de acordo com as particularidades regionais que condicionam a utilização do espaço doméstico. Enquanto no nordeste brasileiro a sala é o local de maior permanência da família e de recepção de visitas, no sul ela raramente é utilizada, inclusive para receber. Sempre extremamente arrumado e decorado, este ambiente assemelha-se a um

---

<sup>7</sup> Casas populares típicas do nordeste brasileiro, construídas em palha (de diversas palmeiras) ou taipa-de-mão sobre o chão batido, sem revestimento e desprovidas de sanitários (FREYRE, 1971).



cenário, conhecido por muitos como Sala-museu<sup>8</sup> (GHAB, 1999). Desta forma, entende-se que o estudo histórico-social da arquitetura doméstica brasileira deve se estender aos diferentes elementos de colonização que contribuíram para sua formação, dentre eles sua origem portuguesa (metropolitana e açoriana) e a cultura dos imigrantes vindos da Itália, Alemanha e demais países europeus, os quais tiveram extrema importância para a colonização e formação da sociedade do sul do país.

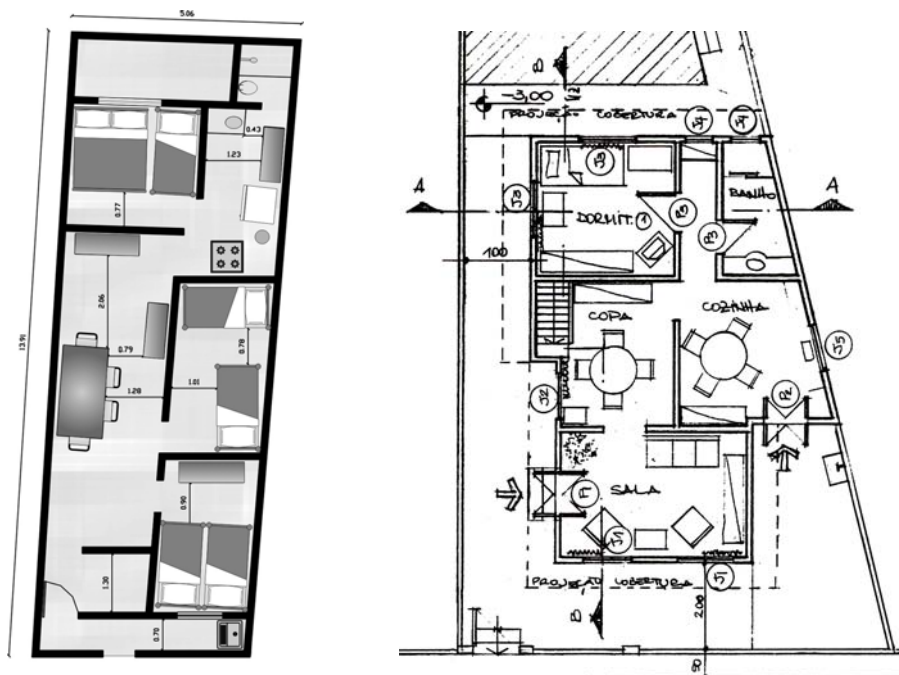


Ilustração 3.1 - Exemplos de habitações do nordeste e do sul do Brasil, evidenciando a disposição da cozinha de acordo com as diferenças culturais de cada uma das regiões.

Fonte: CORDEIRO, 2002; GHAB, 1996.

Como exemplo de variantes regionais de arquitetura, o sobrado patriarcal marcou no desenvolvimento da paisagem brasileira o início do prestígio da rua, da cidade, do exterior (FREYRE, 1971). Nesse sentido, casa e rua passaram a se constituir em diferentes esferas sociais, complementares e indissociáveis. Estabeleceu-se assim um novo tipo de convivência no âmbito do espaço público, caracterizada pela inserção da vida doméstica no espaço cívico da cidade através das relações de comércio de artigos de primeira necessidade - frutas, peixes, carne, doce, pano, remédio, renda (FREYRE, 1971). Para DaMatta (1984):

A oposição casa/rua tem aspectos complexos, porque na gramaticalidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua “casa”, ou seu “ponto”. Neste sentido, como já acentuei

<sup>8</sup> Espaço de aparência, na maioria das vezes contendo mobiliário especial, que destoa dos demais ambientes da casa e onde atividade alguma é exercida. Cumpre uma função exclusivamente simbólica (GHAB, 1999).

uma vez, a rua pode ter locais ocupados permanentemente por categorias sociais que ali “vivem” como “se estivessem em casa”, conforme acentuamos em linguagem corrente (DAMATTA, 1984: 11).

Com a abolição da escravidão, tanto a casa-grande de fazenda como o sobrado urbano, tiveram que se readaptar completamente ao novo espaço social e geométrico, bem como à nova paisagem cultural e natural, que se configurou na sociedade daquela época. Essas mudanças foram representadas por um novo tempo social no sentido de maior prestígio da cidade e da maior socialização e democratização da vida brasileira (FREYRE, 1971).

Em relação ao universo doméstico essas alterações refletiram diretamente sobre a funcionalidade, utilização e dimensionamento dos espaços arquitetônicos, visto que a remuneração da mão-de-obra doméstica passou a representar um custo financeiro adicional às despesas da classe média, constituindo-se em alguns casos como um gasto supérfluo. Além disso, os antigos escravos, agora trabalhadores livres, integraram-se à camada populacional de baixa renda, e como tal, precisaram solucionar de alguma maneira a questão do abrigo familiar, quase sempre em espaços reduzidos e insalubres, que hoje se configuram como assentamentos subnormais.

No presente trabalho, buscou-se investigar o universo habitacional de uma comunidade de baixa renda em Florianópolis, composta por grupos familiares de quatro pessoas em média, na tentativa de compreender como ocorrem as relações sociais nessa camada populacional e como elas influem sobre a configuração arquitetônica do espaço autoconstruído, considerando os costumes e hábitos de uso dessas edificações.

### **3.2 FENOMENOLOGIA EM ARQUITETURA**

A arquitetura se materializa através de sua condição tridimensional, a qual possibilita a participação do homem em seu interior (CORONA; LEMOS, 1972). Desta forma, todo e qualquer edifício, assim como os cômodos que compõem o seu interior, podem ser definidos como espaço construído. De acordo com esses autores, a representação gráfica do espaço construído não é suficiente para a compreensão da totalidade da arquitetura. Para tanto é preciso considerar o homem se movimentando em seu interior.

A compreensão do espaço habitacional baseia-se na necessidade de apreender o real significado da casa para o grupo que se pretende analisar, a fim de identificar as diversas formas de relacionamento entre o homem e o espaço edificado. Neste trabalho, partiu-se do pressuposto de que a experiência de morar é um fenômeno cultural, abordado conceitualmente pela Fenomenologia.

A Fenomenologia é uma ciência que estuda os fenômenos humanos em suas inter-relações, estabelecendo eventos e descrevendo-os (MALARD et al, 2002).

Bachelard (1989) afirma que, para um estudo fenomenológico acerca dos valores de intimidade do espaço interior, a casa se constitui num universo privilegiado, considerando-se a uniformidade e complexidade de relações sociais que nela ocorrem, de forma que todos os seus valores particulares possam ser integrados num valor fundamental - o ato de morar.

A abordagem fenomenológica em arquitetura define os conceitos de casa e lar como distintos entre si e referentes a fenômenos diferenciados (MALARD et al, 2002). No entanto, a palavra casa é usada tanto para denominar o objeto (que se compra) como para indicar o lar (no qual se vive).

De acordo com essa linha de pensamento, Morar é uma experiência existencial que se dá através do objeto casa, o qual incorpora o nosso lar (o fenômeno). Para Martucci (1990), casa, moradia e habitação são conceitos distintos, e assim definidos:

Casa - Invólucro que divide tanto espaços internos como espaços externos. É o ente físico.

Moradia - Possui ligação muito forte com os elementos que fazem a casa funcionar, considerando os “hábitos de uso da casa”. Identifica-se com o modo de vida dos usuários.

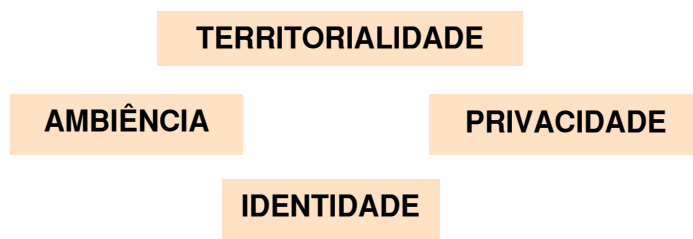
Habitação - Casa e Moradia integradas ao espaço urbano, com todos os elementos que este espaço urbano possa oferecer.

Folz (2003: 75) sintetiza esses conceitos de forma bastante clara ao afirmar que “o espaço da casa, para transformar-se em moradia, precisa atender a certos valores e expectativas que os moradores têm em relação a uma habitação e que estão condicionados a aspectos sócio-culturais”.

Korosec-Serfaty (1985 apud MALARD et al, 2002) define como características fundamentais do morar as seguintes relações:

- Estabelecimento de um interior/exterior;
- Estabelecimento de visibilidade;
- Apropriação.

Essas três características podem ser inscritas em quatro conceitos, que se constituem nas dimensões fenomenológicas do habitar:



Nesse contexto, a experiência de morar pode ser definida como a capacidade de usufruir a privacidade de um território delimitado fisicamente, caracterizado socialmente e qualificado ambientalmente (MALARD et al, 2002).

### 3.3 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO HABITACIONAL

Como citado anteriormente, a apropriação espacial é condição fundamental para o estabelecimento do fenômeno morar, visto que é a partir desta relação entre espaço e indivíduo que se desenvolvem as sensações de intimidade, aconchego e identidade, inerentes à moradia. De acordo com Malard et al (2002) os espaços arquitetônicos revelam muitos vestígios do comportamento e das relações sociais que neles ocorrem, e suas leituras são de suma importância para compreensão da apropriação habitacional.

No presente estudo esse conceito foi imprescindível à etapa do trabalho de campo, na qual foram realizadas observações do cotidiano das unidades pesquisadas, na tentativa de compreender como os autoconstrutores e moradores secundários se relacionam com sua habitação.

Ferreira (1993) define a apropriação como o ato de tomar algo como seu, apoderar-se. Do ponto de vista antropológico, a apropriação espacial implica em o indivíduo apoderar-se de fato do espaço que ocupa, e nele expressar seus anseios, preferências e necessidades, ou seja, sua cultura individual, bem como a cultura do grupo social envolvido.

Para Bachelard (1989) a casa é o primeiro universo do homem e engloba inúmeros outros significados. Além de ser objeto arquitetônico (representação material), é também um fenômeno cultural, que permite leituras pessoais e sociais, sob o enfoque de diferentes áreas do conhecimento (antropologia, arquitetura, psicologia).

As relações de apropriação se estabelecem quando o indivíduo se sente confortável com relação ao espaço, e esta sensação se dá através de diferentes variáveis: integração social, proxêmica, privacidade, espaço pessoal e territorialidade, dentre outros (SOUZA, 2004 - informação verbal)<sup>9</sup>. Para melhor compreensão destes termos, segue abaixo a conceituação de cada um deles:

Proxêmica - São as diferentes distâncias entre as pessoas que são consideradas confortáveis para a integração social (SOUZA, 2004 - informação verbal). Hall (1981: 13) define a proxemia como sendo as “observações e teorias inter-relacionadas, relativas ao uso que o homem faz do espaço como elaboração especializada da cultura”.

Privacidade - É um mecanismo de controle interpessoal que movimenta e regula a interação com os outros (SOUZA, 2004 - informação verbal).

Espaço Pessoal - Trata-se de uma área de proteção na qual cada pessoa se insere fisicamente, como se estivesse dentro de uma “bolha” invisível. Cada indivíduo procura manter uma distância entre si e os outros. Pode ser entendido também como o espaço marcado de acordo com a personalidade daquele que o habita (SOMMER, 1973).

Territorialidade - Refere-se a um grupo de ambientes de comportamento que as pessoas personalizam, marcam e defendem, de acordo com suas necessidades (MALARD et al, 2002). Segundo DaMatta (1984) o espaço físico é demarcado pelo estabelecimento de fronteiras que separam uma parte da outra. Ao contrário do espaço pessoal os territórios são fixos, marcados simbólica e concretamente.

Considera-se importante incluir entre essas variáveis a Participação, referente ao envolvimento do usuário na produção do espaço, seja durante o processo de construção (definição do projeto, autoconstrução, acompanhamento da obra) ou durante o processo de ocupação desse espaço (arranjo do mobiliário), visto que a mesma tem contribuição fundamental para o grau de apropriação do ambiente pelo indivíduo.

Na habitação, as diferentes formas de apropriação dos espaços internos são relacionadas à colocação e disposição de móveis e objetos pessoais, a fim de promover a personalização da moradia (SILVEIRA, 2000). Esta, por sua vez, é um dos elementos de apropriação espacial mais evidentes. DaMatta (2003 - informação verbal)<sup>10</sup> afirma que a sociedade se projeta num determinado espaço, e

<sup>9</sup> SOUZA, Marina Éster F. de. Apropriação espacial na esfera do público e do privado. In: SEMANA DA ARQUITETURA - MEXENDO NA CIDADE, 2004, Florianópolis (Comunicação Oral).

<sup>10</sup> DAMATTA, Roberto. Notas sobre o espaço à brasileira: a casa como um sistema cultural. In: I CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE HABITAÇÃO SOCIAL - CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2003, Florianópolis (Comunicação Oral).

como tal, a edificação passa a refletir os valores simbólicos<sup>11</sup> de seus usuários. Na tentativa de conferir identidade à sua moradia, os usuários promovem inúmeras modificações, principalmente de ordem estética, nas fachadas e no interior da habitação, a fim de diferenciar o seu espaço dos demais (SZÜCS, 1997).

A padronização massificada dos conjuntos habitacionais brasileiros torna as habitações impessoais, o que impossibilita o estabelecimento de relações de identidade entre o usuário e a edificação (SZÜCS, 1997; SILVEIRA, 2000). Isto se constitui numa das principais causas de depredação dos espaços coletivo e privado nesses conjuntos, visto que as pessoas não se sentem “donas” e portanto, também não se sentem responsáveis pela conservação desses equipamentos.

A casa é a projeção material do que há de mais permanente em nossa personalidade; representa a união da família e seus laços de sangue (DAMATTA, 2003 - informação verbal). Por isso a casa, enquanto fenômeno cultural, deve corresponder aos ideais de moradia de seus usuários, para que o indivíduo se aproprie efetivamente do espaço, a fim de possibilitar a adequação dos ambientes às suas necessidades culturais e aos diferentes usos e costumes que compõem o espaço habitacional.

### **3.4 ADEQUAÇÃO DO ESPAÇO AO MODO DE VIDA DOS USUÁRIOS**

Em 1971 o CIB (Conseil Internationale du Bâtiment) definiu como uma das principais exigências humanas a “exigência de adaptação ao modo de vida”, a qual é definida pelos seguintes critérios (CARDIA, 1981):

- A superfície e a distribuição de peças devem ser adequadas para que a vida da família possa nelas se articular como se deseja;
- Que a família possa encontrar ou instalar na habitação os equipamentos e os móveis necessários ao seu modo de vida.

Blachère (1974 apud CARDIA, 1981) aprofunda mais essa questão, abordando a adequação da moradia ao modo de vida de seus usuários sob um viés sociológico. Para este autor a moradia deve abrigar de maneira adequada todas as atividades da vida familiar, atendendo às mesmas

---

<sup>11</sup> Tais valores são baseados na cultura do indivíduo.

exigências anteriormente citadas, e acrescentando a estas a atribuição de um cômodo (ou recinto) a cada função específica ou ao menos de um cômodo onde se exercem a menor quantidade de funções sobrepostas.

A exigência de espaços específicos para cada função realizada no âmbito habitacional pressupõe que o indivíduo precisa ter espaço suficiente para realizar com conforto e segurança todas as tarefas inerentes ao uso da habitação. Significa dizer que o dimensionamento inadequado ou insuficiente das peças prejudica o desempenho do indivíduo e a convivência harmônica entre os diferentes grupos sociais que compõem o universo habitacional - crianças, jovens, adultos e idosos, gerando assim situações de conflito familiar.

A precariedade física e dimensional dos espaços habitacionais também contribui para a ausência de um senso de privacidade e intimidade forte, relacionado ao aconchego da moradia. De acordo com Cardia (1981), essas situações são definidas por diversos autores como condições de congestionamento ou “Crowding”.

Em alguns países a condição de congestionamento é utilizada como indicador da qualidade habitacional, empregando para este fim o índice de densidade. No entanto, estudos realizados (STOCKDALE, 1978; STOKOLS, 1973; Organização das Nações Unidas, 1967 apud CARDIA, 1981) apontaram que a densidade é uma medida de relação objetiva entre número de pessoas e espaço disponível, enquanto a condição de congestionamento é uma sensação negativa, determinada por inúmeros fatores, dentre os quais a relação deficitária entre a oferta e a demanda de espaço no universo habitacional.

Deste modo, o índice de densidade não guarda relação direta com as diversas formas de percepção, usos e anseios espaciais por parte dos usuários da habitação. Vale salientar que a adequação do espaço construído ao modo de vida deve estar relacionada ao conhecimento das necessidades dimensionais e os hábitos de uso e atividades exercidas na unidade habitacional. Porém, a maioria das recomendações de adequação ao modo de vida trata essa questão como uma simples relação entre o número de habitantes e área construída da edificação ( $m^2/habitante$ ). Cardia (1981) afirma que essa postura:

- Nega a especificidade de usos e funções dos diferentes cômodos;
- Ignora a complexidade da principal consequência da inadequação espacial ao modo de vida - a condição de congestionamento.

Dentre os fatores que contribuem para a sensação de congestionamento espacial podem-se citar: o tamanho do grupo familiar; funções desempenhadas nos cômodos; características ambientais; espaço interpessoal e personalidade.

Entre estes, pode-se dizer que as características ambientais têm papel determinante no grau de intensidade de congestionamento da habitação. A quantidade de iluminação e ventilação natural (em virtude da dimensão e posicionamento das aberturas), o espaço utilizável (resultante da localização das portas) e a flexibilidade de arranjo do mobiliário (muitas vezes prejudicada pelo posicionamento aleatório de aberturas) podem aumentar ou diminuir a sensação de congestionamento, embora a superfície construída da peça permaneça constante (CARDIA, 1981).

Além de considerar esses fatores, aliados ao conhecimento dos hábitos, costumes e usos do espaço habitacional, as soluções propostas para a habitação de interesse social devem fugir dos pressupostos centrados apenas nos aspectos econômicos, visto que a não-adequação dos espaços às necessidades de seus usuários representam efeitos negativos não só sobre o modo de vida dessas pessoas como também sobre a edificação.

A idéia de área mínima aplicada à habitação social surgiu em decorrência da elevação do custo do binômio terreno-construção e da queda do poder aquisitivo dos possíveis usuários (LEITE, 2003). Assim, a miniaturização da HIS quanto ao espaço habitável passou a ser justificada pelo viés econômico, em detrimento do desempenho técnico, social e funcional da edificação. Essa postura, adotada pelos agentes promotores da HIS até os dias atuais, é decorrente da deturpação do conceito de habitação mínima cunhado pelo movimento modernista, o qual defendia que a habitação deveria possuir todos os requisitos técnicos e equipamentos para fazê-la funcionar de maneira eficiente como um lugar de morar (LEITE, 2003).

Gropius (1972: 51) entendia a habitação mínima como: "(...) um mínimo elementar de espaço, ar, luz e calor que o homem precisa para não sofrer, por causa da moradia, inibição no pleno desenvolvimento de suas funções vitais (...)". Este conceito contempla principalmente a importância dos fatores ambientais na adequabilidade do espaço às exigências de moradia do homem. Entretanto, a configuração política que rege a produção habitacional em série substituiu o ideal de habitação mínima pela redução indiscriminada da dimensão mínima dos espaços, o que originou boa parte dos problemas de inadequação da edificação aos anseios e necessidades de seus usuários.

Silva (1982) complementa a questão abordando o conceito de requisito mínimo, compreendido no âmbito das necessidades e aspirações dos usuários, e assim definido:



O conjunto de condições abaixo das quais o espaço da habitação contribuiria com significativa probabilidade, para comprometer ou impedir o desenvolvimento pessoal e/ou coletivo dos usuários, tendo em vista padrões culturais já assimilados pelo meio social considerado (SILVA, 1982: 28).

A idéia de requisito mínimo para a habitação tem relação direta com a adequabilidade dos espaços habitáveis ao modo de vida de seus usuários, visto que o mesmo considera, em sua definição, os aspectos culturais e a influência do dimensionamento dos espaços sobre as relações sociais de convivência no âmbito habitacional. Silva (1982) afirma que o projeto habitacional focado apenas na economia geométrica gera desarticulação entre os espaços e equipamentos, e conseqüente prejuízo funcional para a edificação.

A redução de área construída, sem um prévio estudo sobre as características dos usuários, e em detrimento dos aspectos de posicionamento, dimensões e características de utilização dos equipamentos inerentes ao funcionamento da habitação, acarretam um ônus considerável para a população. Não só do ponto de vista financeiro (reformas, modificações, ampliações, dentre outros) como também do ponto de vista sócio-psicológico, ao obrigá-la a se adaptar a condições incongruentes com seus hábitos e costumes de uso do espaço habitacional (CARDIA, 1981).

A adequabilidade do espaço construído ao modo de vida de seus usuários é de suma importância para fundamentação da análise da qualidade de funcionamento das edificações em estudo, a qual será apresentada no capítulo 6.

### **3.5 O MOBILIÁRIO POPULAR E SUA ADEQUAÇÃO AO ESPAÇO DOMÉSTICO**

A organização do espaço interno da habitação se dá através da articulação dos cômodos entre si, da distribuição e localização dos equipamentos fixos e das peças de mobiliário. Estas, por sua vez, têm papel fundamental para o funcionamento adequado dos ambientes e para a realização das atividades domésticas, visto que as mesmas demandam áreas de utilização específicas. Já em 1920 os engenheiros e arquitetos responsáveis pela elaboração das “casas econômicas” demonstravam preocupação com o mobiliário a ser utilizado, como mostra o fragmento da revista *O Parafuso* (nº 197, 1920), citado por Carpintéro (1997):

Tratando-se de casas econômicas mórmente nas de reduzida área, é indispensável prevêr-se a colocação dos móveis essenciais, a fim de provêr a bõa distribuição de janelas e portas e determinar o conveniente sentido de abertura destas. Precisam

pois ser desenhadas as projecções dos móveis, mas com as dimensões reais para os tipos acessíveis à bolça do inquilino (CARPINTÉRO, 1997: 134).

Tornaram-se bastante comuns nessa época os manuais estrangeiros que descreviam o processo de fabricação de móveis destinados a ocuparem essas casas. A análise desses documentos mostrou que a disposição racional do mobiliário não era apenas uma preocupação estética, visto que a mesma guardava estreita relação com a distribuição adequada de luz e aeração no interior do espaço doméstico (CARPINTÉRO, 1997). Com o intuito de tornar as habitações mais higiênicas, alguns técnicos recomendavam que os cantos escuros sujeitos ao acúmulo de poeira fossem aproveitados para a colocação de armários embutidos, enaltecendo suas vantagens econômicas e de manutenção, embora fossem inúmeras as dificuldades de adaptação da população a esse tipo de mobiliário.

No universo da habitação popular atual, além da exigüidade dimensional das áreas úteis por cômodo, o modo pelo qual os usuários têm tentado equipar essas moradias para transformá-las em espaço habitável ocasiona perdas funcionais importantes para o ambiente, em virtude do mau aproveitamento do espaço disponível.

O mobiliário utilizado nessas habitações mostra-se, na maioria das vezes, inadequado ao espaço e às necessidades dos moradores (FOLZ, 2003; GHAB, 2004). Quando antigos, são considerados grandes para os ambientes aos quais se destinam; já os mais modernos às vezes são pequenos demais, de modo que se tornam insuficientes para atender às necessidades familiares.

Folz (2003) afirma que uma das principais causas do mau desempenho funcional das habitações de baixa renda é a inadequação dimensional dos móveis oferecidos à população de menor poder aquisitivo pelo mercado. Para esta autora, “O produto ‘móvel’, se não estiver em concordância com o produto ‘casa’, levará a um comprometimento do desempenho da ‘moradia’, criando uma ‘habitação’ deficiente” (FOLZ, 2003: 02). Nesse contexto, o mobiliário torna-se um dos definidores das relações do morador com sua habitação.

Na medida em que as relações desempenhadas por cada indivíduo no grupo familiar são alteradas, os objetos e peças do mobiliário também mudam, como reflexo do comportamento daqueles que o utilizam. Seja quando os filhos saem de casa ou quando os pais vão envelhecendo, peças de mobília são adicionadas ou retiradas do contexto espacial, de acordo com a necessidade do momento. No panorama da arquitetura de interiores moderna e contemporânea, a ausência de espaço suficiente para abrigar todos os móveis que antes compunham o universo doméstico

demanda a busca pela maximização da funcionalidade dos objetos, a fim de garantir a organização interior da habitação.

Na tentativa de baratear o máximo possível os custos de produção, a indústria moveleira reduz indiscriminadamente as dimensões das peças de mobiliário, sem atentar para as perdas que isso representa para os usuários, gerando distorções entre a proporção dos volumes das peças e os espaços aos quais estão destinadas. Comumente, o assento da cadeira de móveis populares não tem os usuais 40cm de diâmetro, mas sim 35cm e a profundidade do roupeiro é reduzida de 56cm para 46cm (FOLZ, 2003).

Uma pesquisa realizada com base no inventário de equipamentos encontrados em domicílios populares (GHAB, 2004) produziu um levantamento dos móveis disponíveis em lojas desse setor em Florianópolis, a fim de identificar o padrão dimensional dos produtos oferecidos à população de menor poder aquisitivo, não só em Santa Catarina como também nos demais estados do Brasil, já que essas peças são comercializadas de norte a sul do país. Esse levantamento serviu de parâmetro comparativo de análise do mobiliário existente nas habitações analisadas na presente dissertação, cujos dados serão apresentados posteriormente no capítulo 6.

A ausência de um desenho industrial voltado para as características peculiares de utilização da habitação mínima é um dos grandes responsáveis pelo seu congestionamento interno e baixo desempenho funcional (FOLZ, 2003). Martucci (1990) defende que o móvel popular deve ser projetado com base nas seguintes características essenciais:

- Atendimento aos requisitos, condições e parâmetros dados pelas características regionais e capacidade tecnológica instalada;
- Atendimento aos requisitos funcionais e ambientais;
- Atendimento aos princípios de racionalização do produto quanto à sua produção.

Para atender a esses princípios, o autor afirma que no processo de produção do mobiliário devem ser considerados os seguintes conceitos: modulação, padronização, precisão, normalização, permutabilidade, mecanização, repetitividade, divisibilidade, transportabilidade e flexibilidade.

A flexibilidade é um requisito básico de extrema importância para os móveis destinados a ambientes de dimensões reduzidas, visto que essa situação demanda a utilização de peças versáteis tanto em sua locomoção como em suas formas de uso. Além disso, o mobiliário também deve ser, quando possível, multifuncional, a fim de que uma mesma peça possa atender diferentes funções ocupando o mesmo espaço (FOLZ, 2003).

Como exemplos de móveis flexíveis pode-se citar as mesas e cadeiras dobráveis ou extensíveis, que quando não estão sendo utilizadas liberam espaço no cômodo. Um outro exemplar bastante conhecido e utilizado em habitações populares é o sofá-cama. Essa peça, além de ser compacta e diminuir a área de utilização exigida para ser usado como sofá, também muda de função quando necessário (FOLZ, 2003).

Dentre os elementos que compõem um móvel, a porta possui um grande potencial de redução da exigência de espaço para sua utilização. Como alternativa às portas de “abrir”, que são o tipo mais comum e ocupam mais espaço quando abertas, existem as portas de correr e as sanfonadas, ou ainda a chamada “esteira mágica”, que some quando aberta (FOLZ, 2003). Estratégias de projeto do mobiliário como essa representam a otimização do equipamento e conseqüente melhora da qualidade de funcionamento do cômodo.

Inúmeras experiências foram realizadas no Brasil com o intuito de racionalizar e flexibilizar as peças de mobiliário para melhorar sua adequação a espaços mínimos. No entanto, quase todas as soluções apresentadas mostraram-se desvinculadas da realidade espacial da habitação popular e das exigências específicas que ela requer. Folz (2003) argumenta que:

Pensar um mobiliário que dialogue com a pequena dimensão da moradia e com a complexidade da formação familiar e que seja acessível economicamente aos moradores é uma forma de buscar possíveis soluções que melhorem a habitabilidade das unidades dos conjuntos habitacionais empreendidos pelo Estado ou pela iniciativa privada ou mesmo das unidades autoconstruídas (FOLZ, 2003: 04).

Desta forma, a melhoria da habitabilidade e da qualidade de desempenho funcional das habitações populares passa inevitavelmente pela qualidade do mobiliário voltado para esse segmento. A partir do momento em que a indústria e o comércio de móveis populares passarem a oferecer no mercado produtos modulados, redimensionados de acordo com as áreas úteis das unidades habitacionais, dotados de flexibilidade e multifuncionalidade, aliados à revisão do padrão dimensional praticado para a habitação popular, essas edificações tornar-se-ão mais confortáveis, ergonomicamente seguras e adequadas às necessidades espaciais de seus usuários.

### 3.6 PRINCÍPIOS ANTROPOMÉTRICOS PARA O PROJETO HABITACIONAL

O estudo sobre o modo de concepção da moradia autoconstruída, em termos de dimensionamento e articulação dos espaços internos da edificação, bem como a análise do seu desempenho funcional exige o conhecimento e aplicação de conceitos referentes às dimensões do corpo humano. Segundo Boueri Filho (1999):

Os edifícios são construídos para pessoas e para serem habitados por elas. Em cada processo projetual de arquitetura, as dimensões e os movimentos do corpo humano são os determinantes da forma e tamanho dos equipamentos, mobiliário e espaço ou pelo menos deveriam ser (BOUERI FILHO, 1999: 07).

O estabelecimento das noções de escala e proporção dos objetos arquitetônicos se dá através de sua comparação com as dimensões humanas. Daí a importância do conhecimento das relações dimensionais dos usuários e os espaços necessários ao deslocamento, trabalho ou repouso terem fundamental importância para o projeto arquitetônico, cuja principal finalidade é o estabelecimento da melhor relação possível entre a edificação e o indivíduo que usufruirá o espaço edificado.

A Antropometria é a ciência que estuda as relações entre as dimensões físicas do homem e sua habilidade e desempenho ao ocupar um espaço em que realiza várias atividades, utilizando equipamentos e mobiliário adequados (BOUERI FILHO, 1999). A antropometria é na realidade um ramo de estudos da Ergonomia, ciência que estuda os locais de trabalho. Num sentido mais amplo, a ergonomia analisa as interações entre o homem e os outros elementos de um dado sistema, visando melhorá-los quanto a respostas motoras, conforto, fadiga, esforço e bem-estar (LOPES FILHO; SILVA, 2003).

Nuno Portas foi um dos primeiros a desenvolver estudos sobre a aplicabilidade da antropometria ao projeto habitacional. Este autor estabeleceu novos parâmetros para elaboração do programa de uma habitação, visando o pleno atendimento das exigências humanas em termos funcionais e de habitabilidade (BOUERI FILHO, 1999). Portas salienta que o arquiteto deve estabelecer as relações entre o espaço que está projetando e as atividades e comportamento dos possíveis usuários desses espaços. Desse modo, o arquiteto deve basear o projeto habitacional nos seguintes parâmetros:

- Descrição dos componentes do grupo familiar, identificando a função e atividade relacionada a cada indivíduo do grupo, assim como a alteração dessas funções à medida que a família evolui;
- Registro das situações típicas vivenciadas pelo grupo familiar no espaço projetado;
- Determinação das distâncias, movimentos e posturas das pessoas no ambiente através de métodos antropométricos que levam em consideração fatores psicológicos, étnicos e culturais dos grupos envolvidos;
- Concepção dos espaços arquitetônicos considerando os graus de privacidade mais adequados às atividades exercidas por cada indivíduo ou grupo de indivíduos no âmbito da habitação.

De acordo com esses parâmetros, o dimensionamento adequado do espaço habitacional deve estar atrelado aos diversos usos a que esse espaço se destina, e sob o enfoque ergonômico, a adequabilidade dimensional se materializa através da aplicação das medidas corporais do ser humano ao projeto da habitação (BOUERI FILHO, 1999).

Os conceitos aqui explicitados foram utilizados na etapa de análise dimensional das plantas baixas das unidades em estudo, os quais fundamentaram teoricamente os resultados apresentados pelos indicadores de funcionalidade, constantes do capítulo 6.

### **3.7 A AUTOCONSTRUÇÃO ENQUANTO SOLUÇÃO PARA O DÉFICIT HABITACIONAL**

Durante a década de 80 as metrópoles brasileiras viveram um processo de “periferização” muito intenso, caracterizado pela expulsão populacional dos núcleos metropolitanos para os municípios vizinhos, ampliando o raio de abrangência das zonas distantes do centro urbano.

Em parte essas modificações ocorreram por causa da transitoriedade das camadas populacionais por diferentes faixas de renda. A representatividade dessas oscilações dá-se através

do aumento da população situada abaixo da linha de pobreza<sup>12</sup> e pela diminuição relativa do poder aquisitivo da classe média<sup>13</sup>.

Essa configuração sócio-econômica fez com que o número de novas construções nas grandes e médias cidades caísse consideravelmente, pois o financiamento antes conseguido através do Banco Nacional da Habitação - BNH, passou a depender de recursos próprios dos moradores. Assim as classes de média e baixa renda viram-se obrigadas a buscar novas alternativas de moradia longe das áreas centrais das cidades (RODRIGUES, 1989).

Com o empobrecimento da sociedade brasileira, as camadas menos favorecidas da população dos centros urbanos passaram a ter como principal forma de acesso à terra a aquisição de glebas situadas nas periferias das cidades. Esses terrenos são caracterizados pelo baixo investimento em infra-estrutura e pagamento do valor do lote em longo prazo (prestações), aliados à produção da moradia no regime de autoconstrução e/ou autogestão.

De acordo com Maricato (1979):

A autoconstrução, o mutirão, a auto-ajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calçado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho (MARICATO, 1979: 71).

A autoconstrução é caracterizada pela construção da habitação pelo próprio morador e sua família, pelo morador com a ajuda de parentes e amigos ou pelo morador auxiliado por um profissional remunerado (pedreiro, encanador, eletricista) durante as folgas de sua jornada de trabalho, comumente nos fins de semana (MARICATO, 1979).

Para Bonduki (1986: 245) a autoconstrução é uma “verdadeira instituição cultural na periferia”, sendo a forma de provimento habitacional mais utilizada pela população de baixa renda nas cidades brasileiras e apresentando uma série de problemas, visto que as edificações são construídas sem nenhum acompanhamento técnico.

Dependendo do sítio de implantação, a construção improvisada (fundação, estrutura, cobertura, instalações elétricas e hidro-sanitárias) submete seus ocupantes a situações de risco extremas, como incêndios e desabamentos. No entanto, o processo de autoconstrução apresenta algumas vantagens que, aliadas ao acompanhamento técnico, podem melhorar muito a qualidade

<sup>12</sup> Rocha (1997 apud LIMA, 2005) considera a linha de pobreza como sendo a renda familiar insuficiente para a aquisição de alimentos com a quantidade de calorias mínimas diárias para garantir sua sobrevivência.

<sup>13</sup> Setores sociais que não sejam proprietários dos meios de produção mais expressivos, não sejam empregadores de pessoas (com exceção do trabalho doméstico e pequenos negócios) e não realizem atividades relacionadas à transformação de matéria (LYRA, 2004).

desses espaços, em virtude principalmente da participação do usuário no processo de produção da edificação. Isto possibilita maior consciência do espaço construído, e, portanto o morador apropria-se deste com mais facilidade (MARICATO, 1979).

O processo de autogestão difere da autoconstrução no sentido de que no primeiro o morador contrata um profissional informal para edificar a habitação, sendo ele responsável pelo “projeto”, gerenciamento administrativo dos recursos financeiros e acompanhamento da obra (BONDUKI, 1992). Neste trabalho, consideram-se os dois processos semelhantes, visto que o objetivo principal é identificar as formas de concepção espacial da moradia pelo morador usuário, independente do fato dele ter construído ou ter pagado alguém para construir esse espaço, de acordo com suas necessidades (financeiras, espaciais, estéticas).

A prática da autoconstrução está diretamente ligada à especulação imobiliária e à exclusão sócio-territorial que impera nas médias e grandes cidades brasileiras. Desta forma, este processo construtivo constitui-se como a “arquitetura possível” (MARICATO, 1979) para a população de baixa renda garantir sua casa própria, mesmo que esteja localizada em áreas desprovidas de urbanização, em sítios inadequados (áreas de topografia acidentada, alagadiços) e até mesmo em condições ilegais de posse da terra.

Assim, o trinômio loteamento periférico/ lote próprio/ auto-empreendimento passou a ser a principal solução adotada pelas camadas sociais de menor renda para assegurar seu acesso à casa própria (BONDUKI, 1992). A comercialização dos chamados lotes “populares” deu margem a ocupações e comercializações fundiárias ilegais, pois de acordo com a configuração econômica da época, a população de baixa renda já não podia pagar pelos terrenos localizados em áreas centrais (RODRIGUES, 1989; CARPINTÉRO, 1997). Nesse contexto surgem duas condições distintas de legalidade dos loteamentos situados nas periferias: os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares.

Os loteamentos clandestinos são caracterizados pela falta de titulação da propriedade da terra por parte dos agentes envolvidos no processo: o proprietário fundiário, o “loteador” (às vezes podem ser a mesma pessoa) e o agente imobiliário. Este último é o responsável pela comercialização da gleba. São totalmente desprovidos de infra-estrutura e geralmente de difícil acesso, o que os torna mais baratos. Como não existe titulação comprovada da terra, os compradores do lote não são seus proprietários legais (RODRIGUES, 1989).



Os loteamentos irregulares são caracterizados pelo não cumprimento das normas urbanísticas em vigor, regulamentadas pela Lei nº 6.766/ 1979, relacionadas aos serviços de infraestrutura e equipamentos urbanos públicos que devem ser implementados no loteamento (BRASIL, 1979). A burla às exigências legais, no caso dos loteamentos irregulares, se justifica pelo encarecimento do preço final do lote, decorrente da implementação de todos os serviços requeridos. Isto acaba por tornar o empreendimento inviável, já que o consumidor-alvo não possui um poder de compra que lhe permita ter acesso ao produto (o lote) oferecido em tais condições.

O que diferencia o mecanismo de acesso à terra através de loteamentos populares dos demais processos de ocupação é a compra de uma propriedade (o que não significa que o comprador a obtenha de fato, por se tratar de uma negociação sem legitimidade jurídica) e a atuação de um agente imobiliário. Essa condição oferece, de certo modo, respaldo aos proprietários desses lotes para brigarem pela legalização de sua propriedade fundiária, apoiados no direito aos serviços públicos garantidos pela legislação a todos os cidadãos proprietários de imóveis (RODRIGUES, 1989).

De maneira geral, a revisão de literatura apresentada ao longo deste capítulo permeia todo o desenvolvimento da pesquisa. A ilustração 3.2 demonstra graficamente a relação de todos os temas abordados com as etapas de trabalho, destacando sua relevância para o estudo apresentado.

Temática	Importância do tema para o trabalho	Etapas a qual a temática se relaciona
O significado antropológico do espaço doméstico	Auxiliar na compreensão das relações simbólicas estabelecidas entre usuário e espaço edificado	Delimitação e conceituação metodológica; Elaboração do roteiro de entrevista; Análise das unidades habitacionais pesquisadas
Fenomenologia em arquitetura	Auxiliar na compreensão do espaço habitacional, baseada na apreensão do real significado da casa para o grupo que se pretende analisar	Elaboração do roteiro de entrevista; Observação e análise das unidades habitacionais pesquisadas
Apropriação do espaço habitacional	Fundamentar teoricamente o entendimento da relação dos moradores autoconstrutores e moradores secundários com suas respectivas habitações	Elaboração do roteiro de entrevista; Observação, levantamento e análise das unidades habitacionais pesquisadas
Adequação dos espaços habitáveis ao modo de vida dos usuários	Entender as relações entre a exigência de espaços específicos para cada função doméstica e seu dimensionamento, assim como sua influência sobre o desempenho do indivíduo e a convivência entre os grupos sociais que compõem o universo habitacional	Elaboração do roteiro de entrevista; Levantamento e análise das unidades habitacionais pesquisadas
O mobiliário popular e sua adequação ao universo doméstico	Fundamentar a análise da organização do espaço interno da habitação através da articulação dos cômodos entre si, da distribuição e localização dos equipamentos fixos e das peças de mobiliário	Levantamento e análise das unidades habitacionais pesquisadas
Princípios antropométricos para o projeto habitacional	Aplicar o conhecimento das relações dimensionais dos usuários e os espaços necessários ao seu deslocamento, trabalho ou repouso ao estabelecimento da melhor relação entre a edificação e o indivíduo que usufruirá o espaço edificado	Levantamento e análise das unidades habitacionais pesquisadas
A autoconstrução enquanto solução para o déficit habitacional	Compreender as questões político-econômicas que regem os loteamentos populares e sua implicação sobre a produção habitacional através do regime de autoconstrução e/ou autogestão	Caracterização do objeto de estudo; Elaboração do roteiro de entrevista; Observação das unidades habitacionais pesquisadas

Ilustração 3.2 - Quadro geral do referencial teórico e sua relação com as etapas de pesquisa.

## **CAPÍTULO 4**

### **O CONTEXTO HABITACIONAL DE FLORIANÓPOLIS**

A questão habitacional em Florianópolis difere muito pouco da conjuntura brasileira apresentada no 1º capítulo, referente à introdução deste trabalho. O modelo econômico vigente na capital catarinense, baseado na prestação de serviços e intensa atividade turística, aliado à propaganda nacional da qualidade de vida na cidade, tem atraído um enorme contingente populacional e aumentado consideravelmente a demanda por moradia, emprego e serviços de infraestrutura urbana inerentes à habitação.

Para a compreensão da realidade urbano-habitacional do estudo de caso deste trabalho, a ser apresentado no capítulo 5, se faz necessária a contextualização dessa problemática no universo macro da cidade. O presente capítulo trata da caracterização da realidade habitacional de Florianópolis, desde a época de sua fundação até a atualidade, destacando os aspectos político-econômicos que regem essa questão no âmbito do município e de sua região metropolitana.

#### **4.1 BREVE HISTÓRICO**

A cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, situa-se na região sul do Brasil (Ilustração 4.1). É compreendida pela ilha de Santa Catarina e por uma pequena área continental, as quais são interligadas pelas pontes Hercílio Luz, Colombo Salles e Pedro Ivo Campos (BINOTTO, 1994). Possui 451,0 Km² de superfície total, sendo 438,9 Km² correspondentes à porção insular e 12,1 Km² à porção continental (PMF, 2002).

A origem da cidade está diretamente relacionada à sua importância, desde o início do século XVI, como porta de entrada para o sul do Brasil. Os primeiros indícios de presença de europeus na ilha de Santa Catarina datam desta época e coincidem com as primeiras expedições de exploradores de madeira e aventureiros, as quais ocorreram com intensidade em todo o litoral brasileiro, na

tentativa de configurar a posse e ocupação jurídica do território (IPUF, 1986). A ocupação oficial da costa catarinense teve início em 1534, quando Pero Lopes de Souza recebeu uma das 12 faixas lineares de terra, resultantes da divisão do território compreendido entre os atuais estados do Maranhão e Santa Catarina (IPUF, 1986).



Ilustração 4.1 - Localização da região sul no contexto do Brasil, com destaque para Florianópolis

Fonte: <[http://www.brasil.org/Presse\\_midia/Journaux.htm](http://www.brasil.org/Presse_midia/Journaux.htm)>. Acesso em: 21 fev 2005. Ilustração adaptada pela autora deste trabalho.

A vila de Nossa Senhora do Desterro, berço da atual Florianópolis, foi fundada em 1662 pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho. Em 1678 o bandeirante deu início à construção da capela de Nossa Senhora do Desterro, definindo assim o centro do povoado. O povoamento efetivo da região ocorreu entre os anos de 1748 e 1756, quando houve a migração de colonizadores açorianos, os quais criaram e desenvolveram comunidades em freguesias da ilha como a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa, Canasvieiras e Ribeirão da Ilha (IPUF, 1986). No final do século XIX a cidade passou a se chamar Florianópolis, em homenagem ao então presidente da república, Marechal Floriano Peixoto.

Com a chegada do século XX a cidade passou por profundas transformações urbanísticas, caracterizadas pela implantação das redes básicas de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, ligando a ilha ao continente (IPUF, 1986).

A vocação histórico-econômica de Florianópolis mostra que o mar sempre foi elemento de presença marcante no desenvolvimento da cidade: no início como único meio de ligação e de escoamento de produção agrícola para o continente; na atualidade como meio de subsistência de inúmeras famílias de pescadores e como principal veículo de promoção turística. Em 1980 o turismo assumiu caráter relevante na economia da cidade, provocando transformações em seu contexto cultural e urbano.

A partir da década de 60 o processo desenvolvimentista atingiu boa parte das cidades brasileiras. Em Florianópolis a paisagem urbana sofreu as primeiras modificações significativas, através da verticalização do centro da cidade e bairros adjacentes. Os edifícios comerciais e de prestação de serviços passaram a dominar a paisagem local, enquanto as casas térreas unifamiliares começaram a serem substituídas por edifícios multifamiliares (PMF, 2002).

Com o advento do turismo a cidade passou por um processo de expansão urbana intensa, a qual possibilitou a valorização dos produtos e serviços vinculados à atividade turística, tais como hotéis, restaurantes e principalmente o adensamento habitacional dos balneários, através de loteamentos e construção de casas de veraneio e de aluguel por temporadas (PMF, 2002). Nesse contexto, cresceram consideravelmente as demandas por serviços de infra-estrutura na cidade, bem como os impactos ambientais sobre os ecossistemas da ilha, cujos 42% da superfície total são áreas de preservação permanente, como demonstra a tabela 4.1.

Em 1991 o Censo Demográfico apontou que 15,03% da população florianopolitana viviam com menos de meio salário mínimo e a renda familiar per capita era de 2,73 salários mínimos (SNIU - Ministério das Cidades, 2005). Apesar de abrigar atualmente o 2º maior contingente populacional de Santa Catarina, totalizando 386.913 habitantes, Florianópolis possui renda média familiar de R\$1.219,30 (a renda média para o Estado de Santa Catarina é de R\$1.470,00) e também a maior média de escolaridade do Estado (7,4 anos) (Fundação IBGE, 2000). Esses fatores contribuem para sua divulgação no cenário nacional como uma das cidades com melhor qualidade de vida do país, e conseqüentemente para o intenso e constante fluxo migratório, o qual gera demandas cada vez mais altas por empregos e serviços urbanos (PMF, 2002).

Tabela 4.1 - Dados de superfície e de edificações de Florianópolis

Descrição	Valor Numérico	%
Superfície total	451,0 Km <sup>2</sup>	100,00
Superfície de área continental	12,1 Km <sup>2</sup>	2,70
Superfície de área insular	438,9 Km <sup>2</sup>	97,30
Áreas urbanas e de expansão urbana	186,98 Km <sup>2</sup>	41,00
Áreas de preservação Permanente segundo os planos diretores - APP	189,42 Km <sup>2</sup>	42,00
Áreas de Preservação, mas com uso limitado - APL	74,6 Km <sup>2</sup>	17,00
Unidades residenciais	143.855	89,50
Unidades comerciais	9.720	6,00
Unidades de serviço	5.864	3,68
Unidades industriais	82	0,05
Unidades mistas	1.239	0,77

Fonte: IPUF, 2001. In: PMF, 2002: 28.

Além do turismo, as atividades econômicas que mais se destacam na cidade são relacionadas à prestação de serviços, dentre elas: assessoria ou consultoria (de qualquer natureza), execução de obras de construção civil, instituições financeiras e terceirização de serviços diversos (PMF, 2002).

#### 4.2 □ CONTEXTO METROPOLITANO

Na década de 90 o alto custo do solo urbano nos grandes centros induziu o crescimento acelerado das cidades localizadas em suas áreas de influência (BINOTTO, 1994). Nesse contexto, os oito municípios mais próximos à capital catarinense passaram a constituir sua região metropolitana (CAMBUHY, 2004). São eles: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara (Ilustração 4.2). Dentre estes, São José, Palhoça e Biguaçu formam a área conurbada<sup>14</sup> de Florianópolis.

A Região Metropolitana apresenta como principal característica a taxa de crescimento populacional superior à média do Estado, equivalente a 6% da população total catarinense.

<sup>14</sup> Agrupamento territorial de diversas unidades administrativas urbanizadas adjacentes (BINOTTO, 1994).

Florianópolis destaca-se como nítido pólo centralizador, desempenhando funções de capital administrativa, pólo turístico nacional e centro de produção tecnológica (PMF, 2002).

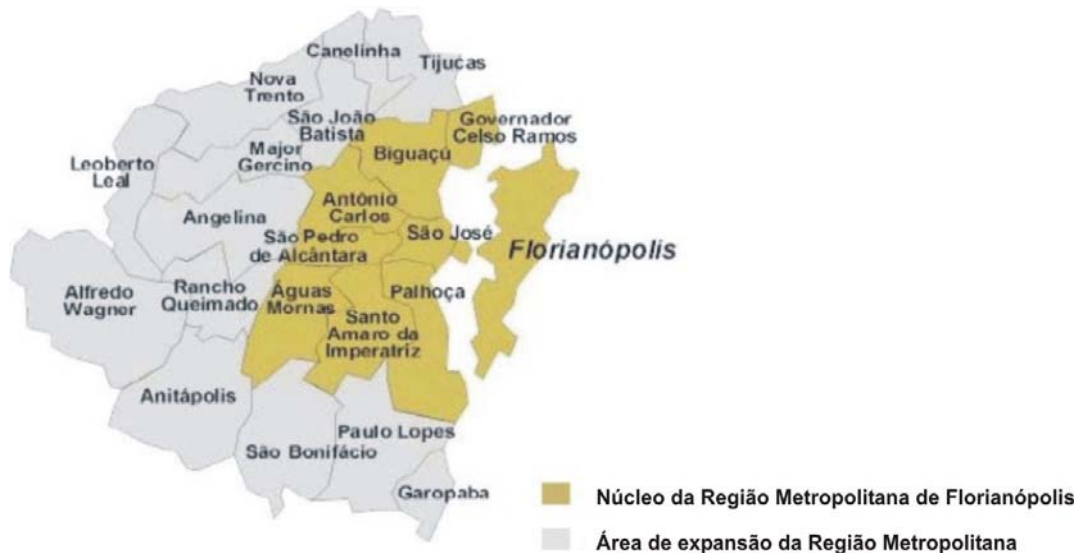


Ilustração 4.2 - Região Metropolitana da Cidade de Florianópolis

Fonte: CODESC, 2003. In: CAMBUHY, 2004: 50.

O adensamento populacional da região conurbada da cidade ocorreu em função de três diferentes tipos de correntes migratórias (BINOTTO, 1994), a saber:

- Pessoas que vêm ocupar cargos públicos;
- Estudantes universitários;
- Pessoas vindas do meio rural e de outras cidades, inclusive do interior do Estado.

O processo de desenvolvimento e modernização do trabalho rural, excludente e concentrador de terra e renda por natureza, impulsionou a saída de inúmeras famílias de suas cidades de origem em direção aos centros urbanos mais desenvolvidos. Este processo acabou por degradar ainda mais as condições de vida nas cidades, incapazes de absorver e atender satisfatoriamente as crescentes demandas populacionais. Nesse contexto, a inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) e a satisfação das demais necessidades vitais (abrigo, alimentação, saúde, dentre outras) passaram a se constituir como problemas prementes para aqueles que integram as populações urbanas de baixa renda (OLIVEN, 2002).

Binotto (1994) afirma que o principal motivo de migração de catarinenses vindos do interior para a Ilha de Santa Catarina é a busca de melhores condições de vida na cidade, em virtude da destruição das formas de subsistência e crescente mecanização no campo. Ao chegar na cidade, a

população migrante de baixa renda fixa-se em áreas periféricas, tais como as encostas dos morros, antigas zonas rurais próximas ao centro e na região continental (especificamente na região conurbada).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Florianópolis - PMF (2002), o quadro social da cidade é bastante preocupante, visto que é cada vez mais alta a taxa de crescimento da população de baixa renda no município. Em dez anos (1992 - 2002) a população moradora das 46 áreas consideradas de interesse social na cidade cresceu 143,75%, totalizando 46.000 habitantes. A maioria deles reside em áreas de risco ou de preservação ambiental como as dunas, manguezais e nas encostas dos morros (Ilustração 4.3), em condições precárias de salubridade, habitabilidade e de acesso à infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos (Tabela 4.2).

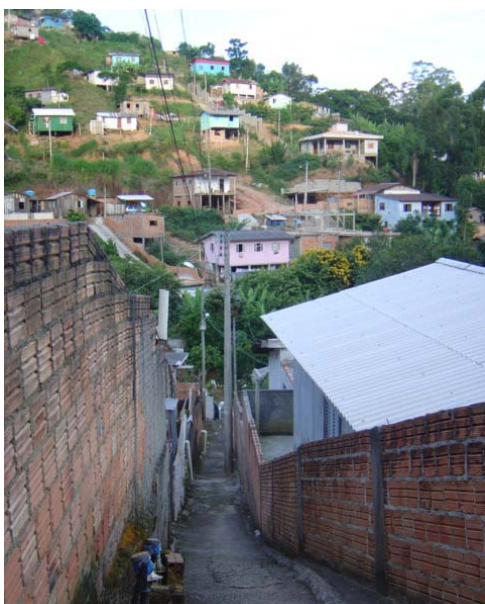


Ilustração 4.3 - Ocupação de morros: desmatamento da cobertura vegetal em áreas de preservação

Fonte: Arquivo CIDADHIS/ARQ/UFSC, 2004.

Autor: Leandro Feijó

Tabela 4.2 - População residente em áreas de risco ou de proteção ambiental em Florianópolis

Descrição das Áreas	Nº de Áreas	Nº de Domicílios	Moradores*
Inundações	02	200	840
Desabamentos	16	1.100	4.620
Faixas de domínio de linhas de transmissão e vias	01	400	1.680
Proteção de mananciais	05	300	1.260
Preservação Permanente	15	1.400	5.880
Total	39	3.100	13.020

\* Número estimado

Fonte: Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, 1999. In: PMF, 2002: 38.



Nesse contexto, a condição de clandestinidade da posse da terra urbana e das edificações em Florianópolis atinge cerca de 58% das habitações do município, enquanto o déficit habitacional é estimado em 12.000 unidades (PMF, 2002).

Assim como nas demais grandes cidades do Brasil, em Florianópolis a principal forma de produção habitacional pela população que não possui acesso aos programas de provimento habitacional oficiais são a autoconstrução e/ ou a autogestão. Ambos os processos foram explicitados no capítulo anterior, pertinente ao referencial teórico desta dissertação.

#### 4.3 A POLÍTICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

Como citado na introdução deste capítulo, o modelo econômico vigente na capital catarinense tem atraído um enorme contingente populacional e aumentado consideravelmente a demanda por moradia, emprego e serviços de infra-estrutura urbana inerentes à habitação. Nesse contexto, a cidade apresenta hoje uma taxa de urbanização de 97,04% e densidade demográfica de 760,1 hab/Km<sup>2</sup> (SNIU - Ministério das Cidades, 2005).

Dados preliminares do Censo 2000 apontam que a média de moradores por domicílio em Florianópolis caiu de 3,69 (em 1991) para 3,23 (em 2000), ficando abaixo da média brasileira, que é de 3,73 moradores/domicílio (Fundação IBGE, 2000). De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), 1,18% da população de Florianópolis vive em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório (Fundação IBGE, 2003). A tabela 4.3 apresenta a relação da população moradora por tipo de domicílio na cidade, na qual 252.648 pessoas ainda residem em casas ao invés de apartamentos, e 328 pessoas residem em cômodos (Fundação IBGE, 2000).

Tabela 4.3 - População moradora por tipo de domicílio em Florianópolis

<b>Tipo de Domicílio</b>	<b>População Moradora (pessoas)</b>
Particulares Permanentes (próprios ou não)	339.063
Particulares Improvisados	703
Domicílios Coletivos	2.549
<b>Total</b>	<b>342.315</b>

Fonte: Dados do Censo Demográfico 2000 (Fundação IBGE) compilados pela autora deste trabalho.

Os Planos Diretores do Distrito-Sede e dos Balneários do município apresentam o mapeamento das chamadas Áreas Residenciais Predominantes Zero - ARP 0, o qual indica as áreas ocupadas por favelas e demais assentamentos subnormais, além de áreas propensas à implantação de loteamentos populares na cidade. No entanto, a PMF admite que na prática algumas glebas situadas em Áreas de Exploração Rural - AER têm sido transformadas em ARP - 0 para implantação de conjuntos habitacionais, como tentativa de minimizar o déficit habitacional (PMF, 2002).

De acordo com a prefeitura, a ausência de dispositivos legais que direcionem a inserção urbana e paisagística desses conjuntos tem contribuído para o comprometimento de suas funções e adequações ao contexto citadino (PMF, 2002).

Reforçando as definições dos diversos tipos de assentamentos habitacionais subnormais, as favelas, de acordo com a Fundação IBGE, são aglomerados de no mínimo cinquenta domicílios, quase sempre desprovidos de infra-estrutura, localizados em terrenos invadidos não pertencentes aos moradores e constituindo-se, portanto, em ocupações juridicamente ilegais (RODRIGUES, 1989). Antes de tudo, são uma alternativa de sobrevivência para aqueles que não podem pagar pelo solo urbano nem têm onde e como morar dignamente. Já os cortiços são habitações de caráter coletivo, situadas em prédios antigos mal conservados em áreas centrais, cujas unidades são ocupadas mediante o pagamento de aluguel. Geralmente dependências como banheiros e áreas de serviço são de uso coletivo (RODRIGUES, 1989).

Os bairros periféricos de Florianópolis sofrem com os problemas ambientais, decorrentes principalmente da carência ou ineficiência de serviços urbanos básicos. Nas encostas dos morros e fundos de vales proliferam os assentamentos subnormais, cujas condições físicas são degradantes. Esses impactos ambientais, decorrentes das condições precárias e ineficientes de saneamento ambiental e infra-estrutura, promovem gradativamente a desvalorização sócio-econômica desses bairros.

Diante do contexto exposto, percebe-se que ao longo da evolução histórica da cidade de Florianópolis os bairros populares tais como Carianos, Tapera e algumas regiões do Morro da Cruz apresentam um quadro de estagnação sócio-econômica, no sentido de que não ocorreram mudanças significativas nas formas de uso e ocupação de seu espaço urbano.

Esses bairros, dentre outros da cidade, são caracterizados como áreas periféricas tipicamente residenciais, ambientalmente degradadas e ocupadas por população de baixa renda. Em

contrapartida, percebe-se que os assentamentos subnormais já não se instalam apenas nessas áreas, agora compartilham os mesmos territórios da classe média.

As soluções adotadas pelo poder público até o momento têm caráter paliativo, pois essa situação só poderá ser minimizada de fato quando os governos estadual e municipal promoverem uma redistribuição mais igualitária de renda, que possibilite aos cidadãos urbanos sustentar sua família de forma digna e pagar pela sua habitação, provida de todos os equipamentos e serviços urbanos necessários ao seu funcionamento.

#### **4.3.1 A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO**

A problemática habitacional da cidade de Florianópolis até pouco tempo atrás era tratada como uma questão secundária, marcada por intervenções pontuais e de caráter emergencial baseadas em ações paliativas, as quais não se constituem como alternativas concretas para a solução da crise que impera na cidade. Durante aproximadamente quatro décadas a Companhia Habitacional do Estado de Santa Catarina - COHAB/SC foi a responsável pelo provimento habitacional na região, através da construção de conjuntos residenciais populares e programas de regularização fundiária (BINOTTO, 1994; PMF, 2002).

A primeira iniciativa de fato da Prefeitura de Florianópolis aconteceu em 1978, com a criação do projeto Sapé, o qual consistiu na construção de cinquenta e cinco casas em regime de mutirão (BINOTTO, 1994). No entanto, por falta de estrutura institucional do município, a continuidade do projeto foi assumida pela COHAB/SC.

Em 1979 a COHAB/SC iniciou as obras para a construção do residencial Monte verde, o primeiro conjunto habitacional de Florianópolis (em sua porção insular). Foram construídas 400 unidades, entregues em duas etapas. A inauguração oficial ocorreu em abril de 1981 (GHAB, 1994).

A prefeitura só voltou a atuar diretamente na produção habitacional do município em 1989, em virtude da pressão social provocada por movimentos populares, apoiados por instituições acadêmicas como a UFSC (PMF, 2002).

Entre os anos de 1989 e 1992 a prefeitura realizou o cadastramento de áreas consideradas de interesse social e o levantamento das características sócio-econômicas de seus moradores, na tentativa de criar instrumentos que viessem a direcionar a política habitacional do município. Em paralelo foram instituídos o Fundo Municipal de Integração Social - FMIS, responsável pelo

financiamento das ações e empreendimentos nas áreas de habitação e desenvolvimento social, e o Conselho do FMIS, instrumento de gestão conjunta dos recursos que conta com a participação direta dos segmentos comunitários envolvidos (PMF, 2002).

Os principais projetos executados pela PMF nos últimos doze anos consistem na construção de conjuntos habitacionais, reassentamentos e regularizações fundiárias (ambos executados tanto na porção insular quanto na porção continental da cidade). A partir de 1997 a prefeitura aumentou consideravelmente a produção habitacional do município, investindo cerca de 4,2 milhões de reais em recursos próprios e utilizando recursos dos Governos Federal e Estadual na implantação do Projeto Bom Abrigo, como demonstra a Ilustração 4.4.

A execução desses projetos levou a prefeitura a avaliar a legislação urbana do município, bem como promover a estruturação de suas políticas e programas voltados para o provimento habitacional. Em 1998 Florianópolis foi integrada ao Programa de Habitação Social Nacional Habitar Brasil/BID, uma parceria entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual engloba dois subprogramas - Urbanização de Assentamentos Subnormais e Desenvolvimento Institucional (PMF, 2002).

O objetivo deste programa é a implementação de projetos-piloto de investimentos em infraestrutura urbana e habitação em áreas de assentamentos subnormais em várias cidades do Brasil, com recursos provenientes de financiamento internacional (BID) e do Orçamento Geral da União. A fim de habilitar o município para integrar o referido programa, a prefeitura realizou em 1999 o Seminário de Habitação, do qual resultou a criação da Secretaria Municipal da Habitação e do Desenvolvimento Social (PMF, 1999).

Os conjuntos habitacionais construídos no âmbito do Projeto Bom Abrigo até o momento foram entregues com as seguintes redes de infra-estrutura e equipamentos de uso público: abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, estação de tratamento de esgoto, drenagem pluvial, pavimentação, quadra de esportes, creche e centro comunitário (GHAB, 2003). No entanto, alguns deles apresentam problemas pertinentes à inadequação do projeto de arquitetura ao sítio de implantação, relacionados não só ao espaço físico como também às relações de vizinhança no contexto do bairro.

Projeto	Bairro	Ano	Características	Unidades
Jardim Ilha Continente	Capoeiras	1989/92	Projeto de regularização fundiária através da implantação de loteamento e construção de unidades habitacionais.	194
Conjunto Habitacional Vila União*	Inglese (Vargem do Bom Jesus)	1997	Construção de unidades habitacionais destinadas às famílias vítimas das enchentes de 1995 e famílias removidas das margens da BR-282.	175
Conjunto Habitacional Abraão*	Abraão-Continente	1996/97	Construção de unidades habitacionais em parceria com o Estado, através da COHAB/SC, destinadas às famílias removidas das margens da BR-282.	177
Conjunto Habitacional Vila Cachoeira*	Saco Grande	1999	Construção de unidades habitacionais destinadas às famílias removidas das margens da BR-282.	205
Conjuntos Habitacionais Caminho do Mar e Vilarés*	Inglese	2002	Construção de unidades habitacionais destinadas a famílias na faixa de renda entre 5 e 10 salários mínimos, resultante da parceria entre CEF, PMF, empresas de construção e entidades beneficiárias.	430
Conjunto Habitacional Chico Mendes*	Chico Mendes	2003/04	Construção de unidades habitacionais destinadas às famílias moradoras das comunidades de Chico Mendes, N. Senhora da Glória e Novo Horizonte.	140

\* Projeto Bom Abrigo.

Ilustração 4.4 - Quadro dos projetos habitacionais executados pela PMF no período de 1989 - 2002

Fonte: PMF, 2002. Dados compilados pela autora deste trabalho.

Pode-se citar como exemplo dessa problemática o conjunto Vila Cachoeira, localizado no bairro do Saco Grande. As unidades habitacionais foram implantadas num terreno de relevo acidentado, no sopé do morro da Lagoa da Conceição, mas a tipologia utilizada se mostrou inadequada para este propósito, visto que a mesma foi projetada para implantação em terrenos planos (Ilustração 4.5). Além disso não houve preocupação, por parte da prefeitura, com a integração do conjunto ao contexto no qual ele foi inserido, visto que não existe nenhuma referência ou indicação, através de placas ou marcos urbanos, de sua existência e inserção no bairro (GHAB, 2003).

As tipologias utilizadas no projeto Bom Abrigo consistem em casas térreas e sobrados de dois pavimentos, geminadas duas a duas ou em fita, com área construída entre 33 m<sup>2</sup> e 52 m<sup>2</sup> (considerando o sótão na tipologia de sobrados) (GHAB, 2004). No conjunto Vila Cachoeira adotou-se a tipologia de sobrado em fita com a justificativa de que a ampliação da casa ocorreria verticalmente; já na Vila União foram adotadas as tipologias de casa térrea geminada duas a duas e o sobrado em

fita. No condomínio Vilares prevaleceram os sobrados geminados dois a dois. As ilustrações 4.6, 4.7, 4.8 e 4.9 apresentam exemplares significativos do padrão arquitetônico adotado nesses conjuntos.



Ilustração 4.5 - Vista geral da implantação do conjunto Vila Cachoeira

Fonte: Arquivo GHab/ARQ/UFSC, 2003.



Ilustração 4.6 - Tipologia habitacional da Vila União - casa térrea geminada duas a duas



Ilustração 4.7 - Casas geminadas em fita - Vila Cachoeira

Fonte: Arquivo GHab/ARQ/UFSC, 2003.



Ilustração 4.8 - Vista geral da implantação do condomínio Vilares



Ilustração 4.9 - Casas geminadas duas a duas - condomínio Vilares

Fonte: Arquivo GHab/ARQ/UFSC, 2005.

Mesmo com a mudança da gestão municipal da cidade no início do corrente ano, a política habitacional de Florianópolis permanece sendo executada nos moldes estabelecidos desde 1998, de acordo com os pressupostos do programa Habitar Brasil/BID. Diante do que foi exposto ao longo do capítulo pode-se depreender a realidade habitacional do município de Florianópolis, bem como sua realidade urbana e sócio-ambiental. No capítulo seguinte essa visão torna-se mais específica e aprofundada, através da apresentação do objeto de estudo do presente trabalho - o bairro Barra do Sambaqui e o loteamento rua Izabel João Jacinto.



## CAPÍTULO 5

### ESTUDO DE CASO: BARRA DO SAMBAQUI

O objeto de estudo do presente trabalho consiste num loteamento clandestino, denominado de Rua Izabel João Jacinto (RIJJ), localizado no bairro da Barra do Sambaqui, na cidade de Florianópolis (Ilustração 5.1).

Trata-se de uma via de 600 metros de comprimento que apresenta características ambientais peculiares, em virtude de sua proximidade com a Estação Ecológica dos Carijós (ESECC). Essa área vem sendo ocupada irregularmente ao longo dos últimos dez anos, não só pela população proveniente da região metropolitana de Florianópolis em sua maioria, como também por indústrias de extração de areia (CAMBUHY, 2004).

Por estas razões, a Prefeitura Municipal, através do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF, tem manifestado interesse pela regularização fundiária dos loteamentos clandestinos e irregulares, bem como dos demais assentamentos subnormais inseridos no contexto do referido bairro. Essa postura tem motivado a realização de inúmeros trabalhos acadêmicos voltados para a caracterização sócio-econômico-cultural da Barra do Sambaqui (BAASCH, 2003; CAMBUHY, 2004), como forma de embasar teoricamente as propostas públicas do IPUF, de acordo com os anseios da comunidade residente no local.

O presente capítulo apresenta a área de estudo, situada geograficamente dentro do município de Florianópolis e caracterizada histórica, cultural, ambiental, social e economicamente. São apresentados também os aspectos de infra-estrutura da área, apontados por estudos e levantamentos realizados nos últimos quatro anos por órgãos públicos municipais e instituições de ensino como a Universidade Federal de Santa Catarina. Constam desde capítulo ainda as etapas de realização do trabalho de campo, pertinentes às entrevistas e levantamentos arquitetônicos das unidades habitacionais pré-selecionadas.





Ilustração 5.1 - Localização do Bairro no contexto da Cidade de Florianópolis

Fonte: Arquivo GHab/ARQ/UFSC, 2003.

## 5.1 ESCOLHA DA ÁREA DE ESTUDO

A definição da Barra do Sambaqui como área de estudo foi direcionada pelo seu enquadramento nos seguintes critérios estabelecidos para a realização deste trabalho:

- Localidade que apresentasse uma área inserida no tecido urbano com no mínimo dez anos de ocupação;
- Predominância de habitações autoconstruídas;
- Área de interesse da prefeitura municipal para regularização urbano-fundiária.

De acordo com a arquiteta Jeanine Tavares, coordenadora de assuntos urbanísticos do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a prefeitura pretende implementar o programa Habitar Brasil/BID no bairro em conjunto com o Plano Diretor de Santo Antônio de Lisboa, o qual abrange também políticas de regularização fundiária para o local (CAMBUHY, 2004).

Dentro do contexto da Barra do Sambaqui, o loteamento RIJJ se apresentou como área de interesse para realização deste estudo também por apresentar semelhanças com outras áreas da

cidade, no tocante à questão da irregularidade fundiária, sendo para tanto exemplar representativo da realidade que se buscou investigar.

## 5.2 DESCRIÇÃO FÍSICO-TERRITORIAL

A Barra do Sambaqui é parte integrante do Distrito de Santo Antônio de Lisboa, que abrange os bairros de Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Sambaqui, totalizando uma área de 22,45 Km<sup>2</sup> (Ilustração 5.2). Situa-se na faixa litorânea noroeste da porção insular de Florianópolis e sua principal via de acesso é a Rua Isid Dutra. Seus limites são:

- Norte - Rio Veríssimo (Manguezal de Ratores/ Estação Ecológica dos Carijós);
- Sul e Oeste - Sambaqui;
- Leste - Santo Antônio de Lisboa;
- Noroeste - Ponta do Sambaqui e Ponta da Daniela.



Ilustração 5.2 - Distrito de Santo Antônio de Lisboa, com destaque para a localização da RIJJ

Fonte: <http://www.geoguia.com.br>. Acesso em: 01 abr 2005. Ilustração adaptada pela autora deste trabalho.

O bairro apresenta características ambientais peculiares, as quais demandam uma política de gestão e preservação ambiental consistente. A região abriga áreas remanescentes da Mata Atlântica, além de uma extensão considerável do manguezal de Ratonos, integrante da Estação Ecológica dos Carijós (IPUF, 2001).

O relevo é marcado pela presença de morros, intercalado por áreas planas úmidas, especialmente na porção norte, no limite com o manguezal. As áreas planas mais baixas e aquelas de menor declividade vêm sendo ocupadas indiscriminadamente, o que acarreta sérios problemas de desmatamento e alagamentos (BAASCH, 2003).

A Rua Izabel João Jacinto está localizada na região próxima a ESECC. O acesso ao loteamento, composto por 77 lotes de aproximadamente 15 metros de largura (frente) por 25 metros de profundidade, é feito pela Rua Isid Dutra e pela Rua Flordovina Ventura Marciano (Ilustração 5.3). Consiste numa única via sem pavimentação, de uso predominantemente residencial (Ilustrações 5.4, 5.5, 5.6, 5.7, 5.8 e 5.9).



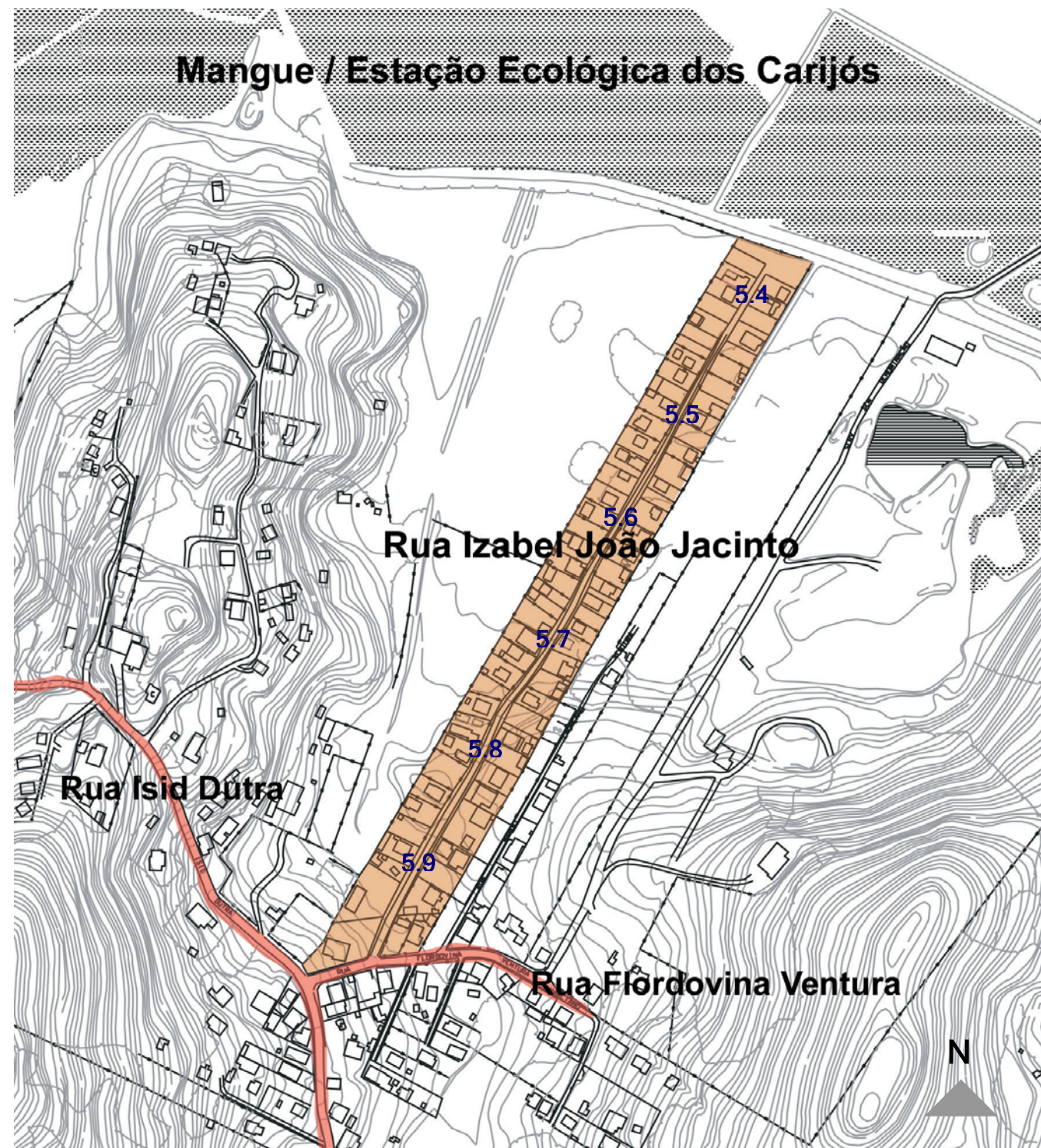


Ilustração 5.3 - Localização e acessos da Rua Isabel J. Jacinto no contexto da Barra do Sambaqui

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF (Cadastro Imobiliário - Base Fev/2000 - sem escala. Atualizado por CAMBUHY, 2004)



Ilustração 5.4 - Campo de futebol: limite entre a rua Isabel J. Jacinto e o manguezal de Ratores



Ilustração 5.7 - Exemplos de tipologias habitacionais da área de estudo



Ilustração 5.5 - Visão geral da rua Isabel J. Jacinto



Ilustração 5.8 - Visão do loteamento no sentido: rua Flordovina Ventura/manguezal



Ilustração 5.6 - Visão da rua Isabel J. Jacinto no sentido: manguezal/rua Flordovina Ventura



Ilustração 5.9 - Visão do loteamento a partir da rua Flordovina Ventura

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2004.



Em virtude da proximidade com o mangue, do solo argiloso e a ausência de drenagem pluvial, o loteamento sofre com os alagamentos durante as chuvas, ficando praticamente intransitável. A fragilidade do sítio de implantação é ignorada pelos moradores do loteamento, bem como os impactos ambientais que sua ocupação indevida têm acarretado.

A gleba possui uma área total de 40.200 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações<sup>15</sup>: frente para a rua Isid Dutra, medindo 75 metros; fundos para o manguezal de Ratoes, medindo 59 metros; laterais medindo 600 metros de comprimento cada. A ocupação do loteamento teve início em 1993, quando o parcelamento do terreno foi realizado pelo então proprietário Sr. Aurélio João Batista da Silva. As Ilustrações 5.10 e 5.11 mostram a evolução da ocupação da área, através dos levantamentos aerofotográficos de 1994 e 2000, realizados pelo IPUF.

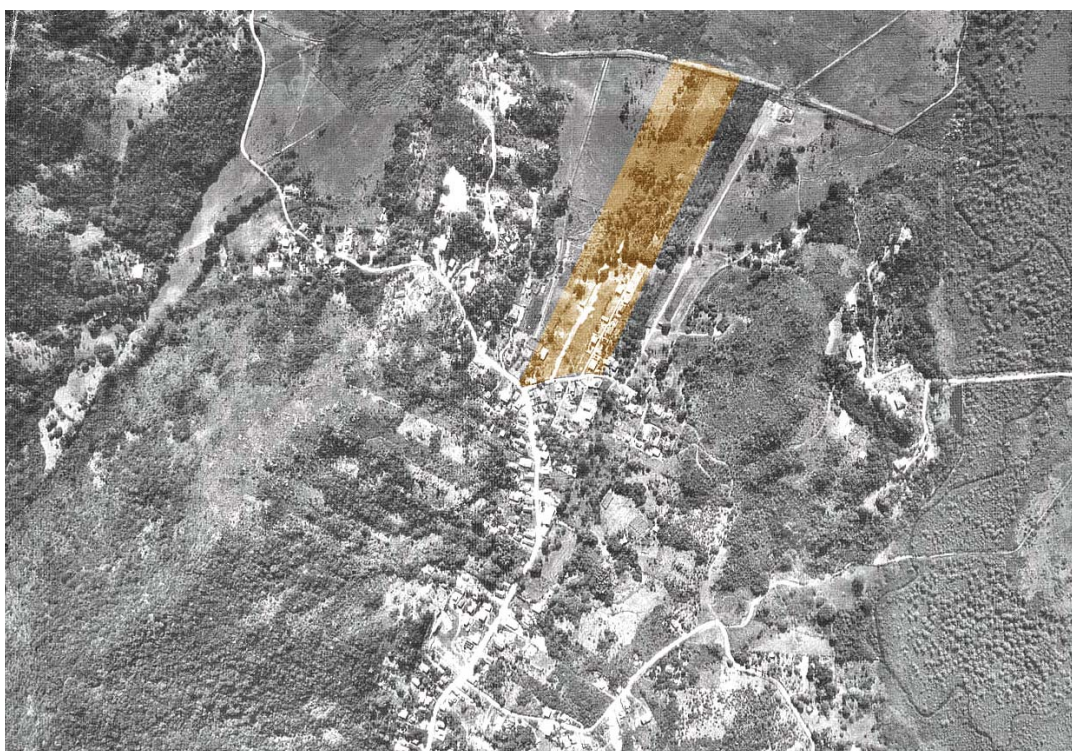


Ilustração 5.10 - Ortofoto da área de estudo no início de sua ocupação, em 1994

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, mai/1994. Escala 1:8000.

<sup>15</sup> Descrição constante da Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários do terreno, lavrada em cartório no dia 28/10/1993, no município de Florianópolis.



Ilustração 5.11 - Ortofoto da área de estudo indicando a evolução de sua ocupação, em 2000

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, jan/2000. Escala 1:8000.

Cambuhy (2004) afirma que todos os moradores do loteamento possuem como documentação de propriedade do terreno apenas um contrato ou recibo de compra e venda do lote. Muitos deles se preocupam com a falta de atualização dos dados no Cadastro Municipal por acreditarem que o mesmo representa o reconhecimento de posse da propriedade pelo poder público. Durante as entrevistas realizadas por Cambuhy (2004) alguns proprietários declararam que a necessidade de comprovação regularizada da propriedade surge principalmente quando eles buscam financiamento nas instituições bancárias para construção ou realização de melhorias na habitação.

A ocupação efetiva da área ocorreu de forma gradativa, na medida em que os moradores mais antigos passaram a indicar o lugar a conhecidos. Grande parte dos moradores já residia na Barra do Sambaqui mas não possuíam casa própria. Para muitos essa propriedade representa não somente o único bem imóvel, mas também o primeiro investimento desta natureza em toda uma vida de trabalho. A ocupação mais recente restringe-se aos lotes situados no final da rua, no limite com o canal que deságua no manguezal de Ratoes. Para aqueles que adquiriram o lote em parcelas, em média, ainda faltam 26 prestações que variam de R\$ 150,00 a R\$ 250,00 mensais, o que em alguns casos representa metade das despesas familiares (CAMBUHY, 2004). De acordo com depoimentos

dos moradores, a construção da maioria das casas só foi iniciada após a quitação da dívida da compra do lote. Atualmente verifica-se que as construções mais recentes estão sendo realizadas nos finais de semana, em regime de autoconstrução pelos proprietários (CAMBUHY, 2004).

### 5.3 CARACTERIZAÇÃO DA BARRA DO SAMBAQUI

Em pesquisas sociais é de suma importância a caracterização do local objeto de estudo, a fim de facilitar a compreensão do modo de vida da população que o habita. Os principais aspectos culturais, ambientais e urbanísticos que caracterizam a Barra do Sambaqui serão expostos nos itens seguintes, destacando a condição do loteamento RIJJ no contexto do bairro.

#### 5.3.1 ASPECTOS HISTÓRICO-CULTURAIS

A Barra do Sambaqui apresenta uma paisagem natural exuberante, caracterizada pelo verde dos morros e pelo mar calmo, característico da baía norte da ilha (Ilustração 5.12). Assim como todo o distrito de Santo Antônio, a Barra possui uma riqueza cultural que lhe confere grande potencial turístico, através do casario açoriano e de manifestações folclóricas. A denominação Sambaqui relaciona-se com a presença de vestígios arqueológicos no local, formados principalmente por conchas, restos alimentares, instrumentos de pedras e de ossos, além de sepultamentos indígenas (BAASCH, 2003).



Ilustração 5.12 - Praia do Sambaqui

Fonte: [http:// www.portaldailha.com.br/.../praias-sambaqui.php](http://www.portaldailha.com.br/.../praias-sambaqui.php). Acesso em: 25 fev 2005.



A História da Barra do Sambaqui, bem como de suas manifestações culturais, está diretamente relacionada aos bairros de Santo Antônio de Lisboa, Cacupé e Sambaqui. A ilustração 5.13 apresenta um resumo dos principais acontecimentos que marcaram a história dessas comunidades (BAASCH, 2003).

Cronologia	Acontecimento Histórico
1698	Padre Mateus Leão, 1º povoador de Sto Antônio de Lisboa, recebe cartas de sesmarias de duas léguas de terras na Ilha de Santa Catarina.
1714	O Sargento-mor Manoel Manso de Avelar começa a construir em Sambaqui um entreposto para operar com o comércio marítimo e se instalar com a família.
1750	A região de Santo Antônio de Lisboa ganha importância econômica e é elevada a condição de 'Freguesia'.
1845	Visita do Imperador Dom Pedro II, acompanhado de sua esposa e numerosa comitiva em sua primeira viagem a Santa Catarina.
1854	Construção da Casa da Alfândega, em virtude do intenso movimento de navios no local.
1887	Sambaqui é considerado o melhor porto de Santa Catarina, por dispor de excelente água potável e por sua posição geográfica protegida de ventos.
1964	Fechamento do porto de Florianópolis e desativação da Alfândega de Sambaqui.
1987	Tombamento da Casa da Alfândega como patrimônio histórico e arquitetônico pelo Decreto Municipal nº 069.

Ilustração 5.13 - Relação cronológica de acontecimentos históricos do Distrito de Santo Antônio

Fonte: BAASCH, 2003. Dados compilados pela autora deste trabalho.

O cenário cultural do bairro compreende uma série de folguedos, tradições, festas e peças artesanais, a maioria herança da colonização açoriana. Dentre as principais manifestações culturais presentes nessa comunidade destacam-se:

**FOLGUEDOS** - Boi-de-mamão, Ratoeira e Pau de fita.

O boi-de-mamão é uma das tradições mais fortes do folclore ilhéu, a qual representa a encenação da morte e ressurreição do boi, com a participação de diversos personagens. O grupo da Barra do Sambaqui é um dos mais tradicionais de Florianópolis. A ratoeira consiste numa dança encenada apenas por mulheres e pertence à categoria das danças de roda, realizada por poucos grupos atualmente na ilha. A dança do pau de fita é conhecida em vários países, com nomes



diferentes deste, e consiste na representação do ritual de semeadura e crescimento de uma árvore (BAASCH, 2003).

**TRADIÇÕES** - Farra do boi e Pão por Deus.

A farra do boi ocorre na época da quaresma e consiste em soltar os bois em espaços baldios para que o povo corra junto deles. Trata-se de uma prática clandestina, visto que é proibida por lei. O Pão por Deus consiste numa troca de presentes entre um grupo, iniciada por pedidos através de bilhetes (BAASCH, 2003).

**ARTESANATO** - Ligado à pesca artesanal: confecção de tarrafas, redes de pesca, cestaria e outros acessórios necessários à prática dessa atividade. É bastante rico também no tocante à produção de renda de bilro (BAASCH, 2003).

### 5.3.2 ASPECTOS AMBIENTAIS

O principal elemento ambiental da Barra do Sambaqui é o manguezal da ESECC, o qual situa-se na bacia hidrográfica do Rio Ratonos (Ilustração 5.14). A região é constituída predominantemente de florestas secundárias e floresta pluvial da encosta atlântica, apresentada em diferentes estágios de regeneração (IPUF, 2001; SOCIOAMBIENTAL, 2002). Em virtude da influência direta das marés e do alto teor de matéria orgânica, possuem uma maior relação com o ecossistema marinho e constituem-se em importantes áreas de alimentação e reprodução de muitas espécies de peixes e animais aquáticos (BAASCH, 2003).

Devido às inúmeras obras de drenagem realizadas nas proximidades da rede hidrográfica do Rio Ratonos e às construções das rodovias SC 401 e SC 402, as áreas correspondentes à vegetação característica de mangue sofreram uma redução de aproximadamente 47% da sua área original (CECCA, 1997 apud BAASCH, 2003). Isso tem reflexo direto sobre a reprodução dos peixes que habitam esse ecossistema e, conseqüentemente sobre a pesca artesanal, fonte de subsistência de muitas famílias residentes no bairro.

Na Rua Izabel João Jacinto a degradação ambiental faz-se presente principalmente pelo despejo de efluentes domésticos no canal que deságua no manguezal (Ilustração 5.15), em virtude da inexistência de saneamento básico na área. O acúmulo de lixo em locais inadequados e as piscinas de extração de areia no entorno do loteamento também contribuem para a degradação desse ecossistema.



Ilustração 5.14 - Rio Veríssimo, localizado no manguezal de Ratones

Fonte: BAASCH, 2003. Autora: Anna Virgínia Machado.



Ilustração 5.15 - Canal que recebe os efluentes domésticos do loteamento RIJJ

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo Pessoal, 2004.

### 5.3.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A regulamentação de uso e ocupação do solo na Barra do Sambaqui é feita pelo Plano Diretor dos Balneários e interior da Ilha de Santa Catarina, o qual foi elaborado em 1984 e corresponde à Lei Municipal nº 2193/84 (IPUF, 2002). De acordo com esse plano, o bairro em questão foi dividido nas seguintes áreas de uso não urbano:

- Áreas de Exploração Rural - AER;
- Áreas de Preservação Permanente - APP;
- Áreas de Preservação com Uso Limitado - APL.

A Barra do Sambaqui possui um relevo que sugere muitas restrições de uso. Apesar de possuir um enorme potencial turístico, em virtude de suas belezas naturais e do patrimônio histórico-cultural, boa parte de suas áreas de preservação permanente, bem como de seus recursos naturais, são explorados de forma indevida. Nesse sentido, o plano de desenvolvimento para o Distrito de Santo Antônio de Lisboa visa o desenvolvimento integrado do distrito, abrangendo aspectos de atualização da legislação urbanística, melhorias da infra-estrutura urbana e comunitária, geração de trabalho e renda, preservação ambiental e a participação comunitária (IPUF, 2002; BAASCH, 2003). Segundo Cambuhy (2004) a atualização da legislação urbanística deverá adequar-se à ocupação existente, propondo ajustes necessários para que o processo de urbanização atenda à legislação ambiental. Nesse contexto, a RIJJ constitui-se como uma das principais áreas de interesse localizadas no bairro para regularização, em virtude de sua condição fundiária clandestina e influência sobre o manguezal de Ratoles.

O loteamento RIJJ está inserido na área de preservação com uso limitado (APL) do bairro. O uso predominante é o residencial, sendo encontradas apenas uma edificação de uso institucional (associação dos moradores) e uma de uso comercial (bar). Cerca de 90% dos moradores são proprietários do imóvel por eles ocupado, o qual se constitui como única propriedade da família. Santos (1988) afirma que os principais elementos estruturantes da forma urbana são a rua, o lote e a quadra. Não existe, na RIJJ, a demarcação formal desses elementos; eles foram instituídos de forma espontânea pelos loteadores e pelos próprios moradores, sem a participação da prefeitura na demarcação das ruas e na divisão dos lotes (Ilustração 5.16). As guias de meio-fio, assim como as calçadas, são elementos inexistentes.



Ilustração 5.16 - Configuração urbana da RIJJ: ausência de meio-fio e calçadas

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo Pessoal, 2005.

#### 5.3.4 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

De acordo com dados da Fundação IBGE referentes ao recenseamento de 2000, o número de habitantes da Barra do Sambaqui passou de 455 em 1991, para 781 habitantes em 2000, sendo a maioria mulheres (BAASCH, 2003) (Tabela 5.1).

Tabela 5.1 - População Residente na Barra do Sambaqui

Ano	População Residente	Homens	Mulheres
1991	455	62,31%	47,69%
2000	781	49,55%	50,45%

Fonte: BAASCH, 2003, p. 20.

Com relação à faixa etária, o Censo 2000 apontou a presença de uma população relativamente jovem no bairro. Cerca de 42% da população residente têm até 19 anos; 33 % têm entre 20 e 39 anos; 13% estão na faixa entre 40 e 49 anos e 12% têm mais de 50 anos (BAASCH, 2003).

De acordo com os levantamentos realizados por Cambuhy (2004), essa perspectiva se confirma na RIJJ, visto que num universo de 249 moradores, 28,8% têm entre 0 e 12 anos de idade. O número de mulheres na comunidade também é bastante expressivo: 29% do total de moradores cadastrados são de mulheres entre 25 e 60 anos. Esse estudo apontou também que a população residente no loteamento da RIJJ é quase que totalmente proveniente da Barra do Sambaqui ou da região metropolitana de Florianópolis. Quanto à naturalidade dos moradores, constatou-se que a maioria é de catarinenses: do total de entrevistados, 47,8% nasceram no município de Florianópolis, e 69,5% são catarinenses (Tabela 5.2).

Embora o bairro possua um grande potencial turístico, as atividades comerciais, a prestação de serviços e a qualidade dos serviços urbanos (transporte público, por exemplo) são ainda bastante incipientes, o que de certa forma dificulta o desenvolvimento econômico da região (PMF, 2000).

Segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa (IPUF, 2002), é necessária a implantação de equipamentos públicos que favoreçam o aproveitamento das potencialidades econômicas do bairro, o surgimento de novas ofertas de trabalho e conseqüente elevação da renda familiar. No entanto, para implementação correta dessas estratégias, deve-se levar em consideração os anseios da população residente em relação ao local, a fim de evitar resultados contrários à sua realidade e que possam contribuir para o desequilíbrio sócio-ambiental da região.

Tabela 5.2 - Naturalidade dos Moradores da Área Pesquisada

Localidade	Número de pessoas	% do total cadastrado
Florianópolis	119	47,8
Região Metropolitana de Florianópolis	05	2,0
Estado de SC	49	19,7
Estado do PR	22	8,8
Estado do RS	33	13,3
Outros Estados	21	8,4
Total	249	100,00

Fonte: CAMBUHY, 2004, p. 84.

De acordo com os levantamentos realizados pelo IPUF (2001), cerca de 60% das famílias residentes no distrito de Santo Antônio de Lisboa têm renda mensal de até quatro salários mínimos; 20% têm renda mensal entre quatro e dez salários mínimos e 20% possuem rendimentos mensais acima de dez salários mínimos. As famílias de menor poder aquisitivo se concentram principalmente nos bairros de Sambaqui e Barra do Sambaqui.

A renda familiar mensal dos moradores da Rua Izabel João Jacinto é de 3,6 salários mínimos<sup>16</sup> (R\$ 936,00). Em 75% das famílias entrevistadas a renda mensal é de até cinco salários mínimos (R\$ 1.300,00). Estima-se que a renda média por morador<sup>17</sup> é de R\$174,00 por mês (CAMBUHY, 2004).

### 5.3.5 INFRA-ESTRUTURA URBANA

Para Silveira (2000) a infra-estrutura urbana compreende todos os serviços e bens públicos colocados à disposição da população para permitir a vida harmônica na cidade e nos espaços públicos de uso coletivo. Os serviços de infra-estrutura básica compreendem o saneamento ambiental (abastecimento de água, esgoto pluvial, cloacal e lixo), energia elétrica, iluminação pública, sistema viário, transporte e segurança. Neste tópico serão abordadas as redes de infra-estrutura que atendem a Barra do Sambaqui, destacando sua situação atual no contexto do loteamento RIJJ.

<sup>16</sup> Valor do salário mínimo em 2004 - R\$ 260,00.

<sup>17</sup> Calculada com base na divisão do valor da renda familiar mensal pelo número de ocupantes do domicílio (CAMBUHY, 2004).

## **SANEAMENTO AMBIENTAL**

O abastecimento de água potável da região, de responsabilidade da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, não atende satisfatoriamente à demanda domiciliar (BAASCH, 2003). Segundo os levantamentos realizados pelo IPUF (2001), muitas residências buscam solução para esse problema através de sistemas de captação de água subterrânea. O IPUF relata ainda que existe contaminação por coliformes fecais da água que abastece alguns logradouros da Barra do Sambaqui, sendo necessário o monitoramento da qualidade da água do bairro.

Na rua Izabel J. Jacinto 37,6% dos domicílios têm como única forma de abastecimento o poço ou ponteira, enquanto 62,4% das habitações pesquisadas são atendidos pela rede pública; no entanto 40% dessas unidades continuam utilizando também o poço ou a ponteira para o abastecimento, com a justificativa de que, além de funcionarem como alternativa nos dias de falta d'água, a qualidade dessa água é superior àquela proveniente da rede pública (CAMBUHY, 2004).

Informações obtidas por Baasch (2003) junto a CASAN apontam que não existe rede de tratamento dos esgotos domiciliares da Barra do Sambaqui, os quais estão ligados a córregos e à rede de drenagem pluvial (IPUF, 2001). A utilização de sistemas individuais como valas e fossas negras contribuem para a poluição do lençol freático, bastante alto nessa região.

No loteamento RIJJ os levantamentos realizados por Cambuhy (2004) apontam que 43,9% das habitações despejam seus efluentes em fossa séptica. No entanto esses dados são bastante inconsistentes, visto que se baseiam nas informações prestadas pelos moradores entrevistados. Acredita-se que a maioria das residências lance os efluentes em valas ou fossas negras, ligadas ao canal existente no final da rua, uma vez que é possível verificar nos terrenos o afloramento de líquidos provenientes das fossas saturadas. A coleta de lixo convencional no Distrito de Santo Antônio de Lisboa (incluindo o loteamento RIJJ) é realizada pela Companhia de Melhoramento da Capital - COMCAP, nas 2ª, 4ª e 6ª feiras, a partir das 15 horas. Praticamente todos os domicílios da Barra de Sambaqui são atendidos pela coleta porta a porta, com exceção de algumas servidões de difícil acesso ao caminhão, onde o lixo é recolhido nas esquinas (BAASCH, 2003).

## **ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

A energia elétrica foi implantada na Barra do Sambaqui em 1951. As ligações são feitas pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina SA - CELESC, conforme o solicitado pelo interessado. No entanto, de acordo com a legislação municipal, a empresa não está autorizada a fazer ligações em

edificações que não sejam legalizadas (BAASCH, 2003). Na RIJJ os moradores mais recentes têm enfrentado esse tipo de problema, visto que a Prefeitura tem exigido o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU como condição para a ligação da energia elétrica. Vale salientar que o pagamento desse imposto não representa a legalização da propriedade.

A iluminação pública do bairro concentra-se na rua Isid Dutra. De acordo com Baasch (2003) essa rua teve suas lâmpadas de mercúrio trocadas pelas de vapor de sódio em 2001, época da crise de energia elétrica. Embora as novas lâmpadas apresentem maior economia, com maior tempo de vida útil (quatro anos) e também maior poder de luminosidade, o bairro é mal iluminado, visto que os demais logradouros não foram contemplados.

### **SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTE**

O acesso ao bairro é feito através da rodovia SC-401, passando pelas ruas Padre Lourenço Rodrigues de Andrade, em Santo Antônio de Lisboa, e Rodovia Gilson da Costa Xavier, em Sambaqui. O sistema viário da Barra do Sambaqui possui poucas vias pavimentadas. Até mesmo um trecho da rua Isid Dutra, sua principal via de comunicação, não é pavimentado e apresenta más condições de tráfego, as quais são agravadas em dias de chuva. Em grande parte dos trechos inexistem calçadas e equipamentos de uso público como abrigos de ônibus (BAASCH, 2003).

Em virtude das mudanças no sistema de transporte rodoviário da cidade em 2003, o distrito de Santo Antônio passou a contar com um dos terminais integrados do município. Dentro desse sistema, a Barra do Sambaqui é atendida por uma única linha (365 - Sambaqui), a qual liga o bairro ao terminal de Santo Antônio. Para ir do TISAN ao TICEN<sup>18</sup> (Centro) os moradores contam com duas linhas, a saber: 331 - Santo Antônio e 332 - Santo Antônio via Beira Mar. A RIJJ não é atendida diretamente pelo transporte coletivo, visto que os ônibus da linha Sambaqui circulam pela rua Isid Dutra. Os moradores argumentam que uma única linha é insuficiente para atender as necessidades da comunidade, principalmente por causa dos horários, visto que os ônibus trafegam pela Isid Dutra a cada uma hora.

### **SEGURANÇA**

---

<sup>18</sup> TICEN - Terminal Integrado do Centro; TISAN - Terminal Integrado de Santo Antônio.

A segurança pública é uma questão preocupante para os moradores do bairro. Levantamentos realizados pelo IPUF (2002) apontaram a necessidade de Implantação de um posto policial e de uma política de combate à venda e consumo de drogas na região. A própria comunidade da Barra do Sambaqui alega que a ausência de uma política de segurança efetiva na área pode representar entraves ao seu desenvolvimento turístico (BAASCH, 2003). No loteamento RIJJ relatos de moradores apontam a área como um local relativamente seguro, sendo poucas as ocorrências de roubos, agressões e de envolvimento com drogas nessa localidade.

#### 5.4 TRABALHO DE CAMPO

A coleta de dados em campo foi dividida em dois momentos: primeiramente, foram realizadas entrevistas com os atores sociais pertinentes ao estudo, ou seja, os moradores autoconstrutores e os moradores secundários pré-selecionados.

Em seguida, foram produzidos os levantamentos arquitetônicos das unidades analisadas, a fim de reproduzir graficamente o modo de utilização dos espaços pelos moradores. Simultaneamente foram realizados os levantamentos das atividades domésticas e os locais em que elas ocorrem no âmbito das habitações analisadas, bem como o inventário de mobiliário existente e o quadro de avaliação do arranjo físico e distribuição dos equipamentos fixos<sup>19</sup> em cada cômodo. Esses levantamentos são de suma importância para a análise do funcionamento das habitações através do método de Indicador de funcionalidade, a qual será explicitada no capítulo 6. Na sequência são apresentadas todas as atividades pertinentes a realização desta etapa de pesquisa.

##### 5.4.1 DETERMINAÇÃO DA AMOSTRA

A definição da amostra a ser estudada foi realizada através do método estatístico não-probabilístico denominado de Amostragem intencional. A escolha desse método deveu-se ao fato de que o universo em estudo é relativamente pequeno, composto por 77 habitações. Por tratar-se de um

---

<sup>19</sup> São considerados como equipamentos fixos de um cômodo as portas e janelas existentes, além das peças sanitárias, pia da cozinha e tanque.



estudo comparativo entre habitações que ainda conservam seus moradores autoconstrutores e habitações que foram repassadas a outros moradores, era interessante ter uma amostra relativamente pequena, a fim de possibilitar análises mais aprofundadas. Desse modo, a amostragem final é composta por 04 habitações com moradores autoconstrutores e 03 habitações com moradores “secundários”, totalizando 7 unidades, equivalente a 10% do universo total. As habitações ocupadas por moradores secundários foram escolhidas por critérios de orientação solar e área construída semelhantes àsquelas ocupadas pelos autoconstrutores. No entanto, no momento da abordagem em campo, foram ocorrendo as substituições dessas unidades em função da disponibilidade dos moradores em participarem da pesquisa. A Ilustração 5.17 apresenta a identificação dos exemplares da amostra final, inseridos no contexto da RIJJ.

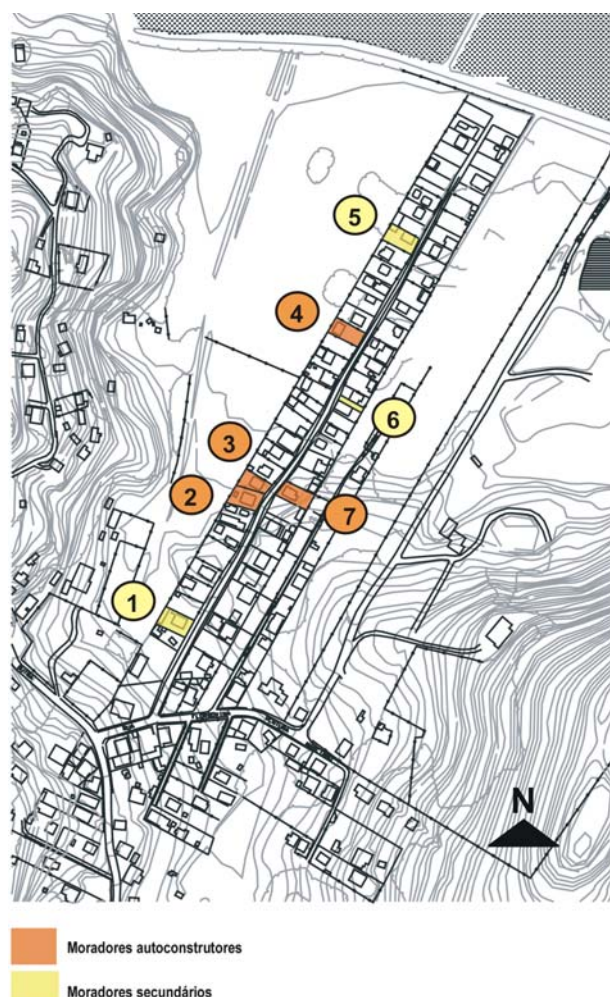


Ilustração 5.17 - Localização das unidades analisadas no contexto do loteamento

Fonte: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis - IPUF (Cadastro imobiliário - Base Fev/2000 - sem escala. Atualizado por CAMBUHY, 2004).

#### 5.4.2 DEFINIÇÃO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA E PRÉ-TESTE

A entrevista estruturada foi elaborada em maio de 2004, com base no questionário desenvolvido por Imai (2000). A utilização desse tipo de entrevista específico pode ser justificada pelo tipo de análise que se pretendia fazer inicialmente, a partir da aplicação do método de Avaliação Pós-Ocupação, o qual presume a análise estatística dos dados obtidos em campo.

Nesse sentido, as perguntas foram agrupadas em 3 blocos temáticos, os quais compreendiam:

- Características dos moradores
- Características do lote/ imóvel
- Características da habitação

Cada bloco temático tinha como objetivo a obtenção de informações específicas acerca das seguintes questões da pesquisa:

- Composição e procedência do grupo familiar;
- Tempo de moradia da família no bairro e na habitação em estudo;
- Duração do processo aquisição do lote/ construção do imóvel;
- Formas de ocupação do lote e da habitação (subdivisão do terreno, coabitação familiar);
- Organização e dimensionamento das peças da habitação;
- Formas de concepção espacial pelos autoconstrutores (fatores que influenciaram o desenho inicial da habitação);
- Formas de apropriação espacial pelos moradores secundários (identificação com a habitação, reformas realizadas);
- Grau de satisfação dos usuários em relação ao funcionamento da habitação e o atendimento as suas necessidades domésticas.

O pré-teste da entrevista foi realizado em quatro habitações. Destas, duas conservavam seus moradores autoconstrutores e duas pertenciam a moradores secundários. De maneira geral, as perguntas foram bem compreendidas pelos moradores entrevistados, mas após a reformulação do enfoque metodológico percebeu-se que o formato adotado não atendia às necessidades de investigação impostas pelo método da Pesquisa Participante. Assim, optou-se pela reformulação do roteiro de entrevista, com base nas características de uma entrevista semi-estruturada, a qual será explicitada em seguida.

#### 5.4.3 ELABORAÇÃO DO ROTEIRO DE ENTREVISTA FINAL

O roteiro de entrevista definitivo adotado consiste numa entrevista semi-estruturada, a qual se caracteriza por perguntas abertas que servem para guiar a conversa entre entrevistador e entrevistado.

Esse tipo de entrevista permite a obtenção de um maior número de informações a respeito da realidade que se está investigando, visto que o entrevistado expõe suas idéias de maneira mais clara e extensa, muitas vezes fornecendo informações que o entrevistador não esperava obter.

O roteiro definitivo consiste em 4 blocos temáticos de perguntas abertas. Além dos 3 temas iniciais estabelecidos na entrevista estruturada, foram acrescentadas perguntas pertinentes às características comportamentais, relativas à satisfação do usuário com o espaço arquitetônico que ele habita. O modelo do roteiro de entrevista consta do apêndice B deste trabalho.

#### 5.4.4 REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Como mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas com dois grupos diferenciados de moradores da área de estudo. A abordagem dos usuários selecionados pelo grupo de pesquisa foi feita com o auxílio de uma moradora do loteamento, ex-integrante da associação dos moradores. Sua presença foi indispensável para estabelecer o contato com os entrevistados, visto que houve muita resistência por parte dos mesmos em responder às perguntas e permitir os levantamentos das habitações.

Em nenhuma das sete entrevistas foi possível fazer uso do gravador, pois os entrevistados alegaram que se sentiriam constrangidos. Com relação às perguntas objetivas, referentes às características dos moradores, do lote e da habitação, não houve dúvidas do que se tratava ou relutância por parte dos entrevistados em responder.

No tocante à investigação sobre as características comportamentais do grupo selecionado a dificuldade de obtenção de dados foi maior, visto que os entrevistados a princípio não se dispuseram a discorrer sobre o assunto, limitando-se apenas a dizer se estavam satisfeitos ou não com suas moradias.

Os dados obtidos foram compilados em planilhas, as quais serão explicitadas no tópico referente à análise comportamental do estudo, pertinente ao capítulo 6.

#### **5.4.5 LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DAS UNIDADES ANALISADAS**

O levantamento arquitetônico consistiu na representação gráfica, através de plantas baixas, do arranjo do mobiliário das sete habitações analisadas. Esse levantamento foi necessário em virtude da inexistência de documentação gráfica das edificações, imprescindível para a análise de utilização e funcionamento dos cômodos.

Os levantamentos foram realizados na mesma ocasião das entrevistas, com o auxílio de duas bolsistas de iniciação científica do Grupo de Estudos da Habitação - GHab - do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC. Os elementos gráficos produzidos embasaram a análise dimensional das edificações, a qual também será apresentada no capítulo 6, referente aos resultados da presente pesquisa.

#### **5.4.6 LEVANTAMENTOS DE DADOS PARA DETERMINAÇÃO DOS INDICADORES DE FUNCIONALIDADE**

Além do levantamento arquitetônico, também foram realizados nas unidades habitacionais analisadas levantamentos de dados qualitativos e quantitativos, relativos ao funcionamento da edificação. As informações obtidas são pertinentes às atividades domésticas, ao inventário do mobiliário existente e ao arranjo físico e distribuição dos equipamentos no interior da habitação. A seguir cada um deles será explicitado, de acordo com sua importância para a análise dos dados obtidos em campo. As planilhas utilizadas foram adaptadas dos modelos desenvolvidos por Leite (2003) e constam do apêndice C deste trabalho.

#### **LEVANTAMENTOS DAS ATIVIDADES DOMÉSTICAS**

Os usos atribuídos ao espaço doméstico estão diretamente ligados à cultura daqueles que o habitam. Apesar da divisão clássica da casa brasileira em cômodos definidos - sala, cozinha, quartos, banheiro e varanda - os usuários podem desempenhar inúmeras atividades nesses cômodos, diferentes daquelas que lhes são inerentes. Num estudo etnográfico é de suma importância para a compreensão das relações de uso e apropriação do ambiente edificado o conhecimento do modo de vida em seu interior, através da identificação da rotina cotidiana de seus habitantes.

Desse modo, o levantamento das atividades e respectivos locais predominantes de realização das habitações estudadas foi feito com base no quadro elaborado por Leite (2003), durante as visitas a campo. O quadro consiste na divisão das atividades básicas em sub-atividades, a fim de identificar sua ocorrência no âmbito familiar do grupo pesquisado. A compilação desses dados consta da análise funcional das edificações, a qual também será explicitada no capítulo seguinte.

#### **INVENTÁRIO DO MOBILIÁRIO EXISTENTE**

Este levantamento consistiu na listagem de todas as peças de mobiliário existentes em cada uma das habitações analisadas, para efeito de comparação com os requisitos mínimos necessários ao funcionamento adequado dos cômodos, os quais foram explicitados no capítulo 2.

Na planilha utilizada também foram anotadas as observações feitas em campo, pertinentes à quantidade de cada peça, o grau de atendimento funcional da mesma e suas dimensões. Esses dados foram fundamentais não só para a determinação dos indicadores de funcionalidade, como também para as análises dimensional e funcional do espaço de utilização das edificações, realizadas com base nas plantas baixas humanizadas, constantes do capítulo 6.

#### **ARRANJO FÍSICO E DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

A avaliação do arranjo físico e distribuição dos equipamentos representa a última etapa dos levantamentos realizados. Seu objetivo foi avaliar os quesitos de qualidade pré-estabelecidos por Leite (2003), os quais foram previamente explicitados no capítulo 2. Os dados obtidos foram empregados não só na determinação dos indicadores de funcionalidade, como também nas análises dimensional e funcional do espaço de utilização das habitações.

## **CAPÍTULO 6**

### **RESULTADOS**

Os resultados obtidos através da pesquisa de campo exploratória foram divididos em três focos de análise, fundamentados nos pressupostos teóricos explicitados no capítulo 3. São eles:

- Análise comportamental - baseada na leitura cuidadosa das informações provenientes das entrevistas com os moradores e das observações sobre a edificação, seus equipamentos e respectivos usos;
- Análise dimensional - estudo da relação do dimensionamento da habitação com os requisitos antropométricos dos usuários<sup>20</sup>;
- Análise funcional - comparação entre a satisfação do usuário com o funcionamento dos cômodos e os dados apontados pelos indicadores de funcionalidade.

Cada um desses estudos demandou procedimentos de análise específicos. Na etapa de análise comportamental os dados das entrevistas foram compilados em planilhas, a fim de facilitar a avaliação das respostas e comparação das situações apresentadas nas edificações estudadas, como forma de embasar as observações feitas em campo e as descrições de uso e apropriação do espaço.

A análise dimensional consistiu na caracterização, em planta baixa, da influência do dimensionamento dos cômodos sobre o conforto e segurança do usuário ao utilizar o espaço edificado, de acordo com as atividades inerentes. Para tanto, utilizou-se como parâmetro de análise as distâncias requeridas pelos movimentos do corpo humano, relativos ao trabalho e circulação nas edificações, apontados por Boueri Filho (1999). Por fim, na análise funcional, foram produzidos os gráficos de funcionalidade das unidades habitacionais, os quais serviram de parâmetro comparativo para avaliação do grau de satisfação do usuário com sua habitação.

---

<sup>20</sup> No caso da autoconstrução essa relação, seja ela positiva ou negativa, se dá empiricamente.

## 6.1 ANÁLISE COMPORTAMENTAL

Na tentativa de compreender o modo de concepção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda, tendo como referência os moradores da rua Izabel João Jacinto, buscou-se traçar um perfil comportamental do grupo pesquisado, através de entrevistas e da observação dos hábitos e usos do espaço doméstico em questão. Espaço este que se configura não mais apenas como local de reprodução da força de trabalho ou do repouso e lazer familiar, mas também como um local de trabalho específico (através da inserção de uma atividade produtiva) e materialização dos sonhos e ascensão social de seus ocupantes.

De acordo com Rial (1991), o estudo da estrutura e transformação do espaço doméstico, especialmente no tocante às noções estéticas que organizam a decoração da casa, é visto como:

(...) um conjunto de representações e práticas que inserem a família numa rede de relações sociais e culturais, e que também lhe ajudam a escrever a sua história, através da memória que alguns objetos são capazes de portar. Ainda mais, enquanto atividade estética, a decoração propicia, através dos padrões do belo, a percepção do significado que a modernidade assume nesse segmento das classes populares (RIAL, 1991: 35).

Para Castells (1987), um trabalho de características descritivas pode expressar a essência da investigação científica, visto que a descrição possibilita maior esclarecimento das questões apontadas pela pesquisa. Nesse sentido, para melhor compreensão da análise comportamental do presente trabalho, os dados obtidos serão apresentados de forma descritiva em tópicos distintos, a saber: descrição das unidades habitacionais e caracterização dos grupos familiares envolvidos.

### 6.1.1 DESCRIÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS

Este tópico trata da descrição dos hábitos e costumes de uso do espaço doméstico pelo grupo pesquisado. A denominação das unidades pelo termo moradia + nome do morador + característica foi uma forma de personalizar cada uma das edificações de acordo com suas peculiaridades, visto que a moradia guarda estreita relação com o modo de vida dos usuários (Martucci, 1990). As unidades serão apresentadas em seguida, na mesma seqüência em que foram entrevistadas, independentes do grupo classificatório a qual pertençam.



#### 6.1.1.1 MORADIA “CLÁUDIA” – A TERRITORIALIDADE ENTRE IRMÃOS

A primeira unidade levantada pela pesquisa situa-se no início da RIJJ e ocupa o quarto lote do lado esquerdo da rua (Ilustração 6.1). Apresenta como característica principal a coabitação familiar, podendo ser descrita como a moradia dos irmãos: 3 irmãs, 1 irmão e duas sobrinhas habitam esta casa.



Ilustração 6.1 - Localização da moradia “Cláudia” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Nos fundos do lote uma outra irmã reside numa edícula<sup>21</sup>, a qual não fez parte do estudo porque a moradora não autorizou os levantamentos arquitetônicos e fotográficos. A moradora entrevistada se chama Cláudia e durante nossa conversa ela se mostrou bastante receptiva, enquanto que a irmã que reside na edícula nos acompanhou com desconfiança o tempo inteiro; Já as crianças acompanharam tudo com curiosidade e simpatia.

A casa original (sem a edícula) foi construída pelos pais de Cláudia há doze anos, quando a família veio de São Francisco do Sul, interior do Estado. Após o recente falecimento de sua mãe, ela passou a ser responsável pelo imóvel. Por este motivo, na ocasião da primeira visita, não foi possível realizar os levantamentos (mesmo com o horário marcado antecipadamente), visto que Cláudia não se encontrava em casa e a mesma foi apontada por uma das irmãs como sendo a única que poderia autorizar a pesquisa.

Por se tratar de uma casa dividida por irmãos, as características de privacidade e territorialidade são bastante fortes: os quartos dos demais moradores que estavam fora de casa no

<sup>21</sup> Casa pequena, cubículo (HOUAISS; VILLAR, 2001). Comumente esse termo é utilizado para designar anexos (depósitos, varandas, cozinha externa) construídos nos fundos do lote de habitações de média e baixa renda.



momento da nossa visita estavam trancados. Cláudia alegou que os irmãos tinham esse costume porque não gostavam que as crianças mexessem em suas coisas. Por conta disso não foi permitido fotografar os quartos dos ausentes, pois eles poderiam não gostar de ter sua privacidade e intimidade expostos a estranhos.

### DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

A edificação está locada há apenas 1,77 metro do limite lateral direito do lote, em virtude do nível mais baixo do terreno estar situado à esquerda, o que ocasiona constantes alagamentos na área (Ilustração 6.2). A cobertura é dividida em duas águas, com cumeeira central e caimento nas laterais do lote. As fachadas não apresentam reboco ou qualquer tipo de revestimento, com exceção da principal. Essa fachada, voltada para sudeste, possui duas janelas em madeira, pintadas na cor azul, e é sombreada pelas plantas do pequeno jardim (Ilustração 6.3). A porta principal localiza-se na lateral voltada para nordeste, enquanto que a porta da cozinha localiza-se na fachada noroeste (nos fundos da casa), a qual é o acesso corriqueiro da casa.

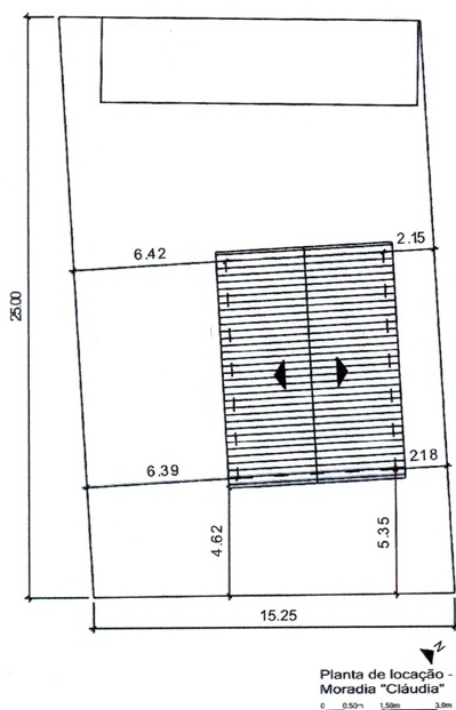


Ilustração 6.2 - Planta de locação - moradia "Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.3 - Fachada moradia "Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Na ocasião da primeira visita a essa residência, a sala estava localizada no cômodo frontal esquerdo, o qual tinha acesso pela porta na lateral. Uma semana depois, quando retornamos para uma segunda visita, a sala e a porta haviam sido transferidas para o cômodo frontal direito, antigo quarto de Cláudia. A justificativa dada pela moradora foi que o lado direito do terreno é mais alto e por isso não entra água em casa quando chove. Ela alegou ainda que o antigo quarto era muito grande para acomodá-la junto com as filhas e que o atual é mais satisfatório às suas necessidades. No entanto, percebeu-se que a mesma divide a cama de casal com as duas crianças (seis e dois anos), num espaço desprovido de privacidade e praticamente sem área de circulação livre.

A planta baixa da edificação possui forma retangular, sem apresentar um zoneamento de usos definido. A sala de estar e a cozinha encontram-se em posições opostas no contexto de articulação dos cômodos. Entre essas duas peças existe um corredor, o qual faz a ligação dos cômodos extremos com dois quartos e o banheiro. O terceiro quarto está diretamente articulado com a cozinha (Ilustração 6.4). Recentemente os moradores decidiram investir na infra-estrutura da edificação, melhorando-a através da construção de uma área de lazer com churrasqueira, mais um quarto (para que a filha mais velha de Cláudia tenha um espaço privativo) e uma varanda, todos localizados nos fundos do lote e já com algumas paredes levantadas, além de uma garagem coberta no recuo frontal, próximo à porta principal.



Ilustração 6.4 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Percebeu-se que o crescimento da edificação previsto pelos moradores se concentra no sentido longitudinal do terreno, mesmo tendo uma boa área ainda disponível no lado esquerdo do lote. Eles alegam que isso é determinado exclusivamente por questões financeiras, pois o aterro necessário para construir nessa região encareceria mais a obra do que se eles construíssem na parte mais alta, onde já está localizada a casa.

A sala é um ambiente de luminosidade natural reduzida, em virtude da orientação e pequena área da janela. De maneira geral, existem poucos móveis na sala e na cozinha, sendo o espaço de circulação satisfatório. No entanto, o mobiliário existente não é suficiente para atender a todos os moradores. A cozinha acumula as funções de cocção, copa para refeições e área de serviço, pois as roupas são lavadas e passadas nesse ambiente. Serve também como local de realização das atividades escolares das crianças.

O quarto de uma das irmãs demonstra claramente o universo de uma jovem saída da adolescência: pôsteres de artistas colados nas paredes, cosméticos e diversos objetos sobre a penteadeira, formam um ambiente confuso e de uma profusão de cores e imagens intensa. O quarto de Cláudia abriga alguns bichos de pelúcia das filhas e uma sapateira que também serve como prateleira para brinquedos. As crianças comentaram que preferem brincar no jardim, por ter mais espaço do que no quarto e na sala.

#### **6.1.1.2 MORADIA “JOÃOZINHO” – SOLIDÃO PROTEGIDA**

Situada na segunda metade do loteamento, essa edificação ocupa o vigésimo terceiro lote do lado esquerdo da rua (Ilustração 6.5) e caracteriza-se por ser bastante afastada do alinhamento do terreno com a mesma, sendo este recuo ocupado por um jardim. Foi construída há nove anos e ainda é habitada por seu construtor, seu Joãozinho (como é conhecido pela vizinhança e como ele próprio se apresenta), uma pessoa solitária e de hábitos muito simples. Ele veio de Passo Fundo (RS) há vinte e cinco anos e antes de construir a própria casa morou com a irmã em Sambaqui. Na época da construção, seu Joãozinho resolveu mudar para um barraco de madeira improvisado no lote, onde morou por dois anos, até concluir a casa de “material”<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Os moradores entrevistados sempre se referem à casa de alvenaria como sendo de “material” como forma de demonstrar a superioridade de status desta em relação à edificação de madeira.



Ilustração 6.5 - Localização da moradia “Joãozinho” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Na ocasião do primeiro contato do grupo de pesquisa com o morador, inicialmente ele se mostrou resistente em colaborar, mas depois aceitou responder à entrevista, sem nos autorizar a ultrapassar o limite do portão. Seu Joãozinho só permitiu a realização dos levantamentos num segundo momento, quando foi mencionada a colaboração de uma ex-integrante da associação dos moradores da rua, juntamente com a apresentação de um documento que comprovava o caráter acadêmico da pesquisa.

Durante muitos anos seu Joãozinho trabalhou como pedreiro e atualmente exerce a função de jardineiro. Como sempre foi sozinho e passa o dia inteiro trabalhando, ele alega que estes foram fatores importantes na hora de definir o “desenho” e o tamanho de sua moradia. Em razão disso, a casa não tem sala de estar, pois na opinião dele esse ambiente não é necessário para uma pessoa que vive só e sua construção reduziria as dimensões das demais peças. Essa situação se constitui numa peculiaridade dentro do grupo pesquisado.

Cuidar do jardim é sua principal atividade quando está em casa, normalmente nos fins de semana. Para seu Joãozinho os elogios recebidos pelo jardim bem-cuidado são motivos de orgulho. Durante a entrevista o morador demonstrou satisfação com sua moradia, mas lamenta não poder usufruí-la por mais tempo e também por não poder fazer os acabamentos necessários.

#### **DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

A edificação está locada a 13,49 metros de distância do alinhamento do lote com a rua e foi construída 40 centímetros acima do nível do terreno, como forma de prevenção contra os constantes alagamentos da área (Ilustração 6.6). A cobertura é dividida em duas águas, com cumeeira central,

caimento nas laterais do lote, madeiramento aparente e telhas de fibro-cimento, o que contribui para a sensação de maior desconforto térmico no verão.

Nenhuma das fachadas apresenta reboco ou qualquer tipo de revestimento. A fachada principal, voltada para sudeste, possui uma janela e a porta de acesso corriqueiro à casa (Ilustração 6.7). Como não existe sala, a cozinha possui, além da porta principal, uma porta secundária que dá acesso ao quintal. Contrariando um costume forte dos moradores da região, essa porta nunca é usada como acesso principal à moradia. As janelas dos quartos estão orientadas para nordeste, a mais satisfatória para o clima de Florianópolis.

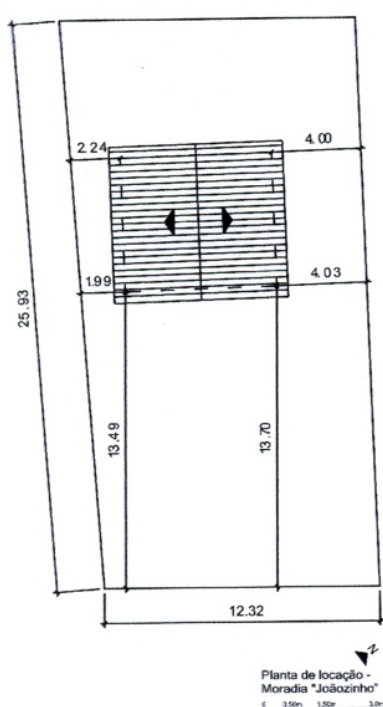


Ilustração 6.6 - Fachada moradia "Joãozinho"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.7 - Fachada moradia "Joãozinho"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A planta baixa da edificação possui forma quadrangular, dividida em duas zonas de uso - íntima e serviços (esta última desempenhando também atividades inerentes à zona social) - totalmente articuladas entre si (Ilustração 6.8). O depoimento de seu Joãozinho deu a entender que o processo de ideação da edificação, com relação à localização das peças e seu dimensionamento, ocorreu com base em sua experiência antiga como pedreiro:

Quería dois quartos, um pra mim e outro pras visitas; e um quarto tinha que ser maior que o outro. Eu preferi não fazer sala porque aí a cozinha ia ficar menor. O tamanho eu peguei como base o que a gente usava quando eu era pedreiro. Achei melhor também botar os quartos de um lado e a cozinha e o banheiro do outro, porque nas casas que já construí cozinha e banheiro sempre ficavam juntos.

Nos chamou bastante atenção a importância dada aos quartos no programa de necessidades. Quando questionado se recebia visitas com frequência, que pudessem justificar a presença de um quarto específico para elas, o morador respondeu que não. Isso se confirma pelo uso dado ao cômodo, visto que na realidade o quarto é utilizado como depósito para suas ferramentas de trabalho.



Ilustração 6.8 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Joãozinho"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A cozinha acumula diversas funções no âmbito das atividades domésticas: cocção, armazenamento e preparo das refeições, copa, recepção de visitas. Além do seu mobiliário convencional, abriga uma estante comum às salas de estar, na qual estão localizados o rádio, a televisão e o telefone. Na entrevista, o morador comentou que considera a posição do quarto em relação à cozinha boa porque ele tanto pode assistir televisão deitado em sua cama, como também quando está fazendo suas refeições ou realizando outras atividades na cozinha. De maneira geral existem poucos móveis na casa, sendo as áreas de circulação satisfatórias.

A área de serviço é uma peça inexistente na edificação e único anseio de seu Joãozinho quanto à ampliação do imóvel. Ainda não foi construída por falta de dinheiro, mas ele comentou que pretende fazê-lo o quanto antes, porque o tanque fica do lado de fora, numa área descoberta e sujeita às poças de lama do terreno. Embora a casa ainda não esteja bem acabada, com alguns problemas de infiltração e fiação elétrica, o morador afirma que isso não o incomoda. Ele se sente plenamente satisfeito com sua casa e considera que não tem nada para modificar nela porque já a construiu do jeito que desejava.



### 6.1.1.3 MORADIA “MARGARETE” – A CASA FEMININA

Situada na primeira metade da RIJJ, no décimo primeiro lote do lado direito da rua (Ilustração 6.9), esta casa é ocupada por uma família composta apenas por mulheres: Margarete e suas três filhas. A casa foi construída há sete anos num processo de autogestão, tendo sido “planejada” pelo cunhado da proprietária e construída por pedreiro contratado.

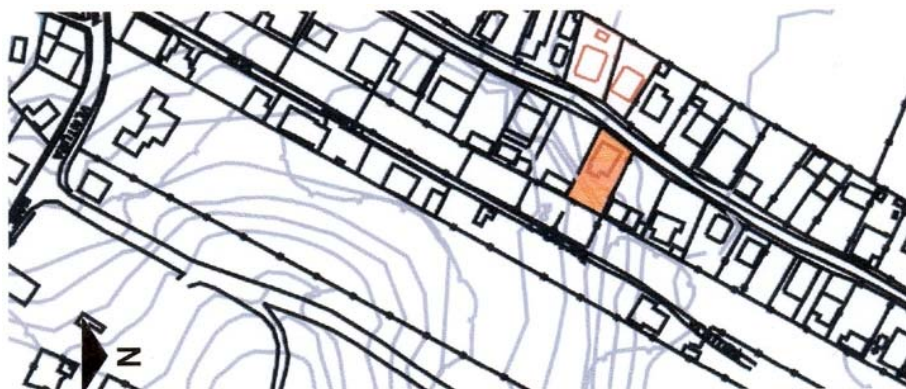


Ilustração 6.9 - Localização da moradia “Margarete” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Quando questionada sobre sua participação na definição da organização interior da habitação, Margarete respondeu que a planta da casa apresenta a “solução convencional”. Em seu depoimento ela deixou transparecer que não participou ativamente do processo de idealização, tendo sido responsabilidade do cunhado definir a localização e tamanho dos cômodos. Esse fato é um dos principais responsáveis por algumas insatisfações da moradora com a habitação. A construção durou dois anos e inicialmente foram construídos a sala e o primeiro quarto, por serem as peças localizadas na frente do lote.

No universo feminino geralmente as características de privacidade e territorialidade são bastante fortes. Nessa casa não poderia ser diferente: cada uma das filhas mais velhas possui seu próprio quarto, considerado por uma delas como o lugar “só seu” dentro da casa. Já a mãe divide o quarto com a filha de sete anos. Na ocasião da entrevista, Margarete comentou que não se importa em dormir com a filha mais nova, já que a filha do meio não concordou em dividir o quarto com a irmã. No entanto, ela alegou que a construção de mais um quarto é prioridade na lista de ampliações da casa. Durante o primeiro levantamento, observou-se que o quarto da filha mais velha estava trancado para que as irmãs ou a mãe não mexessem em suas coisas.

## DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

A edificação foi construída na parte frontal do terreno, recuada 5,09 metros do alinhamento da rua, em virtude do aclave existente nos fundos do lote (Ilustração 6.10). A cobertura é dividida em quatro águas, com cumeeira central, laje pré-moldada e telhas cerâmicas do tipo canal. Todas as fachadas são rebocadas e pintadas com tinta látex, em tom rosado. A fachada principal, voltada para noroeste, apresenta duas janelas, em madeira e vidro, pintadas na cor marrom (Ilustração 6.11). A porta principal está localizada na fachada lateral esquerda, mas o acesso corriqueiro à casa é feito pela porta da cozinha, localizada nos fundos.

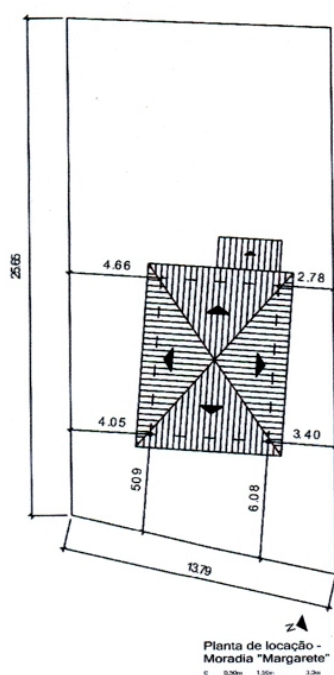


Ilustração 6.10 - Planta de localização - moradia "Margarete"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.10 - Fachada moradia "Margarete"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A planta baixa da edificação possui forma retangular, dividida em três zonas de usos - social, íntima e serviços - articuladas entre si por um pequeno corredor (Ilustração 6.9). A existência dessa peça de circulação não agrada à Margarete, de acordo com informações de Karla, uma de suas filhas: "minha mãe não gosta de casa com corredor, preferia que não tivesse". No tocante ao dimensionamento dos cômodos, apenas a cozinha e o banheiro foram apontados como problemáticos para a realização das atividades inerentes a cada um, pois na opinião da moradora "os dois são muito apertados". Atualmente ela considera a casa pequena para a família e confessa que a mesma ficou menor do que o esperado, além de apresentar problemas de regularização das paredes: "O maior



problema é que as paredes são tortas, atrapalha a mobília e daí fica difícil trabalhar”. Sua maior insatisfação é com a cozinha que, na sua opinião, deveria ser maior.



Durante a entrevista a moradora manifestou o desejo de reformar a casa, construindo um primeiro pavimento para abrigar mais um quarto e outro banheiro, pois ela considera que “é muita mulher em casa e um banheiro só é pouco”. Mas em virtude da estrutura da casa não ter sido pensada para suportar um primeiro andar e por problemas já existentes na fundação, ela comentou que pensa em ampliar a casa horizontalmente e construir também uma garagem, além do que já foi mencionado.

A sala de estar é um ambiente pouco usado, visto que a mãe e a filha mais velha passam o dia fora de casa, trabalhando, e as outras duas filhas passam o tempo na escola ou, no caso da mais nova, brincando no quintal. A família não tem costume de se reunir, por causa dos conflitos de horários, sendo poucas as oportunidades em que fazem refeições todas juntas.

A cozinha, além de suas atividades corriqueiras, também é utilizada como ambiente de estudo. A área de serviço limita-se a um “puxadinho” na parede externa da cozinha, coberto com telha

de fibro-cimento, na qual ficam o tanque e a máquina de lavar roupas. A tábua de passar, por sua vez, fica no quarto de Karla (Quarto 2), porque “tem mais espaço”.

As relações de vizinhança foram mencionadas pela primeira vez no decorrer da pesquisa de campo nesta residência. Karla demonstrou certa curiosidade em saber como estava sendo a receptividade das outras pessoas abordadas, alegando que “quase todos os vizinhos da rua são muito fechados e desconfiados”.

Embora tenha manifestado alguns problemas da edificação que a incomodam, de maneira geral Margarete se considera satisfeita com sua casa, e de certo modo conformada com a situação atual, visto que a questão financeira é o principal limitador para a realização das modificações que ela gostaria de realizar em curto prazo para melhorar a qualidade de vida de sua família.

#### **6.1.1.4 MORADIA “GIOVANA” – O PALÁCIO**

Giovana comprou o imóvel em que reside diretamente do primeiro proprietário. A casa está localizada na lateral direita da segunda metade do loteamento, em direção ao manguezal (Ilustração 6.13). Mora sozinha com o filho de quatro anos e não trabalha fora. Além do serviço doméstico diário ela pinta tecidos para complementar a renda mensal (pensão que recebe do ex-marido). A casa foi construída há quatro anos e ela a ocupa desde 2003.

Foi uma das moradoras mais receptivas de todo o grupo pesquisado. Além de ter concedido a entrevista com muita satisfação, nos deixou completamente à vontade para medir e fotografar todos os ambientes da casa. Dentre os motivos apontados por ela para justificar a compra do imóvel, o mais importante foi a necessidade urgente de um lugar para morar, pois tinha acabado de se separar do marido e estava vindo da casa do sogro, em Garopaba/SC, onde morou por 15 anos. A moradora comentou ainda que no início não gostava muito da casa porque achava que era muito grande para duas pessoas e também estava inacabada, sendo necessário realizar alguns serviços para que ela e o filho se instalassem definitivamente.

Durante a entrevista ela mencionou que está tendo problemas com o vizinho porque seu terreno é um desmembramento do lote situado à sua esquerda, que pertencia a uma mesma família. Quando resolveram vendê-lo à Giovana, os proprietários não regularizaram a situação do IPTU, firmando apenas um acordo informal sobre a divisão do pagamento do imposto entre as duas edificações. Recentemente ela procurou obter o IPTU próprio para seu imóvel e descobriu que o

vizinho está em dívida com a prefeitura, mesmo ela tendo efetuado o pagamento de sua parcela em todas as mensalidades.



Ilustração 6.13 - Localização da moradia “Giovana” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

### DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

A edificação é caracterizada por ocupar quase toda a dimensão da testada do lote, tendo sido construída nos limites do alinhamento do terreno com a rua e com o lote vizinho esquerdo (Ilustração 6.14). É o único exemplar da amostra que possui dois pavimentos. A cobertura é dividida em duas águas, com cumeeira central transversal, caimento das águas voltado para frente e fundos do lote, madeiramento aparente e telhas de fibro-cimento.

A única fachada exposta é a principal, voltada para noroeste. Apresenta reboco aparente sem pintura e possui uma porta e uma janela, ambas em madeira natural, pertencentes à sala de estar (Ilustração 6.15). Esse ambiente é pouco iluminado naturalmente, em virtude da garagem coberta à sua frente. As demais paredes não são rebocadas externamente, o que segundo a moradora ocasiona desconforto no período de chuvas, por causa das inúmeras infiltrações existentes na casa. “Isso é ruim porque além de molhar as paredes molha também o piso de madeira, tenho medo que fique podre com o tempo”.

A planta baixa possui forma retangular, caracterizada pela relação desproporcional entre largura e profundidade da construção (4,26m x 21,32m). O zoneamento de atividades se dá entre os dois pavimentos: no térreo concentram-se as zonas social e de serviço, enquanto que a zona íntima se restringe ao pavimento superior. A relação de cômodos existentes também é extensa: garagem, sala, cozinha, dois banheiros, área de serviço, quintal, sala íntima e três quartos (Ilustração 6.16).

A única reforma que a moradora realizou até hoje ocorreu quando ela comprou a casa, pois a mesma estava inacabada. Giovana comentou que os serviços realizados consistiram no reboco de todos os ambientes, colocação de piso cerâmico no térreo, colocação do portão da garagem e

construção da área de serviço e do muro. Atualmente ela tem vontade de investir apenas no acabamento da casa.

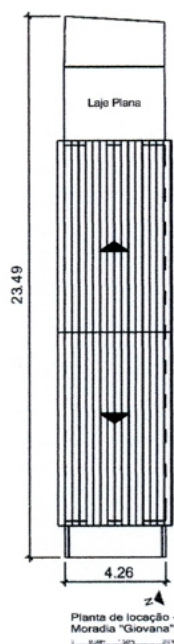


Ilustração 6.14 - Planta de locação - moradia "Giovana"

Ilustração 6.15 - Fachada moradia "Giovana"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.16 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Giovana"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

No tocante ao dimensionamento dos cômodos a moradora afirmou que se sente satisfeita com o tamanho das peças, e que não existem problemas de circulação nos ambientes, visto que os corredores são espaçosos e a casa é ocupada por apenas duas pessoas. O único problema mencionado foi a largura da escada, que ela considera muito apertada.

A sala de estar e a cozinha são integradas, fato que não agrada à Giovana. Durante a entrevista, a moradora comentou que gostaria de separá-las com um balcão, para que a cozinha não fique muito exposta: “só queria separar a sala da cozinha por estética, pra ficar mais bonitinho”. A sala é o local utilizado pela moradora para pintar seus tecidos, além de às vezes funcionar como “loja” para vender algumas peças às demais moradoras da vizinhança: “tem gente que já sabe que pinto tecido e quando precisa vem procurar aqui em casa mesmo”.

O mobiliário como um todo é bastante simples, mas existem algumas peças diferenciadas das demais residências analisadas, como por exemplo o sofá: fixo, feito de concreto e decorado com mosaico cerâmico colorido. O banheiro do térreo também é decorado com mosaico cerâmico; as louças têm desenho rebuscado, enquanto que o espelho e a estante de vidro são emoldurados com metal dourado. Segundo Giovana, esse banheiro normalmente é utilizado como lavabo e depósito de “tranqueiras”; quase nunca para banho, “só quando falta água na caixa, aí não dá pra tomar banho lá em cima”.

Durante os levantamentos, observou-se que a moradora possui muitos eletrodomésticos que não funcionam, tais como duas máquinas de lavar roupa, instaladas na área de serviço, e um forno de microondas na sala, que serve de apoio para armazenar os tecidos que ela pinta. Esse não é um fato isolado, visto que outras residências analisadas também apresentaram situação semelhante. Quando questionada sobre o motivo pelo qual ela mantinha esses equipamentos em casa sem estarem funcionando, Giovana respondeu que pretende consertá-los, mas ainda não o fez por falta de dinheiro. Esse comportamento sugere que esses objetos, de alguma forma, atestam a manutenção de um status do morador dentro da lógica do consumismo imposta pela mídia: para essa classe social o mais importante não é o equipamento funcionar, mas sim sua presença no âmbito de sua habitação, como forma de mostrar superioridade sobre os demais vizinhos que não possuem tais equipamentos.

A cozinha possui muitos armários e destina-se a atender as funções de armazenamento, preparo e cocção dos alimentos. Como é contígua à sala, a divisão entre os dois ambientes é a mesa de refeições, e as atividades sociais acabam ocorrendo em ambos. A área de serviço está alinhada com esses ambientes e consiste num espaço coberto com laje plana e revestido com piso cerâmico.

É equipado com tanque, varal, tábua de passar roupa (fica fechada, encostada na parede) e, além de suas atividades inerentes, esse ambiente também serve de abrigo para o viveiro de pássaros do filho de Giovana. O pequeno quintal é pavimentado com cimento e abriga o canil dos cachorros.

O piso e as divisórias do primeiro pavimento são todos em painéis de madeira de pinus e a escada é bastante estreita, irregular e insegura. Giovana comentou que isso também a incomoda e que gostaria de “trocar tudo que é de madeira por material, que fica mais bonito”. A sala íntima é uma peça de articulação entre o banheiro e os quartos. Abriga um jogo de móveis que quase nunca é usado, composto por uma cadeira de balanço, mesa de centro, estante e baú, todos muito próximos, sem áreas de circulação livres entre si.

Os quartos são bastante espaçosos e com mobiliário escasso, com exceção do de Giovana. O primeiro quarto destina-se à recepção de visitas, o segundo é o quarto dos brinquedos do filho e o terceiro e último, que possui uma varanda na fachada principal, é dividido pela moradora e a criança de quatro anos. A mãe alega que “ele ainda é muito pequeno, mas quando crescer um pouco mais vou levar a cama pro quarto dele”.

Ao fim da entrevista, a moradora se autodefiniu como uma pessoa feliz e realizada com sua habitação. Embora reconheça que existem muitos reparos a serem feitos e que gostaria de deixar tudo mais bonito, Giovana diz que se sente bem em sua casa e que gosta de morar nela, principalmente porque “aqui ninguém me incomoda e posso criar meu filho com tranquilidade”.

#### **6.1.1.5 MORADIA “ANA CLÁUDIA” – A EXPRESSÃO DO NÃO-LUGAR**

A residência de Ana Cláudia situa-se no final da RIJJ, próxima à associação dos moradores (Ilustração 6.17). Essa região do loteamento apresenta os terrenos mais baixos e de solo bem mais turfoso<sup>23</sup>, em virtude da proximidade com o mangue. A principal característica dessa unidade é a separação da família em duas edificações: a mãe e os dois filhos mais velhos da proprietária moram numa casa de madeira nos fundos do lote, enquanto a proprietária reside na casa da frente com as duas filhas mais novas. A família ainda divide o terreno com os cavalos dos filhos. Segundo Ana “eles adoram montar, se eu vender os cavalos é uma confusão”. A moradora trabalha em casa, fazendo artesanato (crochê) e trabalhos de digitação.

<sup>23</sup> Solo rico em matéria orgânica vegetal em decomposição, bastante comum em áreas alagadiças (HOUAISS; VILLAR, 2001).



Ilustração 6.17 - Localização da moradia “Ana Cláudia” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A edificação foi construída há sete anos e Ana Cláudia a adquiriu diretamente do primeiro proprietário há três anos, por duas razões: necessidade de mudança porque a família não gostava do local no qual morava antes (Ponta do Sambaqui) e também por questões financeiras, pois não tinha condições de comprar em outro lugar. Ana Cláudia diz que não teve muita escolha, comprou a casa sabendo que a mesma tinha muitos problemas porque era uma situação emergencial; além disso, considerou que a vizinhança do local atual era melhor do que a anterior.

A entrevista ocorreu de maneira bastante informal e tanto a proprietária quanto suas filhas se sentiram à vontade com nossa presença. Ana Cláudia encarou o momento como uma oportunidade para falar sobre todas as suas insatisfações com a residência, além de ter auxiliado o grupo nos levantamentos dimensionais, sempre opinando e descrevendo as situações corriqueiras mais problemáticas.

Um aspecto bastante ressaltado pela moradora foi a questão da privacidade. Ela reclamou bastante das esquadrias de ferro e vidro utilizadas em toda a casa (portas e janelas), alegando que se sente invadida, observada por todos que passam pela rua. O dimensionamento das peças também foi bastante criticado, principalmente no tocante aos dormitórios: “aqui não cabe todos os meus filhos porque só tem dois quartos e um é muito pequeno, mal cabe as duas mais novas”.

#### **DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

A edificação foi construída na parte frontal do terreno, no limite lateral direito com o lote vizinho, recuada 4,08 metros do alinhamento da rua e 7,31 metros da lateral esquerda do lote



(Ilustração 6.18). A cobertura possui uma água, com cumeeira e caimento lateral, telhas de fibrocimento e forro de madeira. Todas as fachadas são pintadas com cal branca. A fachada principal, voltada para sudeste, apresenta duas janelas (uma em madeira e outra em ferro) e a porta principal em ferro e vidro, pintada na cor cinza (Ilustração 6.19).

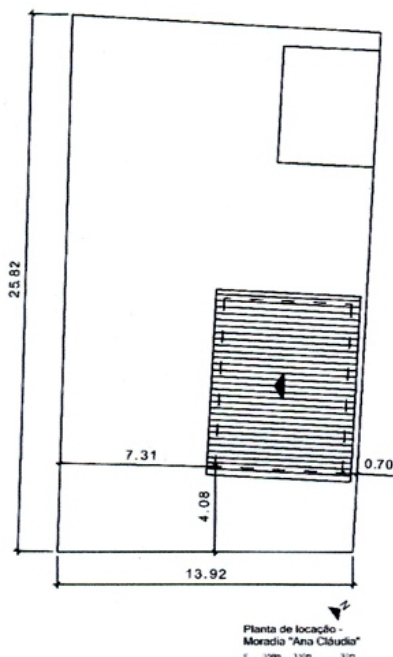


Ilustração 6.18 - Planta de locação - moradia "Ana Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.19 - Fachada moradia "Ana Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A planta baixa possui forma retangular, com três faixas de uso definidas: social, serviços e íntima. A articulação entre as zonas se dá em forma de T, visto que o banheiro, única peça da casa comum às três faixas de uso, está localizado no eixo transversal central da edificação, entre os quartos (Ilustração 6.20). Durante a entrevista a moradora comentou que a casa apresenta sérios problemas de infra-estrutura, desde a fundação até a cobertura:

Quando cheguei não tinha uma tomada na casa; a pia da cozinha não tinha encanção, eu tive que improvisar um buraco pra água suja cair no terreno. Ainda tem muito serviço pra fazer: a fossa não tem sumidouro, quando enche eu tenho que esvaziar; a fundação é oca, e o terreno é um banhado, o piso tá cedendo todo, as paredes estão rachando. Precisa de muito dinheiro e só com a pensão da minha mãe não dá. É melhor derrubar e construir outra porque essa aqui tá toda errada.

Essas questões são apontadas como os principais motivos de insatisfação da moradora. Recentemente ela foi obrigada a trocar toda a parte elétrica da casa porque a conta de luz estava muito alta e, segundo ela, a CELESC afirmou que o problema era a fiação. "Gastei muito, mas não resolveu o problema. A conta desse mês veio duzentos reais, mas não tem como a gente ter gastado tudo isso!". O único cômodo reformado até o presente momento foi o banheiro, também por



problemas de infra-estrutura. A moradora comentou que foi preciso trocar todo o encanamento, pois foi constatado que o vaso sanitário não tinha tubulação. O piso também teve que ser refeito, pois estava cedendo.



Ilustração 6.20 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Ana Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

O dimensionamento dos cômodos atrapalha as atividades principalmente nos quartos, os quais a moradora considera "muito pequenos, quase não dá pra se mexer". O quarto das meninas (12 e 10 anos) é o mais problemático e agora elas querem dormir em quartos separados, o que gera a necessidade de aumentar a habitação para satisfazer as necessidades da família. Ana Cláudia também não gosta do seu quarto, principalmente por causa da janela: "No quarto não tenho privacidade por causa desse janelão de vidro, tenho que botar um lençol cobrindo. Pra quê fazer uma janela desse tamanho?".

A sala de estar tem poucos móveis e demonstra, de certa forma, o desprezo da moradora para com a casa. O computador ocupou o lugar da televisão na estante e esse aparelho está jogado no chão, pois "queimou de tão antiga que era". É o seu local de trabalho, tanto pela presença do computador como também porque é o ambiente que tem a iluminação mais favorável à confecção do crochê. Não existem objetos, tais como porta-retratos, que façam referência aos filhos mais velhos, nem tampouco a outros membros da família. Ana Cláudia mencionou que não sente vontade de arrumar a casa porque é tudo velho, e como o terreno está sempre enlameado não adianta limpar,

pois em pouco tempo já está tudo sujo de novo. A porta da cozinha faz a ligação da casa com a edícula dos fundos, e quase sempre é utilizada apenas pelos membros da família.

O banheiro é bastante apertado e confinado, sem aberturas para o exterior. Além das atividades inerentes à higiene pessoal, nessa casa ele é utilizado como área de serviço, visto que a máquina de lavar roupas fica nesse ambiente. A cozinha também desempenha funções desse tipo, pois as roupas são passadas nesse cômodo por causa da mesa e da tomada. Além disso, é também o local de estudo das crianças, já que “no quarto e na sala não tem lugar pra escrever”.

A manutenção dos cavalos tem gerado problemas de relacionamento com os vizinhos. Ela diz que tem recebido muitas reclamações de que os animais entram nos lotes alheios, destroem as plantas e pequenas hortas, além de sujarem bastante a rua. Somado à sua insatisfação com a casa, esse problema tem levado Ana Cláudia a pensar em vender sua casa para comprar um sítio no mesmo bairro. Ela alega que assim poderia satisfazer melhor sua família, acomodando todos juntos, sem se desfazer dos cavalos.

#### **6.1.1.6 MORADIA “SALETE” – O SONHO REALIZADO**

A residência de dona Salete situa-se na primeira metade do lado esquerdo da rua, ocupando o décimo segundo lote (Ilustração 6.21). Ela e sua família são moradores da localidade há dez anos, mas apenas há cinco meses estão nessa edificação. Antes morava na casa da mãe, situada três lotes acima do seu, mas quando ela morreu, decidiu vender o terreno e com o dinheiro iniciou a construção de sua casa. Viúva há cinco meses, demonstrou tristeza durante a entrevista pelo fato do marido não ter visto a casa pronta, já que ainda falta boa parte dos acabamentos. Dona Salete mora com os dois filhos (18 e 6 anos) e a coabitação familiar também se faz presente, visto que a filha mais velha, de 22 anos, mora numa edícula de madeira nos fundos do lote com o marido e os dois filhos.

A moradora nos recebeu na cozinha, como de costume, e mostrou-se bastante interessada em participar da pesquisa. O primeiro comentário de dona Salete resume sua satisfação em relação à moradia: “Meu sonho era ter uma casa de material, com uma sala, porque a casa que a gente morava antes era de madeira e não tinha espaço pra sala”. Toda pergunta feita era motivo para explicações detalhadas, sempre acompanhadas pela lembrança do marido e de certa forma, pela decepção de não poder compartilhar com ele a realização de um sonho conjunto.

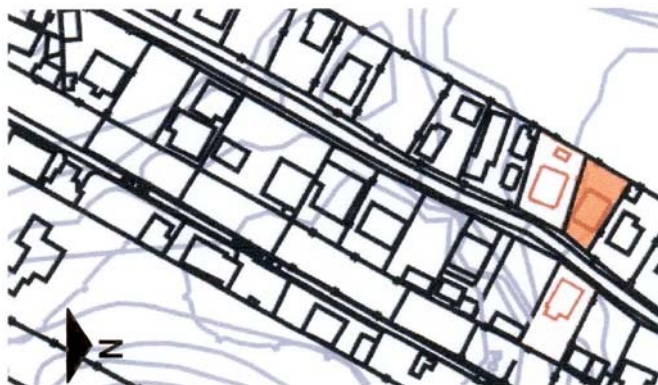


Ilustração 6.21 - Localização da moradia “Salete” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Durante a entrevista a moradora relatou que a casa foi construída em quatro meses, tendo sido o marido responsável pelo desenho da habitação, inspirado numa casa de “material” vizinha. Ela mencionou também que não opinou na construção e que tudo foi feito simultaneamente pelo marido e por pedreiros. Em cada etapa da construção eles contrataram um pedreiro diferente, totalizando quatro profissionais ao todo: um trabalhou na fundação; dois na construção das paredes e o último na colocação das esquadrias e do piso.

#### **DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

Os moradores se preocuparam em deixar a construção bastante recuada em relação ao alinhamento da rua (seis metros de afastamento) para se resguardarem da poeira gerada pelo tráfego de veículos (Ilustração 6.22). E também como forma de evitar problemas futuros de relocação do imóvel, caso a prefeitura venha a viabilizar a construção da via. A edificação ainda está inacabada porque, segundo a moradora, acabaram os recursos financeiros para viabilizar a finalização da obra: as fachadas não foram rebocadas, deixando o chapisco aparente e por enquanto a laje está descoberta. Mesmo nessa situação, Dona Salete não considera a casa termicamente desconfortável em nenhuma época do ano. Essa satisfação justifica-se pelo pouco tempo de moradia, o qual não oferece respaldo para que ela possa tecer maiores comentários sobre esse aspecto da edificação.

A fachada principal, voltada para sudeste, é composta por duas janelas (Ilustração 6.23), enquanto que a porta principal localiza-se na fachada lateral direita. No entanto, o acesso à casa é feito pela cozinha, pois a porta da sala é mais estreita do que o vão projetado e ela não teve coragem de trocá-la. “Essa porta ainda não tá funcionando, tô esperando meu cunhado vir ajeitar, fechar esse buraco do lado pra ficar direitinho”.

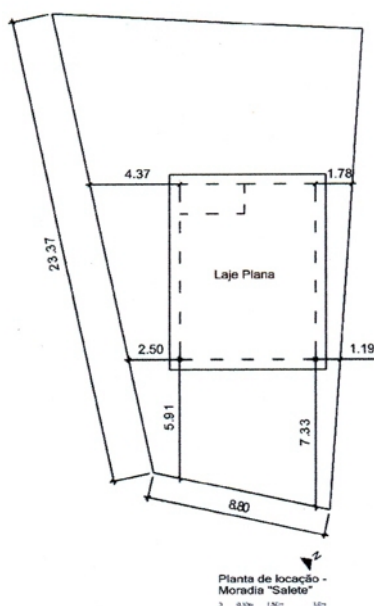


Ilustração 6.22 - Planta de localização - moradia "Salette"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005



Ilustração 6.23 - Fachada moradia "Salette"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A planta baixa possui formato retangular e, em comparação com os demais casos estudados, apresenta uma inversão de posicionamento das zonas de uso: o mais comum até o momento foi a concentração das zonas social e de serviços no lado esquerdo do lote e da zona íntima no lado direito. Nessa casa ocorre exatamente o contrário. A articulação entre os cômodos se dá através de uma pequena área de circulação em frente ao banheiro (Ilustração 6.24).

Internamente todos os ambientes são rebocados, pintados com tinta látex e revestidos com piso cerâmico. Para dona Salete, a principal vantagem da casa de "material" com relação à antiga de madeira é a limpeza: "Aqui suja muito menos, o piso é mais fácil de limpar. Como eu trabalho o dia inteiro fora, só preciso varrer a casa umas duas vezes na semana e é rapidinho". A moradora deixou transparecer que já não se preocupa muito com as atividades domésticas, primeiro porque trabalha geralmente à noite (é auxiliar de enfermagem), e talvez agora não exista mais uma pessoa que lhe cobre dedicação e cuidado com a casa:

Não gosto de cozinhar e como agora só tem os meninos, quando faço alguma coisa deixo congelado e eles esquentam. Também só passo roupa quando preciso usar; tiro tudo do varal e deixo arrumadinho num canto. E as roupas dos meninos são essas camisas de time, que não amassa. Então não precisa passar tudo sempre.

Em relação ao dimensionamento das peças, dona Salete comentou que apenas a cozinha não ficou exatamente do tamanho que ela queria: "Acho que a cozinha podia ser maior, porque sempre tem mais coisa pra guardar". De fato, esse é o ambiente mais equipado da casa até o

momento. A área de serviço também está completa, com o tanque e a máquina de lavar roupas devidamente instalados. Nesse ponto, foi possível perceber, durante a entrevista, a relação de confiança entre os moradores da RIJJ: Dona Salete mantém um equipamento caro numa área desprotegida da casa, sem se preocupar com assaltos, mesmo sem o seu lote ser murado, porque na rua “todos se conhecem, é tudo muito tranquilo”.



Ilustração 6.24 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Salete"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Os demais cômodos da casa contam com poucas peças de mobiliário, apenas o mínimo necessário ao conforto essencial da família. Dona Salete alega que não gosta de muita mobília porque “só serve pra atrapalhar e juntar poeira”, mas que tem vontade de comprar móveis novos, pra combinar com a nova casa. A sala de estar, materialização de um dos maiores anseios da moradora, conta apenas com um sofá e uma mesinha de telefone; a televisão fica no quarto do filho mais velho. Mais uma vez, dentro do grupo pesquisado, a mãe divide o quarto com o filho mais novo: “Ele não gosta de dormir sozinho com o irmão, então enquanto der ele fica comigo”.

No recuo frontal da edificação ela deixou os meninos construírem uma trave de futebol, para que pudessem jogar com os amigos. Mas ressaltou que na realidade seu desejo é fazer um jardim, apontando para as mudas que o marido plantou: “Ele plantou aquele pinheiro pouco antes de morrer, ainda tá com a madeirinha de sustentação; e ele tá crescendo, a gente achava que não ia crescer...”.

Ao final de nossa visita, quando a entrevista já havia se transformado numa conversa informal, a moradora comentou que está muito feliz com sua casa e que gostaria de terminá-la logo, mas que no momento é impossível porque seu salário e a pensão do marido são insuficientes. Nesse momento ela fez menção à irregularidade da propriedade do seu terreno:

Como a gente só tem o contrato de compra e venda do terreno a Caixa Econômica não aceita financiar os materiais. Quando a gente começou a construir, meu marido foi lá saber porque naquela época a gente achava que a escritura ia sair, mas não deu... Se eu conseguisse resolver isso seria bom, porque comprava tudo de uma vez e ia pagando aos poucos, uns noventa reais por mês.

Dona Salete foi a única moradora que apontou a irregularidade do terreno como um empecilho à plenitude de sua satisfação com a moradia, mesmo que indireta e inconscientemente. Ela acredita que somente quando resolver essa questão, poderá se sentir totalmente realizada e tranqüila.

#### 6.1.1.7 MORADIA “CARMEM” – A PLENITUDE DA SATISFAÇÃO

A casa de Carmem ocupa o décimo primeiro lote do lado esquerdo da rua (Ilustração 6.25), localizado à direita da casa de dona Salete, sua ex-cunhada. Ela mudou para a RIJJ há cinco anos, quando a edificação ficou pronta, e recentemente foi abandonada pelo marido, ficando com a casa e os quatro filhos.



Ilustração 6.25- Localização da moradia “Carmem” no contexto do loteamento

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Ao aceitar participar da pesquisa, imediatamente Carmem nos convidou para entrar e, enquanto uma parte do grupo fazia os levantamentos, a entrevista acontecia na cozinha, pois dois dos filhos da moradora estavam jogando videogame com amigos na sala. Quando questionada sobre sua participação na definição do desenho e dos cômodos necessários à casa, Carmem respondeu que

não participou dessas decisões em nenhum momento da construção, pois na época a família morava no bairro Ingleses e ela não podia se deslocar com facilidade até a Barra do Sambaqui por causa dos filhos pequenos.

O ex-marido foi o responsável por todo o processo de ideação da casa. De acordo com a moradora, “o tio dele fez a planta e logo iniciou a construção, levando dois anos pra terminar tudo”. Passados cinco anos, a casa ainda não foi rebocada externamente e a laje continua descoberta, mas esses não são motivos de insatisfação para a proprietária.

### DESCRIÇÃO DA EDIFICAÇÃO

A casa foi construída na parte frontal do lote, recuada 4,70 metros do alinhamento da rua e centralizada em relação aos limites laterais do terreno (Ilustração 6.26). A cobertura é plana e todas as fachadas apresentam chapisco aparente, sem qualquer revestimento. Assim como na casa de dona Salete, a fachada principal apresenta duas janelas, em alumínio (Ilustração 6.27). A porta principal está localizada na fachada lateral esquerda que, segundo a proprietária “dá mais privacidade porque fica mais difícil de quem passa na rua ver dentro da casa”. Em cinco anos de uso, a casa nunca passou por nenhuma reforma.

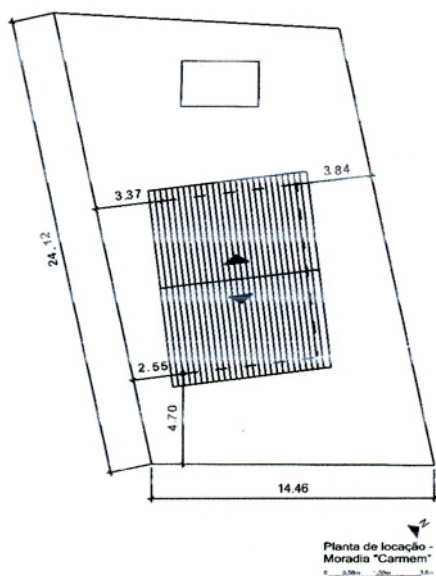


Ilustração 6.26 - Planta de locação - moradia “Carmem”

Fonte: CORDEIRO, A. S., 2005



Ilustração 6.27 - Fachada moradia “Carmem”

Fonte: CORDEIRO, A. S., 2005

A planta baixa possui forma retangular e apresenta a clássica divisão de usos, já mencionada nas demais descrições. A articulação entre as áreas se dá através de um pequeno corredor. O



primeiro quarto abre diretamente para a sala de estar, enquanto os outros dois abrem, respectivamente, para o corredor e para a cozinha (Ilustração 6.28). Em relação a este último, a moradora comentou que essa situação não representa conflitos, como o de limpeza por exemplo, em virtude dos dois cômodos terem funções distintas: “quando eu cozinho não vai gordura pro quarto, é só fechar a porta”.



Ilustração 6.28 - Planta de zoneamento de usos - moradia "Carmem"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

O dimensionamento dos cômodos foi apontado por Carmem como muito satisfatório. Em relação à quantidade de cômodos em função do número de moradores, ela comentou que gostaria apenas que a casa tivesse mais um banheiro, já que os cinco moradores dividem uma única peça e isso geralmente é motivo de atrito entre os filhos, principalmente no horário de saída para a escola. Ela deseja também construir uma área de serviço, já que a máquina de lavar roupas fica num depósito de madeira nos fundos do lote e as roupas limpas são passadas na cozinha, por causa da mesa.

Os dois meninos dividem o terceiro quarto, enquanto que a filha mais velha dorme sozinha. A mãe divide o quarto com a filha mais nova. Esse último quarto abriga uma cama de solteiro, um colchão de casal no chão, um guarda-roupa e uma geladeira, que foi presente da ex-sogra: “Ela



funciona mas está desligada porque eu já tenho geladeira e freezer mais novos que essa aí, mas não tem outro lugar pra colocar...”.

Dentre os moradores integrantes do grupo pesquisado, Carmem foi a que se mostrou mais satisfeita com sua casa, sem demonstrar uma vontade aparente de modificá-la ou ampliá-la.

#### **6.1.2 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS FAMILIARES ENVOLVIDOS**

Esta segunda etapa da análise comportamental consiste na avaliação dos dados das entrevistas e posterior cruzamento dessas informações com as descrições etnográficas, com o objetivo de traçar um perfil comum aos moradores integrantes do grupo pesquisado.

As respostas dos entrevistados foram sintetizadas em palavras-chaves e transcritas para planilhas específicas, classificadas de acordo com as categorias de moradores, como mostram as Ilustrações 6.29 e 6.30. Quando as respostas de uma mesma pergunta são semelhantes a dois ou mais moradores entrevistados, elas aparecem grifadas numa mesma cor, como forma de representar graficamente o perfil do grupo pesquisado.

Caracterização da Unidade habitacional		“JOÃOZINHO”	“MARGARETE”	“SALETE”	“CARMEM”
Localização e representação fotográfica					
Características dos moradores	Número de moradores	01	04	03	05
	Origem da família: Cidade/ Bairro Fpolis	Passo Fundo - RS/ Sambaqui	São José - SC/ Barra do Sambaqui	Florianópolis - SC/ Centro	Florianópolis - SC/ Ingleses
	Ocupação do chefe de família	Jardineiro	Copeira em hospital	Auxiliar de enfermagem	Auxiliar de enfermagem
	Nº de pessoas que trabalham fora	01	02	01	01
	Escolaridade: chefe de família/ Cônjuge	Quinta série	Oitava série	Segundo Grau incompleto	Segundo Grau completo
Características do lote/ imóvel	Área do lote	330,94m²	346,47m²	275,16m²	357,28m²
	Aquisição do lote	À vista	À vista	À vista	À vista
	Início da construção após aquisição do lote	02 meses	01 ano	02 anos	06 meses
	Ocupação do lote	Unifamiliar	Unifamiliar	Multifamiliar (filha mora nos fundos do lote)	Unifamiliar
	Ocupação do imóvel	Próprio	Próprio	Próprio	Próprio
	Construtor da edificação	Proprietário, com ajuda do cunhado	Pedreiro contratado (autogestão)	Pedreiro contratado (autogestão)	Proprietário, com a ajuda do tio e cunhado
	Materiais de construção utilizados	Tijolo cerâmico, telha de fibro-cimento, esquadrias de madeira	Tijolo cerâmico, telha cerâmica, esquadrias de madeira, piso cerâmico	Tijolo cerâmico, laje pré-moldada, esquadrias de alumínio e madeira, piso cerâmico	Tijolo cerâmico, laje pré-moldada, esquadrias de alumínio e madeira, piso cerâmico
	Primeiro proprietário	Sim	Sim	Sim	Sim
	2º proprietário: motivo de aquisição	—	—	—	—
	Número de pavimentos	01	01	01	01
	Idade da edificação/ Área construída total	10 anos/ 41,43m²	07 anos/ 55,66m²	04 meses/ 57,53m²	05 anos/ 63,78m²
Características da habitação	Relação de ambientes	2 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha	1 sala, 3 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha, área de serviço	1 sala, 2 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha, 1 área de serviço	1 sala, 3 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha
	Construção inicial	Tudo de uma vez	Sala e quarto da frente	Tudo de uma vez	Tudo de uma vez
	Cômodo que deu início à construção	Não teve uma ordem específica	Sala	Não soube responder	Não soube responder
	Processo de construção da casa	2 anos. Morou num barraco improvisado	2 anos, pelo cunhado e um ajudante	04 meses, com 3 pedreiros trabalhando	02 anos
	Fatores de influência do desenho da casa	Não tem sala porque as outras peças ficariam pequenas	Essa é a solução mais convencional	Inspirou-se numa casa vizinha, de “material”	O marido foi quem resolveu tudo, ela não opinou em nada porque moravam longe
	Fatores de influência do dimensionamento	Sua experiência como pedreiro	—	Tinha que ter uma sala, cozinha que coubesse todos os móveis	—
	Imóvel reformado	Não	Não	Não	Não
	Época e motivo da 1ª reforma	—	—	—	—
	Natureza da reforma	—	—	—	—
	Motivos das demais reformas	—	—	—	—
	Circulação e privacidade nos ambientes	É boa	Boa, não tem problema	Boa, em geral	Boa, não tem problema
	Época de maior desconforto climático	Verão	Verão	Não é desconfortável	Verão
	Necessidade de acender a luz pelo dia	Não	Não	Não	Não
	Dimensão/ realização das atividades	Não existem problemas	A cozinha e o banheiro são apertados	Não existem problemas	Não tem problema
	Modificações que gostaria de realizar	Construir a área de serviço	Aumentar a cozinha	Não mudaria nada. Só faria a cozinha um pouco maior	Construir outro banheiro, área de serviço e mais 1 quarto
Características comportamentais	Relação do usuário com a casa	Gosta de viver nela, se sente bem	É boa, exceto a cozinha e o banheiro	A considera boa para a família	A considera boa para a família
	Satisfação com a casa	Está satisfeito, construiu como queria	Está satisfeita	Está satisfeita	Está satisfeita
	Utilização do espaço doméstico	Cozinha funciona como sala e área de serviço	Mãe divide o quarto com filha mais nova, passam roupa no quarto	Não gosta de muitos móveis, passa roupa na cama, quando necessário	Mãe divide o quarto com filha mais nova; Passa roupa na cozinha. Lava roupa num puxado nos fundos do lote

Ilustração 6.29 - Planilha de compilação das entrevistas com moradores autoconstrutores

Caracterização da Unidade habitacional		“CLAUDIA”	“GIOVANA”	“ANA CLÁUDIA”
Localização e representação fotográfica				
Características dos moradores	Número de moradores	06	02	03
	Origem da família: Cidade/ Bairro Fpolis	São Francisco do Sul - SC/ Barra do Sambaqui	Garopaba - SC	Joinville - SC/ Ponta do Sambaqui
	Ocupação do chefe de família	Tele-entrega/ Serviços gerais	Dona-de-casa e artesã	Dona-de-casa, artesã (crochê) e digitação
	Nº de pessoas que trabalham fora	02	—	—
	Escolaridade: chefe de família/ Cônjuge	Segundo Grau completo	Segundo Grau completo	Segundo Grau completo
Características do lote/ imóvel	Área do lote	374,97m²	88,67m²	361,52m²
	Aquisição do lote	À vista	À vista	À vista
	Início da construção após aquisição do lote	—	—	—
	Ocupação do lote	Multifamiliar	Unifamiliar	Unifamiliar
	Ocupação do imóvel	Próprio	Próprio	Próprio
	Construtor da edificação	Primeiro morador	Primeiro morador	Primeiro morador
	Materiais de construção utilizados	Tijolo cerâmico, telha cerâmica, esquadrias de madeira	Tijolo cerâmico, telha de fibro-cimento, divisórias, piso e esquadrias de madeira	Tijolo cerâmico, telha de fibro-cimento, esquadrias de ferro, forro de madeira
	Primeiro proprietário	Não (filhos do autoconstrutor)	Não	Não
	2º proprietário: motivo de aquisição	Falecimento dos pais	Questões financeiras	O lugar anterior não era bom, muito isolado; questões financeiras
	Número de pavimentos	01	02	01
	Idade da edificação/ Área construída total	11 anos/ 62,37m²	04 anos/ 140,26m²	Não soube responder/ 48,80m²
	Características da habitação	Relação de ambientes	1 sala, 4 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha	1 sala/ cozinha, 2 banheiros, 1 área de serviço, 3 quartos, sala íntima, garagem
Construção inicial		—	—	—
Cômodo que deu início à construção		—	—	—
Processo de construção da casa		5 meses, com 4 pedreiros trabalhando	—	—
Fatores de influência do desenho da casa		Tamanho da família	—	—
Fatores de influência do dimensionamento		Tamanho da família	—	—
Imóvel reformado		Não. Trocaram a porta principal de lugar, por causa das inundações	Sim	Sim
Época e motivo da 1ª reforma		—	Em 2003. Quando comprou a casa estava inacabada	No início de2005, por motivos de infra-estrutura da casa
Natureza da reforma		—	Acabamento. Rebocou, construiu muro c/ portão, colocou piso e construiu AS	Trocou todo o piso e encanamento do banheiro
Motivos das demais reformas		—	—	—
Circulação e privacidade nos ambientes		Boa, em geral. Corredor bem largo	Não há problema, mas gostaria que sala e cozinha fossem separadas	É boa.
Época de maior desconforto climático		Verão	Inverno, porque tem infiltração	Verão
Necessidade de acender a luz pelo dia		Não	Só na sala	Não
Dimensão/ realização das atividades		Não existem problemas	Não, de maneira alguma	Não há problemas, é suficiente
Modificações que gostaria de realizar		Construir mais 1 banheiro, quarto para visitas e ampliar a cozinha	Separar a cozinha da sala apenas com um balcão (bar)	Construir outro banheiro, mais 1 quarto e a área de serviço
Características comportamentais	Relação do usuário com a casa	A considera boa para a família	Gosta de morar nela, se sente bem	Não gosta da casa, foi mal construída. Tem muita coisa para consertar
	Satisfação com a casa	Está satisfeita. Gostaria de construir uma varanda	Queria separar sala da cozinha por estética, pra ficar mais bonitinho. Em geral está satisfeita	Está satisfeita por ter uma casa própria, mas se pudesse construiria outra
	Utilização do espaço doméstico	Mãe divide o quarto com duas filhas	Mãe divide o quarto com o filho	Lava roupa no banheiro; passa roupa na cozinha

Ilustração 6.30 - Planilha de compilação das entrevistas com moradores secundários

#### 6.1.2.1 PERFIL DOS MORADORES AUTOCONSTRUTORES

Dentre as quatro unidades habitacionais pesquisadas, três são chefiadas por mulheres, e em uma das unidades a renda familiar não é proveniente do trabalho assalariado de apenas um membro da família. Os grupos familiares são pequenos (média de três moradores por unidade) e residem no loteamento há 7,75 anos, em média. Com relação aos lotes, foi observado que predominam as seguintes características: ocupação unifamiliar, aquisição do terreno à vista e início da construção no período de até um ano após a compra. No tocante ao processo de construção foram encontradas, de forma eqüitativa, situações pertinentes tanto à autoconstrução quanto à autogestão: metade das edificações pesquisadas foi construída pelo proprietário com a ajuda de familiares e o restante foi construído por pedreiros contratados. Três moradores alegaram que todos os cômodos de suas residências foram construídos simultaneamente.

Os materiais de construção predominantes são o tijolo cerâmico, esquadrias de madeira, piso cerâmico, telhas de fibro-cimento e de cerâmica do tipo canal. Todas possuem um único pavimento e o programa de necessidades compreende no mínimo dois quartos, uma cozinha, uma sala e um banheiro. A área de serviço, embora só apareça em duas unidades, se constitui como um dos principais desejos de ampliação nas outras duas residências. Até o momento nenhuma das quatro unidades foi reformada, principalmente por questões financeiras.

Para três moradores, suas casas são mais desconfortáveis no verão. Nenhum dos entrevistados mencionou a ocorrência de problemas relativos às áreas de circulação livres; todos os ambientes foram considerados satisfatórios. No tocante aos usos de cada cômodo, uma unidade apresentou a característica peculiar de ter a cozinha usada como área social (a casa não tem sala) e também como área de serviço. Observou-se que duas moradoras compartilham o quarto com os filhos pequenos e normalmente a atividade de passar roupa ocorre nos quartos ou na cozinha. De maneira geral, todos se consideram satisfeitos com suas habitações.

#### 6.1.2.2 PERFIL DOS MORADORES SECUNDÁRIOS

Neste grupo, todos os moradores são procedentes de cidades do interior do Estado de Santa Catarina. Em duas unidades ocorre a realização de uma atividade produtiva no âmbito residencial: as

moradoras trabalham como artesãs. Todos os entrevistados são mulheres, possuem o segundo grau completo e três delas criam os filhos sozinhas. Os grupos familiares são pequenos, mas em comparação com o grupo de autoconstrutores, apresentam uma média de moradores por unidade maior, aproximadamente quatro ocupantes por residência. O tempo médio de moradia das famílias no loteamento é de 5,66 anos.

Em relação à aquisição do imóvel, todos os moradores fizeram a compra diretamente com o primeiro proprietário e efetuaram o pagamento à vista. Quanto à ocupação, predomina nesse grupo o uso unifamiliar.

Os materiais de construção predominantes são o tijolo cerâmico, esquadrias de madeira, piso cerâmico, telhas de fibro-cimento e de cerâmica do tipo canal. Apenas uma unidade possui dois pavimentos e o programa de necessidades compreende no mínimo dois quartos, uma cozinha, uma sala e um banheiro. Até o momento duas unidades foram reformadas, ambas por problemas de infraestrutura da edificação.

Para três moradores, suas casas são mais desconfortáveis no verão. Nenhum dos entrevistados mencionou a ocorrência de problemas relativos às áreas de circulação livres. No tocante aos usos de cada cômodo, uma unidade apresentou a característica peculiar de ter o banheiro funcionando também como área de serviço. Observou-se que duas moradoras compartilham o quarto com os filhos pequenos e normalmente a atividade de passar roupa ocorre nos quartos ou na cozinha. De maneira geral, todos se consideram satisfeitos com suas habitações, com exceção de uma moradora que manifestou o desejo de se desfazer da casa, pois não se sente bem desde que a adquiriu.

#### **6.1.2.3 RELAÇÃO ENTRE MORADOR E EDIFICAÇÃO**

Os grupos pesquisados apresentam características semelhantes no tocante às formas de aquisição do imóvel, tipo de ocupação do lote, materiais de construção utilizados e relação de cômodos.

No campo da valorização simbólica dos espaços, a cozinha se confirmou como o ambiente mais importante para as famílias entrevistadas. Permanece como sendo o local de refeições e convívio social: a recepção do grupo de pesquisa sempre aconteceu, ao longo de todo o trabalho de

campo, nesse cômodo. Essa valorização faz com que a cozinha seja interpretada como um elemento balizador do grau de satisfação do usuário com a moradia:

“A gente pensa em construir uma churrasqueira logo atrás da cozinha, pra ficar um pouco maior”. Cláudia

“(…) preferi não fazer sala porque aí a cozinha ia ficar menor”. Joãozinho

“A cozinha é apertada, deveria ser maior”. Margarete

“Só queria separar a sala da cozinha por estética, pra ficar mais bonitinho”. Giovana

“A cozinha é boa, dá pra passa roupa e também pras meninas estudarem, já que no quarto e na sala não tem lugar pra escrever”. Ana Cláudia

“Acho que a cozinha podia ser maior, porque sempre tem mais coisa pra guardar”. Salete

“É muito boa, tem espaço pra tudo”. Carmem

A localização da cozinha no plano geral das unidades investigadas - quase sempre na parte de trás da edificação - expressa a tradição construtiva dos primeiros moradores da ilha. Rial (1991: 37), a partir de um estudo com moradores da Lagoa da Conceição, afirma que os antigos habitantes de Florianópolis não consideravam a cozinha como um lugar nobre da casa, visto que “(…) ela é, dentre todas as peças, a que era tida como inferior. Os nativos destinavam a cozinha à parte de trás da casa”. Embora boa parte dos moradores seja procedente de cidades do interior, a presença de hábitos que pudessem expressar culturalmente essa origem, tais como a utilização do rancho<sup>24</sup> e o cultivo de subsistência, não se confirmou no universo do grupo pesquisado.

O que se observou é que as famílias incorporaram o modo de vida propriamente urbano e comum à classe média, caracterizado por uma cultura de massa que uniformiza os padrões de comportamento em todo o território brasileiro. Isso se confirma principalmente pelos objetos encontrados nas residências: videogame, computador, máquina de lavar roupas, microondas, freezer; todos eles são elementos que se constituem num paradigma de consumo e representação de ascensão social. E são mantidos em casa mesmo que não sejam utilizados, pois “objetos de um consumo ostentatório, são exibidos mais que usados” (RIAL, 1991: 38).

No tocante à evolução do espaço físico doméstico, pode-se afirmar, com base na ocorrência inexpressiva de reformas, que não houve evolução significativa das plantas baixas ao longo do tempo de uso das edificações. Esperava-se exatamente o contrário, visto que a maioria dos entrevistados reside na RIJJ há pelo menos cinco anos. Esse fato também pode se constituir como um dos indicativos de apropriação e satisfação dos usuários, pois além das dificuldades financeiras, muitos

<sup>24</sup> Cozinha afastada da casa (Rial, 1991).



alegaram que não tinham nada para modificar em suas casas porque as mesmas atendiam plenamente suas necessidades.

As modificações encontradas em campo, bem como as almejadas pelos moradores, têm forte ligação com fatores simbólicos/estéticos (BRANDÃO, 1997) e são relacionadas principalmente a aspectos funcionais como disposição e tamanho das peças, alterações no tamanho da família, e aspectos de outra natureza tais como abrigo pra carro e lazer como por exemplo, criação de uma churrasqueira.

“A gente pensa em construir uma churrasqueira logo atrás da cozinha (...)”. Cláudia

“Só queria separar a sala da cozinha por estética (...)”. Giovana

“Queria construir um primeiro andar com mais um quarto e outro banheiro, porque é muita mulher em casa e um banheiro só é pouco” Margarete

Nas edificações ocupadas por moradores secundários a apropriação do espaço também culmina com a satisfação dos moradores, mas em menor grau e mais lentamente, sendo freqüentes as críticas ao imóvel como um todo. Observou-se também ao longo do estudo a uniformização das plantas e sua semelhança com a estrutura das casas de classe média. Acredita-se que o formato e dimensionamento regular da maioria dos lotes tenha contribuído para uma padronização subconsciente do modelo arquitetônico empregado pelos moradores.

A decoração da casa como forma de transpor para o universo doméstico as características de seus moradores também não é explorada no grupo pesquisado. Em nenhuma das casas encontramos objetos ou fotos que retratassem os gostos familiares e momentos importantes de suas vidas, tais como casamentos e aniversários. Apenas a residência de Margarete apresenta uma personalização da sala através da decoração, caracterizando uma casa feminina. Nas demais os móveis quase sempre são amontoados sem demonstrar esmero e sem muita significação.

## 6.2 ANÁLISE DIMENSIONAL

O dimensionamento das peças de uma habitação é de suma importância para seu funcionamento, visto que a articulação espacial, resultante do arranjo do mobiliário, determina a adequabilidade do cômodo à função a qual ele se destina (GHAB, 2004). Assim, este trabalho buscou

investigar os fatores que influenciam o dimensionamento de habitações autoconstruídas, bem como a relação desses espaços com o desempenho dos moradores ao utilizá-los, de acordo com as atividades inerentes.

Nesse sentido, a análise dimensional consiste na caracterização, em plantas baixas, das situações de uso observadas em campo nas sete unidades pesquisadas, identificando aquelas que oferecem risco para o usuário face ao atendimento dos seus movimentos e posturas. Para tanto, foram utilizados os seguintes parâmetros de antropometria estática como referencial de análise: faixa de conforto pessoal - deslocamento frontal e lateral entre 0,80m e 1,0m, largura máxima do corpo (57,8cm - homem/ 46,2cm - mulher) e largura de ombro a ombro sentado (52,6cm - homem/ 43,2cm - mulher) (BOUERI FILHO, 1999).

As ilustrações em planta baixa apresentadas ao longo deste item representam graficamente o arranjo de mobiliário de cada uma das habitações, considerando não só o usuário se movimentando em seu interior, como também as áreas de utilização de cada um dos equipamentos que compõem os cômodos. As situações de inadequação dimensional estão assinaladas em vermelho, para melhor compreensão da problemática abordada.

Na moradia “Cláudia” (Ilustração 6.31), todos os quartos possuem área inferior a 8,00m<sup>2</sup>, sendo o quarto 1 o ambiente que apresenta o maior grau de inadequabilidade dimensional, visto que o posicionamento da cama inviabiliza os acessos ao guarda-roupa e à janela. No quarto 2, o formato retangular do cômodo, com maior dimensão no sentido longitudinal, prejudicou o arranjo do mobiliário, reduzindo a área de acesso à janela.

No quarto 3 o mesmo problema de acesso ao equipamento fixo pode ser resolvido com o simples rearranjo do mobiliário no cômodo, otimizando as áreas de circulação livre em seu interior (Ilustração 6.32).

A cozinha, embora seja o maior ambiente da casa, totalizando 9,96m<sup>2</sup>, apresenta um desperdício de área a ser utilizada em virtude de sua articulação com o quarto 4, o que ocasiona a concentração de todos os seus equipamentos na porção esquerda do cômodo, com a mesa no centro. Essa configuração espacial representa sérios riscos para os usuários, visto que as áreas de circulação entre a mesa e os equipamentos de ambos os lados se tornam inferiores a 80cm.



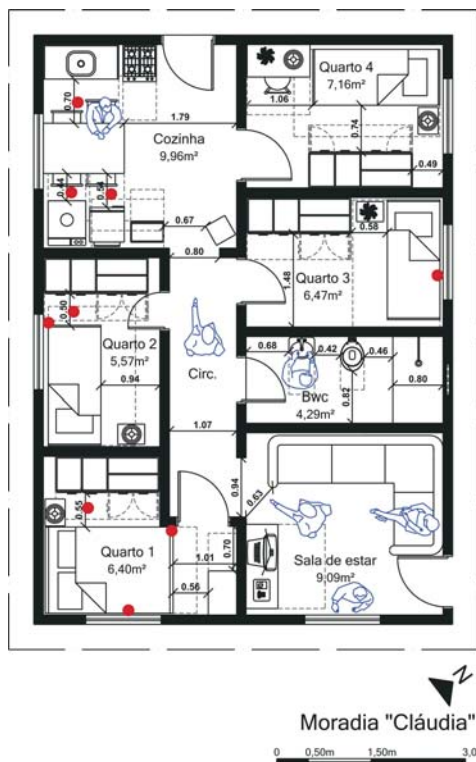


Ilustração 6.31 - Arranjo do mobiliário da moradia "Cláudia" em planta e fotos da cozinha

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005

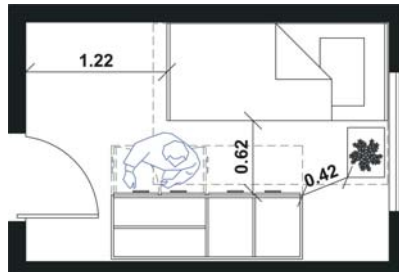


Ilustração 6.32 - Sugestão de rearranjo de mobiliário para o quarto 3 da moradia "Cláudia"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

A moradia "Joãozinho", por sua vez, é bem resolvida dimensionalmente. A cozinha possui dimensões adequadas à utilização dos equipamentos com conforto e segurança pelo usuário e apenas o quarto 1 apresenta situação de risco dimensional, em virtude do posicionamento da cadeira próxima ao guarda-roupa (Ilustração 6.33). A reduzida área de circulação resultante dessa configuração pode ser amenizada com o posicionamento da cadeira perto da parede adjacente à entrada (Ilustração 6.34).

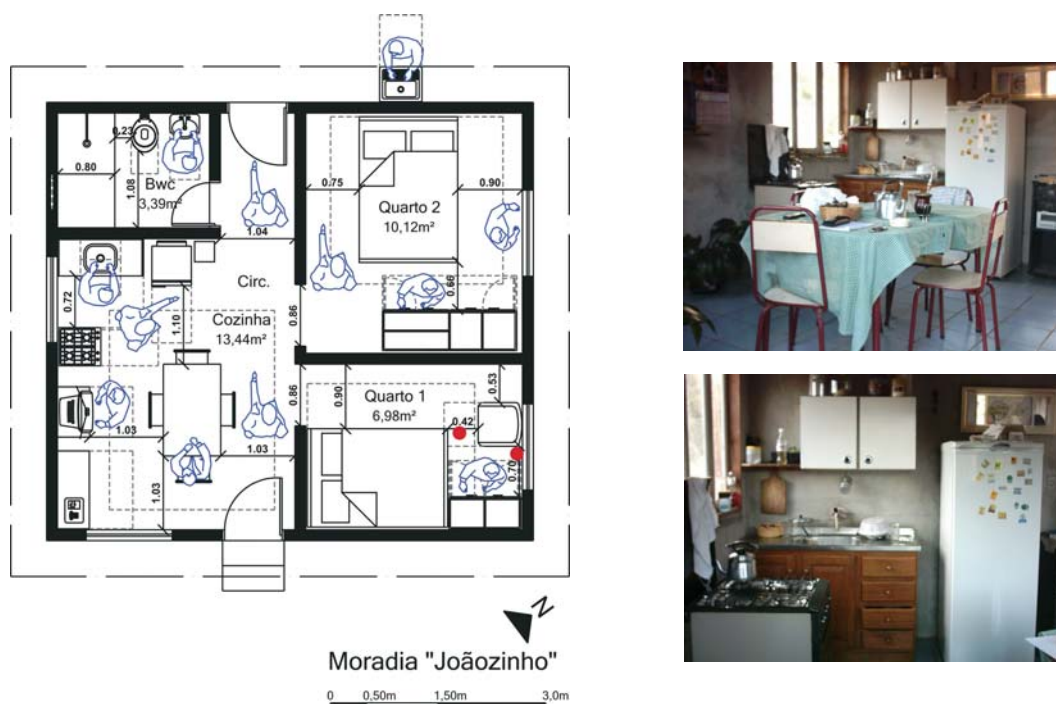


Ilustração 6.33 - Arranjo do mobiliário da moradia "Joãozinho" em planta e fotos da cozinha

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005

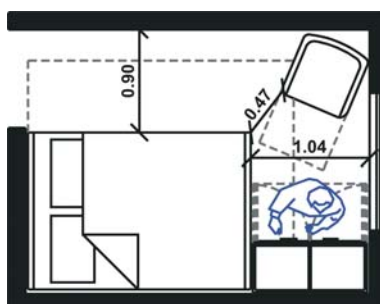


Ilustração 6.34 - Sugestão de rearranjo de mobiliário para o quarto 1 da moradia "Joãozinho"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

As principais situações de risco dimensional encontradas na moradia "Margarete" estão situadas no banheiro e na cozinha (Ilustração 6.35). No primeiro, o posicionamento do vaso sanitário em oposição ao lavatório dificulta a utilização de ambos, em virtude da circulação ínfima de 36cm. A locação da porta no meio da parede também contribui para a precariedade do cômodo, visto que sua abertura obriga o usuário a contornar o vaso e fechar a porta para conseguir utilizar o lavatório. Na cozinha os riscos são ainda maiores, embora este seja o maior ambiente da edificação, totalizando 11,45m². A utilização de uma mesa de refeições circular inviabiliza não só a passagem do corredor para a cozinha e o quarto 3, como também expõe os usuários ao contato muito próximo com o fogão

e a geladeira. Além disso, a locação da porta de serviço prejudica a utilização do armário e do forno de microondas.

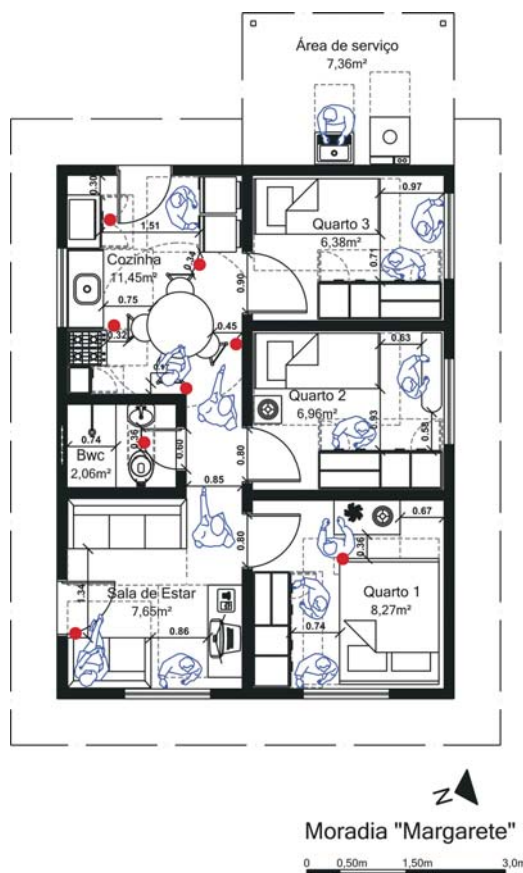


Ilustração 6.35 - Arranjo do mobiliário da moradia "Margarete" em planta

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Embora possua apenas 7,65m² de área, a sala de estar não apresenta problemas dimensionais que possam prejudicar seu funcionamento. No entanto, a locação da porta principal conflitua diretamente com o posicionamento do sofá, além de prejudicar a visibilidade do ambiente e o contato social entre os usuários quando permanece aberta. No quarto 1 o único impedimento dimensional é ocasionado pela distância entre a cama e a cômoda, o que torna praticamente inviável a utilização desse equipamento.

Na moradia "Giovana" os impedimentos dimensionais ocorrem nos banheiros, na sala íntima e nos quartos 1 e 3 (Ilustração 6.36).



Ilustração 6.36 - Arranjo do mobiliário da moradia "Giovana" em planta e fotos da sala de estar, cozinha e área de serviço

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005

De maneira geral essa habitação é bem resolvida, mas alguns ambientes apresentam áreas de circulação superdimensionadas, como por exemplo a sala de estar, a cozinha e área de serviço. No banheiro 1 a proximidade entre porta e lavatório prejudica a utilização deste. No banheiro 2, por sua vez, as áreas de circulação são inferiores a 60cm, o que obriga a execução de verdadeiros malabarismos por parte dos moradores para conseguirem utilizar esse cômodo. A sala íntima também apresenta pontos críticos no tocante à circulação e acesso à janela, provocados pelo arranjo inadequado do mobiliário.

No quarto 1 a distância entre o guarda-roupa e a cama é inferior a 60cm, o que dificulta a utilização do equipamento com uma margem de conforto mais adequada. O quarto 3 apresenta

situações de risco mais significantes, visto que é ocupado por Giovana e seu filho de quatro anos. As distâncias entre as duas camas e entre a cama de casal e a varanda são ínfimas, o que prejudica consideravelmente a utilização desses equipamentos. A circulação entre o guarda-roupa e a cadeira de apoio próxima à entrada do quarto também é subdimensionada. Já o posicionamento da televisão impede a abertura por completo da porta do guarda-roupa.

Na moradia “Ana Cláudia” os menores e mais problemáticos cômodos são o banheiro e o quarto 2. Os demais cômodos não apresentam situações de risco para os usuários, com exceção da cozinha, cujos problemas de circulação são ocasionados pela disposição do mobiliário (Ilustração 6.37).

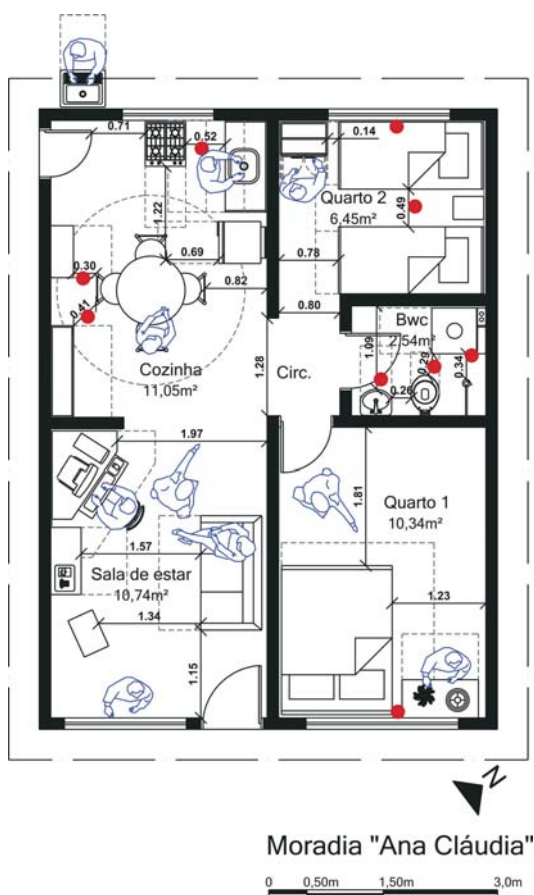


Ilustração 6.37 - Arranjo do mobiliário da moradia “Ana Cláudia” em planta e fotos do banheiro, quarto 2, cozinha e sala de estar

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005



No banheiro, além do formato quadrangular, a existência de uma máquina de lavar torna a circulação impraticável. No quarto 2 o principal problema é a distância entre as duas camas, o que confere uma sensação de confinamento aos seus usuários. Na cozinha, o fogão está há apenas 52cm de distância da pia, o que pode ser resolvido com seu simples deslocamento para a esquerda, visto que não existem problemas de área disponível. O mesmo acontece com o posicionamento da mesa de refeições, cuja utilização das cadeiras conflitua com os armários.

A moradia "Salette" é bem resolvida no tocante ao dimensionamento e articulação das peças, apresentando poucas situações de inadequação dimensional das áreas de circulação. Na sala de estar e na cozinha as inadequações são resultantes da disposição do mobiliário, enquanto que no banheiro o posicionamento da porta prejudica a utilização do lavatório (Ilustração 6.38). Os demais cômodos são isentos de problemas relativos à circulação, sobretudo pelo reduzido número de equipamentos que compõem a habitação.

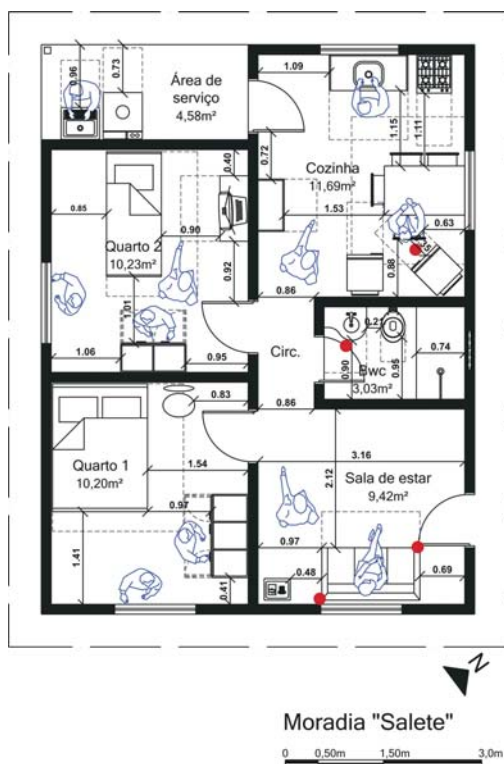


Ilustração 6.38 - Arranjo do mobiliário da moradia "Salette" em planta e fotos da sala de estar, zona de articulação dos cômodos e cozinha

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005

Na sala de estar, o posicionamento do sofá conflitua com a abertura da porta principal da edificação, prejudicando a utilização do equipamento. Na cozinha a circulação entre a mesa de refeições e o freezer é de apenas 35cm, com a cadeira em uso. Essa situação denota perda funcional

para os dois equipamentos, visto que impossibilita a abertura do freezer e prejudica a utilização da mesa pelo usuário. No entanto, essa inadequação pode ser resolvida com o rearranjo do mobiliário, de acordo com a ilustração 6.39.

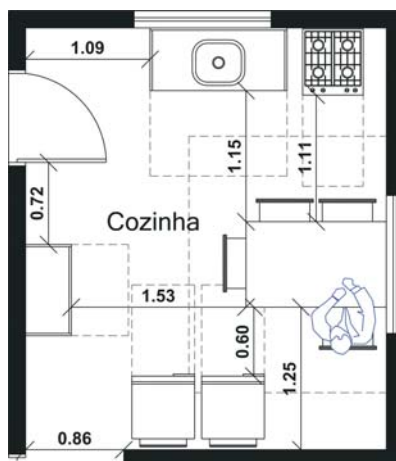


Ilustração 6.39 - Sugestão de rearranjo de mobiliário para a cozinha da moradia “Salette”

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

Última unidade a ser analisada, a moradia “Carmem” possui uma boa resolução dimensional, sendo poucas as situações de risco para os usuários. Mais uma vez, a inadequabilidade verificada é proveniente do posicionamento da porta e do mobiliário em alguns cômodos, como por exemplo, na sala de estar, no banheiro e nos quartos 2 e 3 (Ilustração 6.40).

Na sala de estar, o posicionamento do sofá conflitua com a abertura da porta principal da edificação, prejudicando a utilização do equipamento. No banheiro o posicionamento da porta prejudica a utilização do lavatório com conforto.

No quarto 2 o principal problema é a impossibilidade de acesso à janela em virtude do posicionamento da cama. Nesse caso específico, o dimensionamento e a geometria do cômodo permitem um arranjo de mobiliário mais satisfatório face às exigências de circulação em seu interior.

No quarto 3 a inadequação dimensional é mais crítica, visto que é praticamente impossível a utilização da área de estudo, em função do posicionamento da porta, e o rearranjo do mobiliário torna-se mais difícil por se tratar de um cômodo ocupado por duas pessoas. Uma das possíveis soluções seria posicionar a estante no local do guarda-roupa e vice-versa, como forma de ao menos possibilitar o uso do computador quando a porta permanecer aberta (Ilustração 6.41).

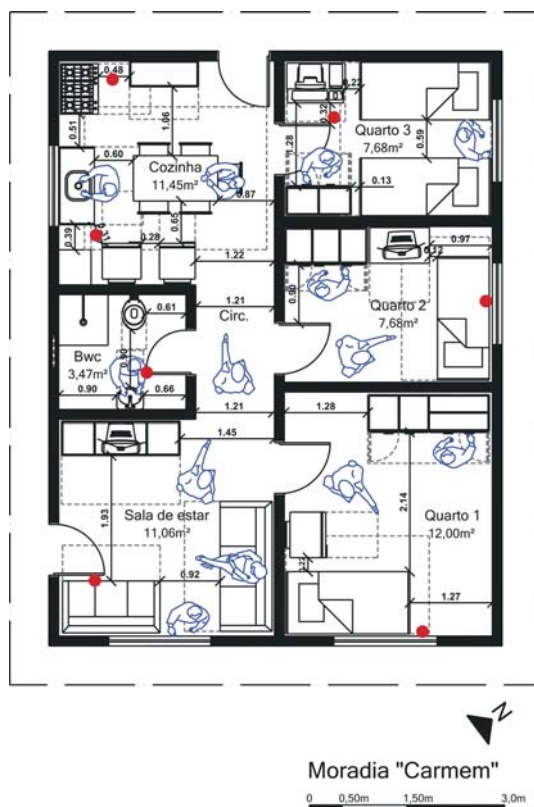


Ilustração 6.40 - Arranjo do mobiliário da moradia "Carmem" em planta e fotos dos quartos 2 e 3

Fonte: CORDEIRO, A. S. Arquivo pessoal, 2005

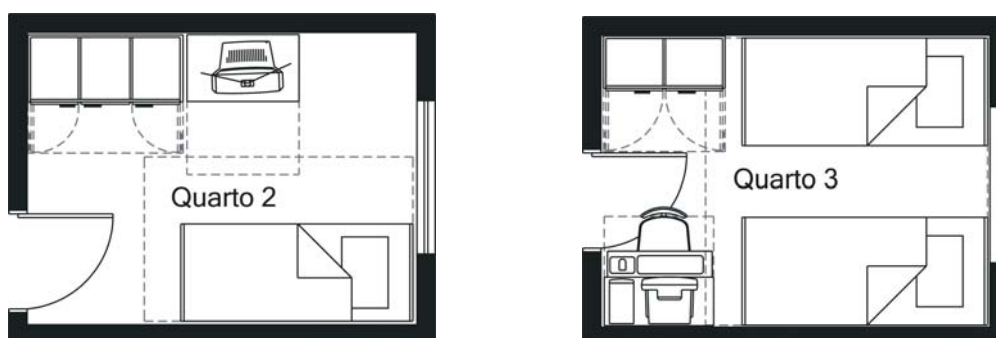


Ilustração 6.41 - Sugestão de rearranjo de mobiliário para os quartos 2 e 3 da moradia "Carmem"

Fonte: CORDEIRO, A. S, 2005

De maneira geral, em todas as unidades predominam as peças de formato retangular. Comparando a distribuição de área útil em função das zonas de uso, observa-se que a zona íntima é a mais privilegiada, em função do maior número de cômodos. No entanto, analisando as peças em separado, o maior ambiente quase sempre é a cozinha, com área útil média de 11,14m². No tocante ao dimensionamento dos vãos de portas, nenhuma das unidades apresentou valores inferiores a 80cm, com exceção àqueles dos banheiros (60cm). O dimensionamento dos cômodos também pode



ser considerado satisfatório na maioria dos casos, atendendo aos requisitos mínimos de circulação e otimização do espaço disponível.

Em cinco unidades a articulação dos cômodos ocorre em pequenas áreas de circulação, localizadas em frente ao banheiro. Nos casos pesquisados, a ausência de corredores longos contribui para a otimização da circulação livre total das habitações. O banheiro, freqüentemente situado entre as zonas social e de serviços, é o ambiente mais crítico no tocante à relação dimensionamento - usabilidade, a qual algumas vezes é prejudicada pelo posicionamento inadequado das portas.

### 6.3 ANÁLISE FUNCIONAL

O terceiro e último foco de análise visa determinar a qualidade do funcionamento das habitações em estudo, com base nas variáveis de arranjo físico, quantidade e tipo de mobiliário e equipamentos levantados em campo. Através da quantificação dessas variáveis, por meio de indicadores, buscou-se identificar as causas da adequação ou inadequação de cada cômodo à função a qual ele se destina, para desta forma estabelecer o grau de funcionalidade das unidades habitacionais como um todo.

Para melhor compreensão desses resultados, foi estabelecida uma comparação entre o desempenho funcional das unidades, representado em forma de gráficos, com a opinião dos moradores, a fim de cruzar as informações provenientes da vivência dos usuários com as informações produzidas pela análise técnica. A presença de gráficos com formato de figuras geométricas diferentes do hexágono pressuposto por Leite (2003) foi uma situação recorrente dentro do grupo pesquisado, em virtude da variação do número de cômodos analisados em algumas habitações.

Vale salientar que o IFH foi utilizado como balizador das análises, pois nem sempre os resultados apontados pelo método se configuraram como representação fidedigna da realidade das unidades, visto que o indicador é composto por um somatório de quesitos que têm caráter compensatório entre si.

### 6.3.1 DETERMINAÇÃO DOS INDICADORES DE FUNCIONALIDADE

Os indicadores das sete habitações analisadas foram calculados de acordo com os requisitos listados por Leite (2003), já explicitados no capítulo 2 do presente trabalho. Primeiramente, foram determinados os indicadores para cada um dos quesitos analisados e em seguida, os indicadores para cada compartimento (Apêndice D).

No tocante à relação de cômodos analisados, foi considerado que a presença de tanque de lavar roupas caracteriza a existência de equipamento mínimo pertinente à área de serviço, o que implica a inserção desse ambiente no cálculo dos indicadores, mesmo que ele não exista como espaço consolidado na edificação. Do somatório dos indicadores dos compartimentos, resultaram os indicadores de cada habitação, expressos a seguir.

#### MORADIA “CLÁUDIA” – IFH 77

Esta edificação possui oito cômodos e, em função disso, seu gráfico de funcionamento tem como base um octógono. Seu indicador de funcionalidade demonstra atendimento parcial das atividades domésticas. O gráfico de funcionamento mostra que os cômodos com piores indicadores no conjunto da habitação são a área de serviço e o quarto de solteiro 1 (Ilustração 6.42).

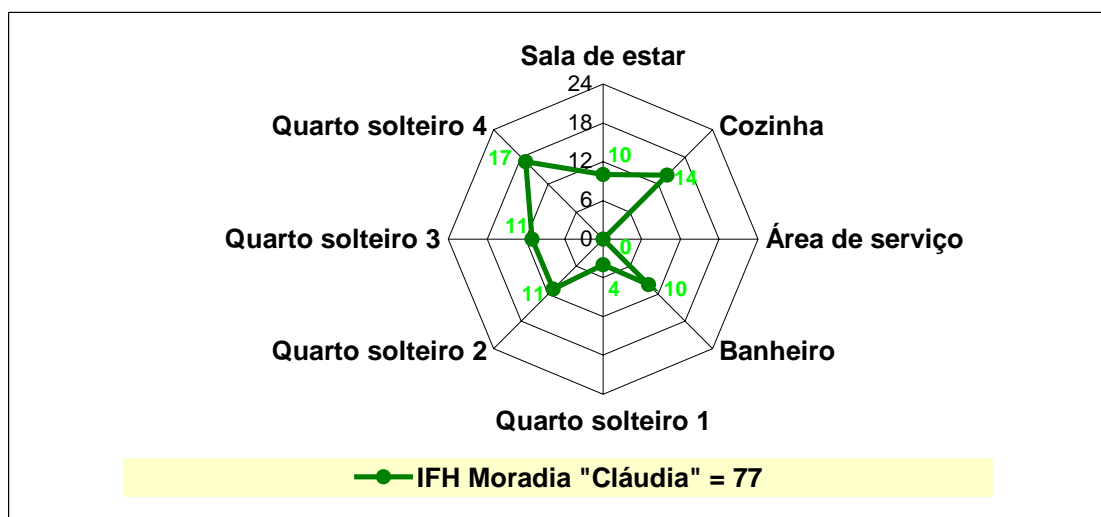


Ilustração 6.42 - Gráfico do IFH da moradia “Cláudia”

No quarto de solteiro 1 o alto grau de inadequação é reflexo do baixo desempenho de todos os quesitos inerentes à análise, com exceção do mobiliário adicional. Soma-se a estes o

adensamento do cômodo, que é compartilhado por Cláudia e suas duas filhas. A inexistência de área de serviço gera a superposição de atividades na cozinha, já que esta abriga a máquina de lavar e também é o local aonde a família passa as roupas. A cozinha tem como principais problemas, além dessa sobreposição, o espaço insuficiente para circulação e acomodação de todos os moradores na mesa de refeições.

O cômodo com melhor desempenho é o quarto de solteiro 4, o qual é plenamente atendido em todos os quesitos. Os demais quartos são parcialmente atendidos, apresentando como um dos principais problemas o acesso à janela. A irregularidade geométrica da figura gerada pelo gráfico é um indicativo do funcionamento insatisfatório da habitação, principalmente se for levado em consideração o número de moradores que a ocupam.

#### MORADIA “JOÃOZINHO” – IFH 47

A moradia de seu Joãozinho apresentou o segundo menor indicador do estudo, em virtude principalmente da inexistência da sala de estar e a precariedade do tanque que funciona como área de serviço (Ilustração 6.43).

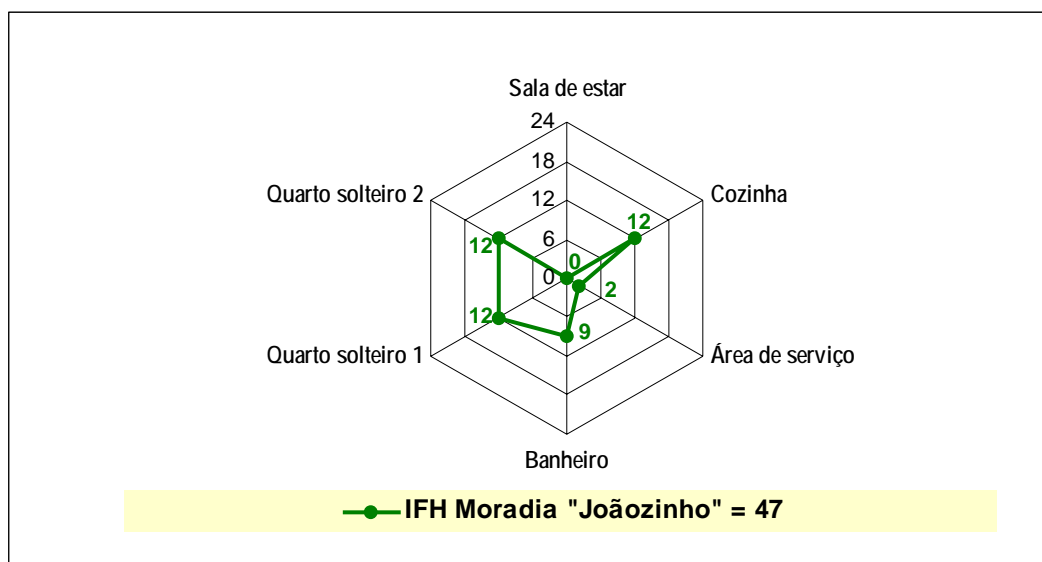


Ilustração 6.43 - Gráfico do IFH da moradia “Joãozinho”

A análise geral do gráfico de funcionamento da edificação mostra que os cômodos mais inadequados ao uso são a área de serviço e o banheiro. Os quesitos que mais contribuíram para o baixo desempenho desses cômodos foram aqueles referentes à circulação, utilização e otimização do

espaço utilizável. A cozinha e os quartos apresentaram indicadores semelhantes, de atendimento parcial, em função da inadequabilidade do quesito de mobiliário.

Embora a moradia de seu Joãozinho apresente um baixo indicador de funcionalidade, o qual implica atendimento variante entre parcial e precário das atividades, pode-se concluir que o espaço disponível não prejudica de todo o seu funcionamento, visto que a edificação é ocupada e utilizada por apenas um usuário.

#### MORADIA “MARGARETE” – IFH 80

A residência de Margarete também foge ao gráfico hexagonal, pois possui sete cômodos analisados e no cômputo geral, apresenta o segundo maior indicador dentro do grupo pesquisado, atendendo parcialmente as necessidades da família. A figura geométrica gerada pelo gráfico se assemelha a um pentágono e apresenta uniformidade (Ilustração 6.44).

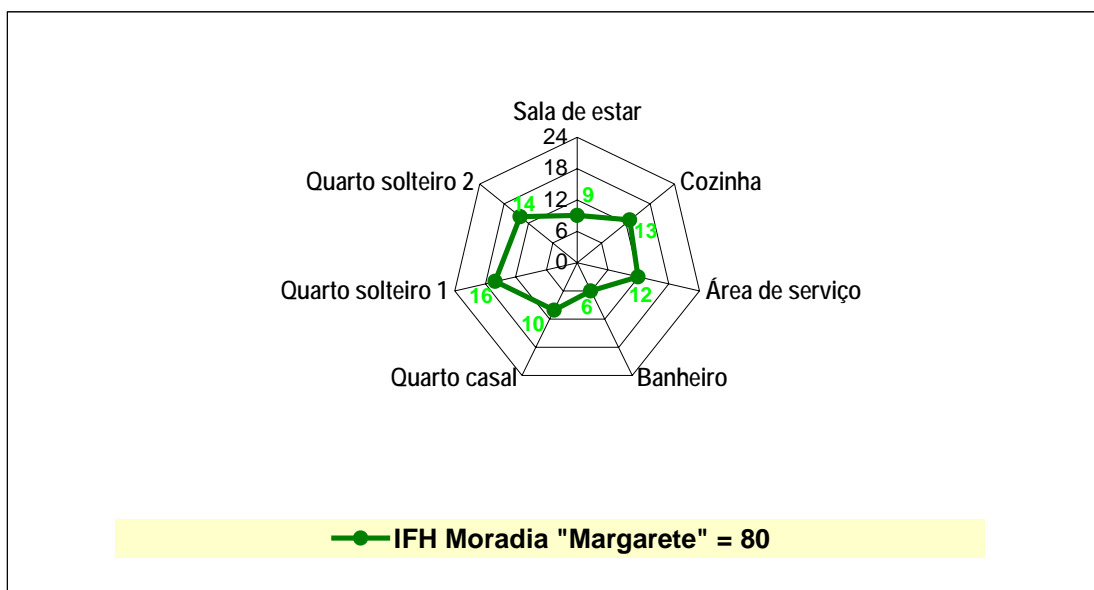


Ilustração 6.44 - Gráfico do IFH da moradia "Margarete"

Os cômodos responsáveis pela distorção do gráfico são o banheiro e a sala de estar. Dentre estes o banheiro se configura como a peça mais inadequada ao uso, em virtude do baixo desempenho dos quesitos de circulação e otimização do ambiente. Na sala de estar, o quesito que mais contribui para a inadequação física do ambiente é a quantidade de mobiliário. Na cozinha a circulação é prejudicada pelo posicionamento da mesa de refeições, cuja capacidade de lugares é insuficiente para o atendimento adequado dos cinco usuários. Além disso, a mesa também inviabiliza

a passagem do corredor para o quarto de solteiro 2, deixando uma área livre de apenas 40cm para circulação. Dentre os quartos, o de pior desempenho é o de casal, visto q é ocupado por mãe e filha.

De maneira geral, a insatisfação relatada na entrevista coincidiu com os dados apontados pelos indicadores, visto que as peças que apresentam desempenho mais insatisfatório também foram apontadas pela moradora.

#### MORADIA “GIOVANA” – IFH 125

Esta moradia apresentou o maior indicador de funcionalidade de todo o grupo pesquisado. A figura geométrica resultante mostra a regularidade dos cômodos face ao atendimento das necessidades da moradora (Ilustração 6.45).

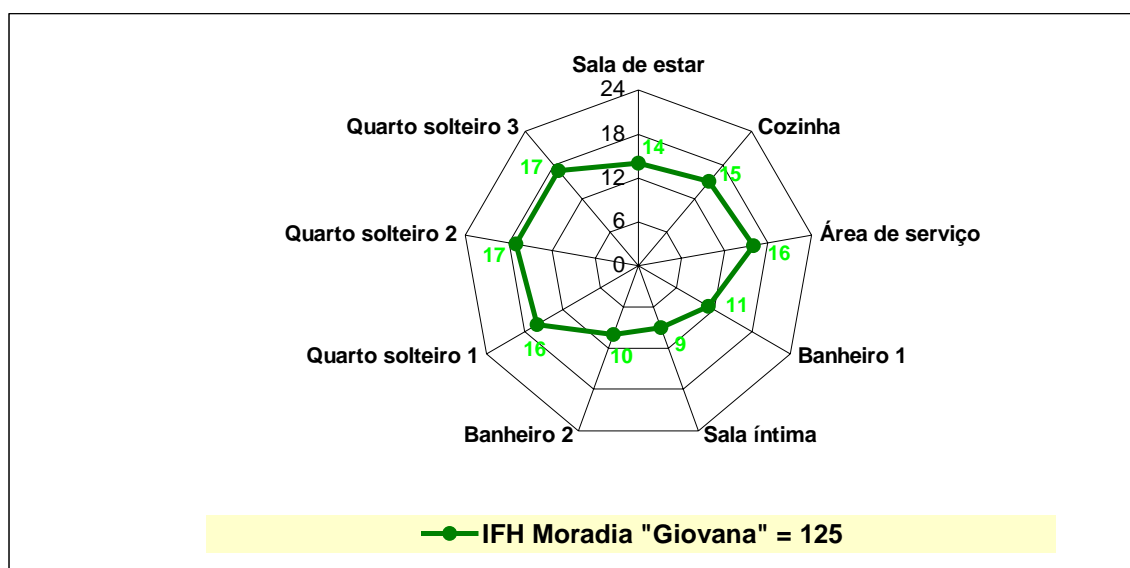


Ilustração 6.45 - Gráfico do IFH da moradia "Giovana"

A análise geral do gráfico de funcionamento mostra que os cômodos que alcançaram os maiores indicadores foram a área de serviço e os quartos, em função principalmente do excesso de áreas de circulação livre. Já os cômodos de menor desempenho foram os banheiros e a sala íntima. Percebe-se que no caso desta residência o quesito de circulação livre teve um papel determinante na (in) adequabilidade de funcionamento dos cômodos.

A boa qualidade de funcionamento da edificação corresponde às afirmativas da moradora acerca de sua satisfação com a casa. No entanto, foi observado que alguns cômodos, tais como os

quartos de solteiro 1 e 2, são subutilizados, e acabam gerando desperdício de área útil, em função do tamanho reduzido do grupo familiar.

#### MORADIA “ANA CLÁUDIA” – IFH 44

A moradia de Ana Cláudia apresentou o menor indicador de todo o grupo, em virtude principalmente da precariedade do tanque que funciona como área de serviço e do baixo desempenho do quarto de solteiro 1 (Ilustração 6.46).

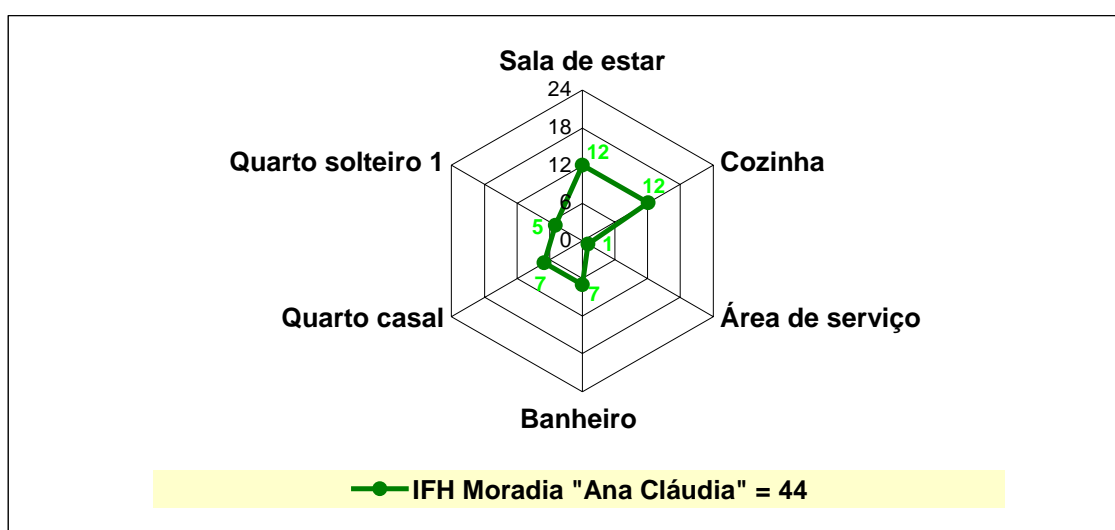


Ilustração 6.46 - Gráfico do IFH da moradia “Ana Cláudia”

Os quartos são precariamente atendidos em quase todos os quesitos, principalmente naqueles pertinentes ao mobiliário mínimo, circulação e acesso às janelas. O banheiro apresenta baixo desempenho em função da inexistência de aberturas para o exterior e da sobreposição de atividades inerentes à higiene pessoal e à área de serviço; a presença da máquina de lavar, competindo espacialmente com o box do chuveiro, agrava a dificuldade de utilização dessa peça pelos moradores. Os cômodos com melhor desempenho funcional são a sala de estar e a cozinha, cujos indicadores refletem o atendimento parcial das necessidades dos usuários.

Também neste caso os indicadores coincidiram com as principais causas de insatisfação da moradora para com a habitação.

**MORADIA “SALETE” – IFH 77**

Esta moradia apresenta um indicador de funcionalidade que denota atendimento parcial das necessidades domésticas, alcançado principalmente em função dos quesitos de circulação, utilização e otimização. Esses quesitos obtiveram valores maiores em virtude da baixa quantidade de mobiliário da residência, sobretudo nos quartos e sala de estar.

A análise geral do gráfico de funcionamento mostra que a figura geométrica gerada pelos indicadores assemelha-se a um paralelogramo, totalmente distante da forma hexagonal pressuposta (Ilustração 6.47).

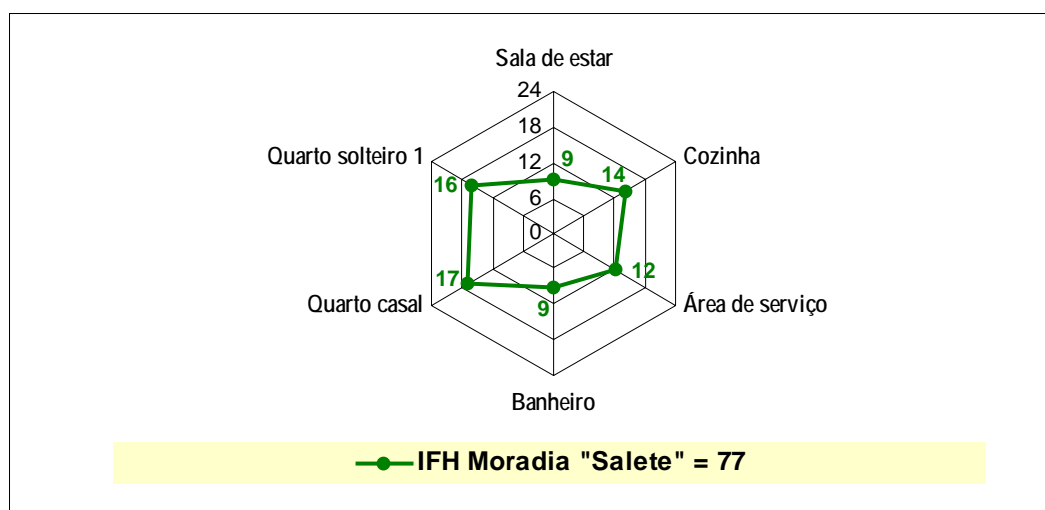


Ilustração 6.47 - Gráfico do IFH da moradia “Salete”

Os cômodos responsáveis por essa distorção são aqueles de menor desempenho, o banheiro e a sala de estar. Em ambos os casos, a relação entre o equipamento fixo e mobiliário ocasionou problemas pertinentes à circulação e utilização dos ambientes; no banheiro a circulação é prejudicada pela relação entre porta e lavatório, enquanto que na sala a disposição do sofá na parede adjacente à porta inviabilizou o acesso à janela. Além dos quartos, os cômodos com maiores indicadores são a área de serviço e a cozinha, cujos valores foram motivados pelo atendimento pleno dos quesitos de mobiliário, circulação e otimização do espaço. No caso desta residência o quesito de mobiliário foi o principal determinante do grau de adequabilidade de funcionamento dos cômodos, visto que o mesmo influenciou diretamente sobre a qualidade de atendimento dos demais quesitos.

**MORADIA “CARMEM” – IFH 71**



A casa Carmem apresenta o terceiro menor indicador do grupo pesquisado, mas ainda assim as necessidades de funcionamento da edificação são parcialmente atendidas. A análise do gráfico mostra que os principais problemas de inadequação ao uso estão na área de serviço, no banheiro e nos quartos de solteiro 1 e 3 (Ilustração 6.48). A circulação é o quesito mais inadequado em todos eles, seja por insuficiência ou excesso de área livre.

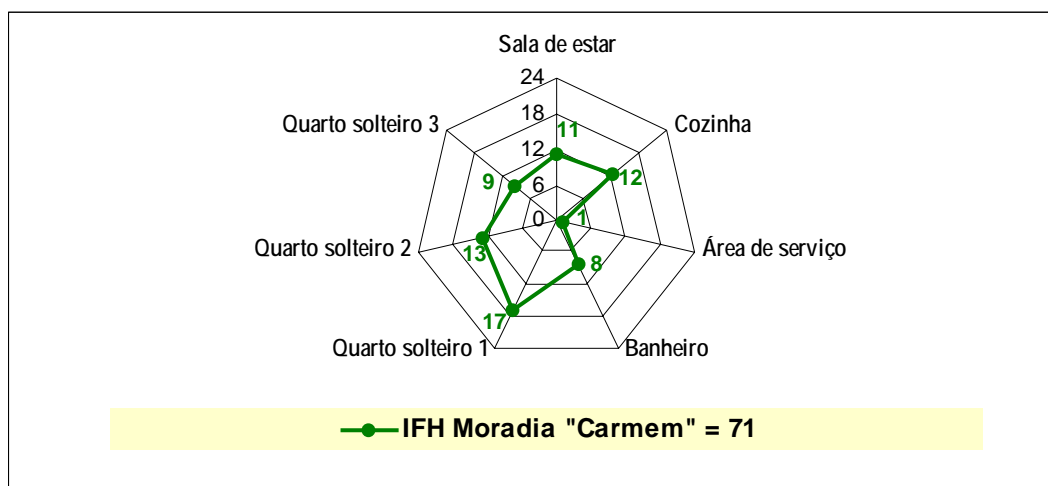


Ilustração 6.48 - Gráfico do IFH da moradia "Carmem"

O quarto de solteiro 1, embora apresente o maior indicador dentre os cômodos analisados, tem um desempenho bastante insatisfatório, pois o excesso de área livre é decorrência da inadequabilidade do mobiliário (acomodação de usuários no chão e presença de uma geladeira). O quarto de solteiro 3 também é precariamente atendido pelo mobiliário mínimo, mas seu principal problema é a exigüidade de área disponível para circulação e utilização adequada dos equipamentos.

A localização das portas de entrada dos cômodos ocasiona problemas de circulação em vários ambientes. No banheiro a relação entre a porta e o lavatório é conflituosa e desconfortável para os usuários; na sala de estar, o posicionamento da porta principal conflita com o funcionamento do sofá, visto que sua abertura impede o uso adequado do móvel. O mesmo acontece no quarto de solteiro 3, onde a abertura da porta impede a utilização da estante de estudos.

Analisando o grupo pesquisado como um todo, percebe-se que os maiores problemas de funcionalidade são ocasionados pela ausência de área de serviço em quase todas as habitações, o que transfere suas atividades para outros ambientes. A precariedade de atendimento do mobiliário mínimo contribui para a perda de qualidade funcional, visto que a ausência de algumas peças aumenta as áreas de circulação no cômodo em detrimento de seu funcionamento adequado.

Foi observado ainda que alguns problemas são decorrentes do posicionamento dos equipamentos fixos (esquadrias) e do arranjo físico promovido pelos moradores, cuja reorganização pode melhorar consideravelmente, em alguns casos, a qualidade ambiental do cômodo em questão.

De maneira geral, comparando os índices de funcionalidade alcançados pelas unidades analisadas no presente estudo com os resultados obtidos por Leite (2003), os quais são provenientes de um estudo de caso realizado no conjunto habitacional Novo Horizonte, pode-se concluir que as habitações autoconstruídas apresentaram um desempenho funcional mais satisfatório do que as unidades produzidas formalmente pelo poder público em Florianópolis, em função principalmente do dimensionamento das edificações em questão.

Leite (2003) analisou cinco unidades do referido conjunto, nas quais os indicadores de funcionalidade variaram de 42 a 51, enquanto que na RIJJ os indicadores variaram de 44 a 125. Isso vem a confirmar um dos pressupostos que motivaram a realização deste trabalho, o de que a moradia autoconstruída pode se adequar com mais facilidade às necessidades dos usuários do que as habitações formais, em virtude do pleno conhecimento do morador acerca de suas necessidades, mesmo que nem sempre isso se manifeste de maneira consciente.

## **CAPÍTULO 7**

### **CONCLUSÕES**

Com base nos resultados produzidos pelos três eixos de análise explorados no capítulo anterior, na fundamentação teórica da revisão de literatura e na opinião crítica da autora, conclui-se que a temática desenvolvida no presente trabalho é caracterizada pela abrangência e pluralidade das diversas áreas de conhecimento que integram o universo de produção e análise da habitação popular, seja ela formal ou informal. O estudo desse tipo específico de edificação demanda a correlação de temas pertinentes não só à arquitetura, mas também ao ramo de demais ciências sociais, tais como a antropologia, psicologia e economia.

Em virtude do caráter exploratório da pesquisa, a utilização de uma metodologia qualitativa, baseada nos métodos do Estudo de Caso e da Pesquisa Participante, possibilitou um aprofundamento maior do estudo comparativo entre as habitações que ainda conservam seus autoconstrutores e as habitações que foram repassadas a terceiros. No entanto, as dificuldades que a comunidade pesquisada impôs à realização dos levantamentos mostraram que a abordagem em campo é uma das etapas mais delicadas e menos fundamentadas metodologicamente, o que ocasiona a necessidade de um planejamento de ações rigoroso para garantir a viabilidade dessa fase da pesquisa. Faz-se necessário também a preparação do arquiteto enquanto pesquisador social, a fim de capacitá-lo para a utilização dos métodos já consolidados em ciências sociais, voltados para a prática arquitetônica.

Foi observado que, para o desenvolvimento adequado desse estudo, fez-se imprescindível o aprofundamento de questões relacionadas à análise do espaço habitacional, desde a compreensão antropológica do espaço doméstico até as formas de promoção e viabilidade da edificação, passando pela apropriação espacial, adequação da construção e dos equipamentos que a compõem ao modo de vida de seus usuários, a relação dimensional entre o usuário - espaço edificado e o processo de autoconstrução como provedor habitacional das classes de baixa renda. A revisão sobre o estado da arte desses temas possibilitou a elaboração de um raciocínio de investigação concatenado, o qual buscou entender a habitação como um todo, sem fragmentar seus diferentes aspectos.

Constatou-se ainda que o embasamento teórico realizado foi suficiente para a construção das análises propostas, referentes à compreensão da relação dos moradores com suas habitações, à exigência de áreas úteis específicas para cada função doméstica e à lógica de organização e funcionamento do espaço interno das habitações.

Analisando essas temáticas no contexto da cidade de Florianópolis, percebeu-se que a realidade urbano-habitacional da cidade difere muito pouco da conjuntura brasileira. A taxa populacional de baixa renda tem crescido consideravelmente nos últimos dez anos, e para esse contingente resta ocupar as áreas de risco ou de preservação ambiental da cidade, tais como as dunas, manguezais e encostas dos morros, em condições precárias de habitabilidade e de acesso à infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos.

A Barra do Sambaqui, objeto de investigação do presente trabalho, apresenta uma série de características peculiares a essa situação e, nesse contexto, o loteamento clandestino Rua Izabel João Jacinto é um exemplar representativo das questões pertinentes à degradação ambiental e à irregularidade fundiária que têm sido verificadas em diversos assentamentos de Florianópolis. Em virtude da fragilidade do sítio de implantação esse loteamento tem sofrido uma série de impactos ambientais que influenciam diretamente a qualidade de vida de seus moradores, bem como a qualidade de uso das edificações.

O trabalho de campo realizado nessa localidade gerou uma série de conclusões de natureza qualitativa, pertinentes aos métodos e técnicas utilizados para levantamento e análise dos dados:

- As técnicas de pesquisa empregadas (observação, entrevistas semi-estruturadas, descrições, levantamentos arquitetônicos e fotográficos) se mostraram eficientes na obtenção das informações sobre a qualidade de uso e funcionamento das edificações;
- Foi observado que a investigação sobre a concepção e linguagem projetual das unidades analisadas foi direcionada pelas entrevistas, o que dificultou a obtenção de dados, visto que alguns moradores não souberam responder com exatidão a essas questões;
- No tocante às entrevistas, verificou-se que o meio mais eficiente de realizá-las com o grupo pesquisado foi através de uma conversa informal, sem o emprego de gravadores e até mesmo do roteiro pré-estabelecido de maneira rígida;
- As mulheres, de maneira geral, foram mais acessíveis do que os homens, quando indagadas sobre a possibilidade de participarem do estudo. Isso justifica a ocorrência de apenas um entrevistado do sexo masculino dentro do grupo pesquisado;

- Não foi possível realizar a observação do cotidiano do grupo pesquisado de maneira mais aprofundada em função da resistência dos moradores quanto à sua participação no estudo. As observações descritas no capítulo 6 foram realizadas apenas durante as visitas de levantamento;
- Quanto à atribuição de indicadores de funcionalidade, conclui-se que o método desenvolvido por Leite (2003) é aplicável a habitações autoconstruídas, mas requer aperfeiçoamento em algumas questões, referentes à classificação dos quesitos e ao número de cômodos analisados, visto que no presente estudo algumas unidades fugiram do gráfico hexagonal pressuposto (o qual foi elaborado pelo referido autor com base num modelo padrão de unidade habitacional promovido pelo poder público).

A análise dos dados obtidos, por sua vez, embasou as seguintes conclusões, pertinentes à caracterização dos moradores e das habitações integrantes do grupo pesquisado:

#### **MORADIAS OCUPADAS POR AUTOCONSTRUTORES**

- Quanto ao perfil dos moradores autoconstrutores, foi observado que predominam as unidades chefiadas por mulheres, compostas por grupos familiares com média de três moradores;
- Em relação ao lote, predomina a ocupação unifamiliar, condição de aquisição do terreno por meio de pagamento à vista e início da construção da edificação no período de até um ano após a compra;
- No tocante ao processo de construção, num total de quatro unidades pesquisadas, foram encontradas duas edificações viabilizadas por autoconstrução e duas por autogestão;
- Predominância de tipologia com um pavimento, recuada das laterais do lote, com programa de necessidades mínimo de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. A área de serviço constitui-se como principal desejo de ampliação nas habitações analisadas;
- Maior sensação de desconforto térmico no verão em três das quatro unidades investigadas.

#### **MORADIAS OCUPADAS POR MORADORES SECUNDÁRIOS**

- Neste grupo, todos os entrevistados são mulheres, procedentes de cidades do interior de Santa Catarina. Os grupos familiares são pequenos, mas apresentam média de quatro ocupantes por residência;

- Em relação à aquisição do imóvel, todos os moradores fizeram a compra diretamente com o primeiro proprietário e efetuaram o pagamento à vista. O tipo de ocupação predominante é o unifamiliar;
- Predominância de tipologia com um pavimento, recuada das laterais do lote, com programa de necessidades mínimo de dois quartos, sala, cozinha e banheiro;
- Maior sensação de desconforto térmico no verão em duas das três unidades investigadas.

Analisando em conjunto os dois grupos classificatórios que compõem o estudo, conclui-se que:

- No tocante à relação morador - edificação, a cozinha se confirmou como o ambiente mais importante da casa em ambos os grupos, sendo local de refeições e convívio social das famílias. Sua localização, quase sempre na parte de trás das edificações, expressa a tradição construtiva da ilha de Santa Catarina;
- Com base na ocorrência inexpressiva de reformas, conclui-se que não houve evolução significativa das plantas baixas ao longo do tempo de uso das edificações;
- Para os autoconstrutores, a ausência de reformas se justifica pela condição de satisfação e apropriação espacial dos moradores para com suas habitações. No grupo de moradores secundários, o grau de apropriação também culmina com a satisfação dos usuários, porém com menos intensidade;
- Não foram encontrados indícios expressivos de apropriação do espaço por meio da decoração da casa dentro do grupo pesquisado;
- A atividade que ocasiona maiores sobreposições é a de serviço, em função da inexistência da área de serviço em quase todas as unidades analisadas. Foram observadas as seguintes ocorrências de sobreposições: serviço-higiene pessoal (no banheiro); serviço-cocção de alimentos e/ou refeições (na cozinha); serviço-reposou (no quarto);
- A flexibilidade do arranjo de mobiliário quase sempre é prejudicada pelo posicionamento aleatório das aberturas (portas e janelas);
- Os casos analisados indicam que a autoconstrução, em determinadas situações, apresenta áreas úteis maiores por cômodo do que o padrão utilizado em projetos de interesse social. Isso denota claramente a incorporação de algumas de suas características aos projetos formais, como forma de atender mais satisfatoriamente as necessidades dos usuários desse tipo de edificação;

- Comparando a distribuição de área útil em função das zonas de uso, observa-se que a zona íntima é a mais privilegiada, em função do maior número de cômodos. No entanto, analisando as peças em separado, o maior ambiente quase sempre é a cozinha, com área útil média de 11,14m<sup>2</sup>. No tocante ao dimensionamento dos vãos de portas, nenhuma das unidades apresentou valores inferiores a 80cm, com exceção àqueles dos banheiros (60cm);
- O dimensionamento dos cômodos também pode ser considerado satisfatório na maioria dos casos, atendendo aos requisitos mínimos de circulação e otimização do espaço disponível;
- Nos casos pesquisados, a ausência de corredores longos contribui para a otimização da circulação livre total das habitações. O banheiro, freqüentemente situado entre as zonas social e de serviços, é o ambiente mais crítico no tocante à relação dimensionamento - usabilidade;
- Os indicadores resultantes da análise funcional expressam os diferentes graus de desempenho dos cômodos e, em alguns casos, se mostraram compatíveis com a opinião dos moradores;
- De maneira geral, mesmo havendo sobreposições decorrentes da inexistência da área de serviço, as unidades pesquisadas alcançaram índices maiores do que aquelas produzidas pelo poder público (em comparação com o estudo de Leite, 2003). Isso confirma o pressuposto da pesquisa de que a habitação autoconstruída possui uma qualidade de adequação às necessidades dos usuários que deve ser considerada pelos projetistas.

Por fim, conclui-se que o estudo do espaço habitacional autoconstruído constitui-se num campo de investigação científica bastante rico e ainda pouco explorado pelos arquitetos que trabalham com o provimento habitacional formal.

O conhecimento acerca da vivência desses espaços possibilita melhor compreensão do modo de vida dos grupos sociais que habitam em domicílios populares, fornecendo informações comportamentais que permitem traçar um perfil generalizado dos usuários, o que pode vir a favorecer a elaboração de projetos mais condizentes com a realidade de uso e funcionamento das habitações pelas camadas populacionais de baixa renda.



## 7.1 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Este trabalho é caracterizado pela abrangência generalizada da temática de estudo, no qual se buscou enfatizar os conceitos e os fatores influentes na concepção e linguagem projetual empregada por autoconstrutores num loteamento clandestino em Florianópolis, bem como as diferentes formas de apropriação do espaço por esses moradores e pelos moradores secundários, que adquiriram os imóveis de outras pessoas.

Em face dessa característica, algumas questões abordadas merecem estudos complementares mais aprofundados, de forma que possam produzir um volume maior de informações passíveis de incorporação ao projeto de arquitetura voltado para a habitação de interesse social. Desta forma, destacam-se os seguintes tópicos:

- Aprofundamento das análises comportamental, dimensional e funcional em separado, como forma de tentar estabelecer um padrão para a habitação formal mais condizente com as necessidades dos usuários;
- Estudos com moradias autoconstruídas que apresentem evolução da edificação inicial, na tentativa de conhecer as principais causas de alterações e/ou reformas feitas pelos usuários;
- Estudos sobre a influência da distribuição dos equipamentos fixos na qualidade de uso e funcionamento das habitações autoconstruídas;
- Investigação sobre a existência ou elaboração de políticas voltadas para o provimento habitacional que aliem o conhecimento técnico do profissional de arquitetura ao conhecimento dos moradores sobre suas necessidades espaciais, num processo de autogestão financiado pela iniciativa pública e/ou privada;
- Aprimoramento do método de indicador de funcionalidade da habitação, no tocante ao estabelecimento dos intervalos de dimensionamento e da calibragem dos valores numéricos atribuídos aos quesitos dos critérios qualitativos, a fim de obter maior precisão na análise do grau de funcionalidade.

## REFERÊNCIAS

- BAASCH, Sandra Sulamita N. et ali. **Diagnóstico preliminar da Comunidade de Barra do Sambaqui - Florianópolis - SC**. UFSC: Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental e Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Trabalho de conclusão da Disciplina Sustentabilidade Aplicada. Florianópolis, 2003. CD-ROM.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BENEVENTE, Varlete. **Derivações da Avaliação Pós-Ocupação (APO) como suporte para a verificação da aceitação de propostas habitacionais concebidas a partir de soluções espaciais e tecnológicas não usuais**. São Paulo: FAUUSP, 2002. 324 p. (Tese - Doutorado).
- BINOTTO, Gilson. **O Estado e a política habitacional: um estudo da região conurbada de Florianópolis no período de 1964/1992**. Florianópolis: CSE/UFSC, 1994. 146 f. (Dissertação - Mestrado).
- BINS ELY, Vera Helena M. **Avaliação de fatores determinantes no posicionamento de usuários em abrigos de ônibus a partir do método da grade de atributos**. Florianópolis: PPGE/UFSC, 1997. (Tese - Doutorado). Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/teses97/ely/biblio.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2003.
- BONDUKI, Nabil G. **Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais**. São Paulo: FAUUSP, 1986. (Dissertação - Mestrado).
- \_\_\_\_\_. **Habitação e Autogestão - construindo territórios de utopia**. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- BORDA, Orlando F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: Considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R (Org). **Pesquisa Participante**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOUERI FILHO, José Jorge. **Antropometria aplicada à arquitetura, urbanismo e desenho industrial**. São Paulo: FAU, 1999. Edição revisada.
- BRANDÃO, Carlos R (Org.). **Pesquisa Participante**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRANDÃO, Douglas Q. **Flexibilidade, variabilidade e participação do cliente em projetos residenciais multifamiliares: conceitos e formas de aplicação em incorporações**. Florianópolis: PPGE/UFSC, 1997. 260 p. (Dissertação - Mestrado).

BRASIL. Lei Federal nº6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Disponível em: <[http://www.ambiente.sp.gov.br/leis\\_internet/uso\\_solo/parcelamento/lei\\_fed676679.htm](http://www.ambiente.sp.gov.br/leis_internet/uso_solo/parcelamento/lei_fed676679.htm)>. Acesso em: 07 mar. 2005.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID**. Política Municipal de Habitação - orientações para formulação e implementação. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ - FASE, 2001. V.1.

CAMBUHY, Jusara P. **A regularização fundiária urbana como ordenamento territorial**: proposta de um cadastro técnico urbano para áreas especiais de interesse social. Florianópolis: PPGEC/UFSC, 2004. 169 f. (Dissertação - Mestrado).

CARDIA, Nancy das G. A exigência de adaptação ao modo de vida: dimensionamento de espaços na moradia. In: **Anais do Simpósio Latino-americano**: racionalização da construção e sua aplicação às habitações de interesse social. São Paulo: 1981. v.1, p. 231-245.

CARPINTÉRO, Marisa V. T. **A construção de um sonho**: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo - 1917/1940). Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. - (Série Pesquisas).

CASTELLS, Alicia Norma G. de. **Os hábitos não esquecidos**: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1987. 142 f. (Dissertação - Mestrado).

CORDEIRO, Adriana S. **A qualidade funcional da habitação popular na favela "Loteamento" Novo Horizonte**. 2002, 79 f. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

CRUZ, Antero de O; ORNSTEIN, Sheila W. O Projeto arquitetônico da habitação popular: insumos para a análise do desempenho funcional com base na avaliação pós-ocupação da autoconstrução. In: VI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído - ENTAC 1995. **Anais**. Rio de Janeiro, 1995. p. 275 - 280. CD-ROM.

CRUZ, Antero de O. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) dos espaços gerados em habitações autoconstruídas**: o caso da favela Nossa Senhora Aparecida em São Miguel Paulista, São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1998. 253 f. (Dissertação - Mestrado).

DAMATTA, Roberto. Casa, rua & outro mundo: reflexões sobre o espaço e a sociedade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Sphan/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. n. 19, p. 05-14.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOLZ, Rosana Rita. **Mobiliário na habitação popular** - discussões e alternativas para melhoria da habitabilidade. São Carlos: RiMa, 2003.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-lo melhor através da ação. In: BRANDÃO, C. R (Org). **Pesquisa Participante**. 7ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FREYRE, Gilberto. **A casa brasileira**. Rio de Janeiro: Grifo Edições, 1971.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Primeiros Resultados da Amostra. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/cdpra/default.asp>>. Acesso em: 07 mar. 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2003**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp?o=15&i=P>>. Acesso em: 07 mar. 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Déficit Habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte: 2001. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/pbqp-h/deficit2000.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus**: Nova Arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GRUPO DE ESTUDOS DA HABITAÇÃO - GHAB. **Habitação popular**: quadro do setor na grande Florianópolis. 1994. SZÜCS, Carolina P (Coord.). Relatório de Pesquisa. Florianópolis: CNPq/GHab/ARQ/UFSC, 1994.

\_\_\_\_\_. **Autoconstrução em Florianópolis**: Etapa 2. 1996. SZÜCS, Carolina P (Coord.). Relatório de Pesquisa. Florianópolis: GHab/ARQ/UFSC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Recomendações e alternativas para novos projetos de habitação popular a partir da avaliação das interações entre usuários e moradia**. 1999. SZÜCS, Carolina P. (Coord.). Relatório de Pesquisa Final - FINEP/ARQ 97/99. Florianópolis: GHab/ARQ/UFSC, 1999.

\_\_\_\_\_. **Levantamento das unidades habitacionais da Vila Cachoeira - Saco Grande - Florianópolis**. 2003. SOUZA, Marina Éster F. de (Coord.). Relatório de Pesquisa. Florianópolis: GHab/ARQ/UFSC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Proposição tipológica para a Habitação de Interesse Social**: mínima casa, máxima qualidade. 2004. SZÜCS, Carolina P (Coord.). Relatório Final de Pesquisa. Florianópolis: PIBIC/CNPq/GHab/ARQ/UFSC, 2004.

HAGUETTE, Teresa Mª. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. Tradução: Sônia Coutinho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IMAI, César. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) no Projeto Casa Fácil**: o caso de Londrina, Paraná. São Paulo: FAUUSP, 2000. 271 f. (Dissertação - Mestrado).

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS - IPUF. **Histórico do município de Florianópolis**. Solicitação de linhas especiais de financiamento para áreas de preservação cultural. Florianópolis: IPUF/PMF, 1986.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa**. Diagnóstico Preliminar. Florianópolis: IPUF/PMF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Santo Antônio de Lisboa**. Diagnóstico Preliminar. Florianópolis: IPUF/PMF, 2002.

LEITE, Luis Carlos R. **Habitação de Interesse Social**: metodologia para análise da funcionalidade. Estudo de caso do Projeto Chico Mendes - Florianópolis/SC. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2003. 270 f. (Dissertação - Mestrado).

LEMONS, Carlos A. C. **História da Casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. - (Repensando a História).

LIMA, Rosa. Banco Mundial defende mais eficácia nas ações de combate à pobreza. **Care Brasil**. Disponível em: <[http://www.care.org.br/?pobreza\\_artigos\\_31](http://www.care.org.br/?pobreza_artigos_31)>. Acesso em 14 fev. 2005.

LOPES FILHO, José Almeida; SILVA, Sílvia Santos da. **Antropometria**. Sobre o homem como parte integrante dos fatores ambientais. Sua funcionalidade, alcance e uso. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp204>>. Acesso em: 01 dez. 2003.  
LUCINI, Hugo Camilo. **Habitação Social**: procurando alternativas de projeto. Itajaí: Editora UNIVALI, 2003.

LYRA, Renata M. da S. A práxis do consumo na ordem simbólica atual. **Semiosfera Revista de Comunicação e Cultura**. Ano 4, n. 7, 2004. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera03/representacao/txtsimb3.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2005.

MALARD, Maria Lúcia et al. Narandiba: a morada do sonho. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2002. v.9, n.10, p. 35-50.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução a arquitetura possível. In: MARICATO, E (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. p.71 - 93. - (Coleção Urbanismo).

\_\_\_\_\_. Centros urbanos no Brasil são “bombas sociológicas”. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 09 março 2000. Caderno Imobiliário.

MARTUCCI, Ricardo. **Projeto tecnológico para edificações habitacionais**: utopia ou desafio? São Paulo: FAUUSP, 1990 (Tese de Doutorado).

OLIVEIRA, Isabel C. E. **Estatuto da Cidade, para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/ DUMA, 2001. 64p.

OLIVEN, Ruben G. **A antropologia de grupos urbanos**. 5ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

ORNSTEIN, Sheila W. **Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, 1992.

PELTO, Pertti J. **Iniciação ao estudo da Antropologia**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS - PMF. **Diretrizes para implantação da política municipal de habitação**. Relatório sintético do Seminário de Habitação de Florianópolis - Projeto Bom Abrigo. Florianópolis: PMF/ Secretaria Municipal da Saúde e do Desenvolvimento Social, 1999.

\_\_\_\_\_. **Documento Agenda Florianópolis 21**. Florianópolis: PMF, Documento do Habitat II, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política habitacional de Florianópolis**. Versão preliminar. Florianópolis: PMF, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sistema Integrado de Transporte**. Florianópolis, 2004. Disponível em: <[http://www.pmf.sc.gov.br/governo/sit/sistema\\_integrado\\_transporte.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/governo/sit/sistema_integrado_transporte.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2005.

REIS, Antônio Tarcísio da L; LAY, Maria Cristina D. Tipos arquitetônicos e dimensões dos espaços da habitação social. **Ambiente Construído**. Porto Alegre: ANTAC, 2002. v.2, n.3, p. 7-24. Disponível em: <<http://www.antac.org.br/ambienteconstruido/pdf/artigos/doc1926.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2004.

RIAL, Carmen. Da casa açoriana à casa decorada: a transformação do espaço doméstico na ilha de Santa Catarina. In: FONSECA, Claudia (Org). **Cotidiano e Gênero**. Cadernos de Antropologia. Porto Alegre: Programa de pós-graduação em Antropologia Social/ UFRGS, 1991. n. 3, p. 33 - 48.

ROBALINHO, Veronica C. **Loteamentos proletários e autoconstrução: um estudo de caso no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: COPPE/PUR/UFRJ, 1980. (Dissertação - Mestrado).

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989. - (Repensando a Geografia).

ROMÉRO, Marcelo de A; ORNSTEIN, Sheila W. **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Porto Alegre: ANTAC, 2003. - (Coleção Habitare).

SANTOS Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto, 1988.

SILVA, Elvan. **Geometria funcional dos espaços da habitação**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1982.

SILVEIRA, Wilson Jesus da C. **Geração de renda através de obras sociais para viabilização econômica das comunidades**. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2000. 201 f. (Tese - Doutorado).

SISTEMA NACIONAL DE INDICADORES URBANOS - SNIU. Versão Preliminar 2002 [S.l.]. Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=section&id=49&menuid=474&menupid=213&menutp=habitação>>. Acesso em: 07 mar. 2005.

SOCIOAMBIENTAL, Consultores Associados Ltda. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno da Estação Ecológica de Carijós - Florianópolis/SC**. Vegetação, Usos do Solo e seus Principais Impactos. Dispositivos Legais Incidentes na Região. Apoio Fundação Nacional do Meio Ambiente. Florianópolis, Setembro 2002.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal**: as bases comportamentais de projetos e planejamentos. São Paulo: EPU/USP, 1973.

SOUZA, Marina Éster F. de. **Apropriação do espaço da moradia**: uma maneira de marcar o território individual. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1999. 200 f. (Dissertação - Mestrado).

SZÜCS, Carolina P. **Apropriação e modificação dos espaços da casa**: inventário de soluções populares. 1997. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: FUNPESQUISA/GHab/ARQ/UFSC, 1997.

#### REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABIKO, Alex K; ORNSTEIN, Sheila W (Editores). **Inserção urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da habitação de Interesse Social**. São Paulo: FAUUSP, 2002 (Coletânea Habitare/FINEP, 1).

ALTA; Nur Esin; ÖZSOY, Ahsen. Spatial adaptability and flexibility as parameters of user satisfaction for quality housing. In: **Building and Environment**, 1998. Vol. 33, Issue 5, p. 315-323.

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. In: **Espaço e Debates**. São Paulo: 1991. n. 34

BLAY, Eva A. Crise Urbana ou Crise da reprodução do Capital? In: BLAY, Eva A (Org.). **A luta pelo Espaço**: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978. p. 9-17.

\_\_\_\_\_. Habitação: a Política e o Habitante. In: BLAY, Eva A (Org.). **A luta pelo Espaço**: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1978. p. 75-86.

BODUNKI, Nabil (Org.). **Origens da Habitação social no Brasil**. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade - FAPESP, 1998.

BOLLAFI, Gabriel. Habitação e Urbanismo: O problema e o Falso Problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979. p.37 - 70. - (Coleção Urbanismo).



ENGELS, F. **El problema de la Vivienda y las Grandes Ciudades**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli SA, 1978.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - Divisão de edificações. **Manual de tipologias de Projeto e de racionalização das intervenções por ajuda mútua**. São Paulo: IPT; Secretaria de Ciências e Tecnologia, 1987.

KAITILLA, S. Post-Occupancy Evaluation in self-help housing schemes : Tensiti Settlement, Lae, PNG. In: **Cities**, 1994. Vol. 11, Issue 5, p. 312-324.

MARMOT, Alexi Ferster. Flats fit for families: an evaluation of post-occupancy evaluation. In: **Design studies**, 1983. vol. 4, nº 2, p. 92 - 99.

ORNSTEIN, Sheila W.; BRUNA, Gilda C.; ROMÉRO, Marcelo A. **Ambiente Construído e comportamento**: A avaliação e a qualidade ambiental. São Paulo: Studio Nobel, FUPAM FAUUSP, 1995.

PREISER, Wolfgang F. E. The habitability framework: a conceptual approach towards linking human behaviour and physical environment. In: **Design Studies**, 1983. Vol. 4, Issue 2, p. 84-91.

RÚBIO, Martha S. **A relação entre o projetista e usuário na habitação popular**. São Paulo: FAU, 1980. p. 22 - 30.

TAMAKI, Teru. **Sujeito/objeto na arquitetura**. A cesta básica do morar. Editora Teru Tamaki, 1997.

RYBCKZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma idéia. Tradução: Betina Von Staa. Rio de Janeiro: Record, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). **Repensando a Habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1983.

VERÍSSIMO, Francisco S; BITTAR, William S. M. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VOORDT, Theo J.M. van der. "Building Adaptable Housing - From Theory to Practice: Current Developments in the Netherlands". In: **Architecture & Behaviour**, 1990. vol. 6, nº 1, p. 17 - 38.



## APÊNDICE A

### CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA PARTICIPANTE

Borda (1988) define a Pesquisa Participante (PP) como uma metodologia de pesquisa voltada para as necessidades de populações que compreendem as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. Haguette (1997) define o método como um processo de investigação, de educação e ação, cujos elementos mais relevantes são:

- A realização concomitante da investigação e da ação;
- A participação conjunta de pesquisadores e pesquisados;
- A proposta político-pedagógica a favor dos oprimidos (opção ideológica);
- O objetivo de mudança ou transformação social.

Brandão (1988) apresenta como princípios fundamentais da PP:

- a) A possibilidade de sujeitos e grupos populares serem os produtores diretos ou os participantes associados do próprio saber orgânico de classe. Um saber que oriente a ação coletiva e que seja plenamente crítico e científico, do seu ponto de vista;
- b) O poder de determinação de uso e do destino político do saber produzido pela pesquisa;
- c) O lugar e as formas de participação do conhecimento científico erudito e de seu agente profissional do saber no trabalho com a comunidade objeto da pesquisa.

Pode-se depreender, com base nestes princípios, a relação fundamental entre sujeito e objeto de pesquisa que esse método pressupõe, fundamentada no conhecimento da experiência de vida da comunidade em estudo (saber popular) e no direcionamento das atividades em seu benefício, ou seja, na PP a comunidade passa a ser o sujeito de investigação sobre sua própria realidade (HAGUETTE, 1997).

A pesquisa participante difere do método científico tradicional (baseado em análises quantitativas, experimentos de laboratório, etc) por tratar-se de uma intervenção num grupo social real, a qual envolve os valores essenciais das pessoas e sua vida cotidiana. Um outro fator diferencial desse método é que a intervenção ocorre numa escala restrita, o que possibilita melhor controle do

processo de investigação e uma avaliação mais rigorosa e aprofundada dos dados obtidos (HAGUETTE, 1997).

Em contrapartida, uma das maiores limitações impostas pela PP (assim como os demais métodos qualitativos) aos pesquisadores que buscam compreender organizações, grupos e comunidades do mundo real é a dificuldade de inserção em seu objeto de estudo. Conseguir permissão para estudar aquilo que se pretende, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários são tarefas difíceis e ainda pouco discutidas metodologicamente (BECKER, 1999).

As técnicas de coleta de dados comumente utilizadas numa PP são a observação participante, o questionário e as entrevistas.

#### **A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE**

A origem da técnica de observação participante é bastante contraditória, sendo atribuída por uns à Antropologia e por outros à Sociologia. Entre as décadas de 30 e 50 essas duas ciências passaram a utilizar técnicas de abordagem do real semelhantes no tocante à participação do pesquisador no local de pesquisa, bem como a necessidade de se considerar o ponto de vista dos pesquisados (HAGUETTE, 1997). Apesar das semelhanças num primeiro momento, os enfoques das duas disciplinas são bastante diferentes entre si. De acordo com Haguette (1997):

Enquanto a antropologia busca o “sentido das coisas” para melhor compreender o funcionamento de uma sociedade primitiva ou de um grupo humano, a sociologia - em sua vertente interacionista - fá-lo porque acredita que a organização societal está assentada nos “sentidos”, nas “definições” e nas “ações” que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de interação simbólica do dia-a-dia. (HAGUETTE, 1997: 67).

Bruyn (1966 apud HAGUETTE, 1997) defende que a observação participante consiste num processo de interação entre a teoria e métodos geridos pelo pesquisador na sua busca de conhecimento da sociedade. Para este autor, o principal requisito de uma ciência empírica é o respeito pela natureza do objeto de estudo. De maneira geral, essa técnica pode ser definida como a coleta de dados pelo pesquisador através de sua participação na vida cotidiana da população pesquisada. De acordo com Becker (1999):

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparou normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que ele tem sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, 1999: 47).

## APÊNDICE B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PÓSARQ  
Pesquisa: Mestrado/ Adriana Cordeiro

Entrevista nº \_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Entrevistador \_\_\_\_  
Lote nº \_\_\_\_ Casa nº \_\_\_\_

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA

##### CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES

1. Quantas pessoas residem nesta casa? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
2. Origem da família: Bairro \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_
3. Quantidade de: Homens \_\_\_\_\_ Mulheres \_\_\_\_\_ Crianças (0 a 12 anos) \_\_\_\_\_
4. Qual a ocupação do chefe de família? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
5. Quantas pessoas trabalham fora? \_\_\_\_\_
6. Escolaridade: Chefe de família \_\_\_\_\_  
Cônjuge \_\_\_\_\_ 7. Tem filhos na escola? \_\_\_\_\_ Quantos? \_\_\_\_\_

##### CARACTERÍSTICAS DO LOTE/ IMÓVEL

1. Aquisição do lote: \_\_\_\_ à vista \_\_\_\_ parcelado \_\_\_\_ financiado
2. Financiamento: \_\_\_\_ banco \_\_\_\_ outro 3. Período: \_\_\_\_\_
4. Ocupação do lote: \_\_\_\_ unifamiliar \_\_\_\_ multifamiliar
5. Ocupação do imóvel: \_\_\_\_ próprio \_\_\_\_ alugado \_\_\_\_ cedido \_\_\_\_ outros
6. Quem construiu a edificação? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. Quais materiais de construção foram utilizados? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
8. Você é o primeiro proprietário? \_\_\_\_\_
9. Caso não seja o 1º proprietário, por que adquiriu este imóvel? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
10. Nº de pavimentos: \_\_\_\_ 11. Idade da habitação: \_\_\_\_\_
12. Após a aquisição do lote, quanto tempo levou para você iniciar a construção? \_\_\_\_\_

##### CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO

1. Relação de ambientes: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

##### PERGUNTAS APENAS PARA AUTOCONSTRUTORES

2. O que foi construído inicialmente? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
3. Por qual cômodo você iniciou a construção e por quê? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
4. Como foi a construção da casa (período, nº de pessoas trabalhando, etc)? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
5. Quais os fatores que influenciaram o desenho da casa? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
6. O que influenciou o dimensionamento dos cômodos? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
7. O imóvel já foi reformado? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
8. Quando e por quê ocorreu a primeira reforma? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
9. Quais cômodos foram reformados? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

---

---

10. Quais os principais motivos da (s) reforma (s) realizada (s)?

---

---

---

---

11. Como se dá a circulação e a privacidade nos ambientes?

---

---

---

12. Você acha que a casa é mais desconfortável no verão ou no inverno?

---

---

13. É grande a necessidade de acender a luz durante o dia?

---

---

14. O tamanho dos cômodos atrapalha a realização de alguma das atividades domésticas?

---

---

---

---

---

15. O que você gostaria de modificar em sua casa atualmente?

---

---

16. Por favor, você poderia desenhar como a casa era originalmente?

### CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS

1. Como você se sente na sua casa (se sente bem, mal)?  
E com relação ao espaço disponível? Fale sobre sua casa:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

2. Você está satisfeito com a sua casa?

---

---

---

---

---

3. Se você fosse construí-la novamente, faria do mesmo jeito? O que você modificaria?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

4. Como você utiliza os espaços da casa?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE C

### QUADROS DE ATIVIDADES, INVENTÁRIO DE MOBILIÁRIO E DE ARRANJO FÍSICO DOS EQUIPAMENTOS

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PÓSARQ

Pesquisa: Mestrado/ Adriana Cordeiro

Entrevista nº \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistador \_\_\_\_\_

Lote nº \_\_\_\_\_ Casa nº \_\_\_\_\_

QUADRO DE ATIVIDADES E RESPECTIVOS LOCAIS PREDOMINANTES DE REALIZAÇÃO

ATIVIDADE BÁSICA	ITEM	SUB-ATIVIDADE BÁSICA	QC	QS	EJ	Cz	Bwc	AS	Otr*	COMENTÁRIOS
Repouso	1	Dormir								
	2	Descansar, ler deitado								
	3	Convalescer de enfermidade								
	4	Tratar de enfermos								
	5	Alojar hóspedes eventuais								
Convívio familiar e social	6	Fazer refeições coletivamente								
	7	Receber visitantes								
	8	Conversar								
	9	Ouvir música								
	10	Assistir à televisão								
Alimentar	11	Atender ao telefone								
	12	Guardar gêneros alimentícios								
	13	Guardar utensílios de cozinha								
	14	Preparar alimentos								
	15	Cozinhar refeições								
Higiene pessoal	16	Fazer refeições rápidas								
	17	Lavar utensílios de cozinha								
	18	Eliminar resíduos								
	19	Tomar banho								
	20	Lavar o rosto e as mãos								
Lazer e recreação	21	Barbear-se								
	22	Pentear os cabelos								
	23	Escovar os dentes								
	24	Trocar de roupa								
	25	Fazer exercícios físicos								
Estudo	26	Necessidades fisiológicas								
	27	Descansar								
	28	Ler								
	29	Praticar jogos de mesa								
	30	Brincar								
Vestuário	31	Realizar passatempo**								
	32	Ler								
	33	Realizar tarefas escolares								
	34	Realizar trabalhos manuais								
	35	Reunir roupa suja								
Guarda de pertences diversos	36	Lavar roupa								
	37	Secar roupa								
	38	Passar ferro								
	39	Costurar								
	40	Guardar roupas e calçados								
	41	Guardar objetos pessoais								
	42	Guardar material escolar								
	43	Guardar mat. de manutenção doméstica								
	44	Guardar ferramentas leves								
	45	Efetuar pequenos reparos								
	46	Guardar bicicletas e aparelhos grandes								

Legenda: QC - qto casal/ QS - qto solteiro/ EJ - estar e jantar/ Cz - cozinha/ Bwc – banheiro/ AS – área de serviço/ Otr – outro

\* Especificar ambiente/local: \_\_\_\_\_ \*\* Especificar atividade: \_\_\_\_\_









## ANEXO A

**CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO MÉTODO DO INDICADOR DE FUNCIONALIDADE DA HABITAÇÃO\***

## QUARTO DO CASAL

QUESITOS DE QUANTIDADE

## A1) EQUIPAMENTO MÍNIMO

O espaço deve comportar, no mínimo, uma cama de casal, duas mesas de cabeceira, um roupeiro de três ou quatro portas (duas em situação precária) e uma cômoda.

## B1) EQUIPAMENTO ADICIONAL

É desejável que, além do equipamento mínimo, seja possível a colocação de uma ou duas peças adicionais, tais como a cômoda ou cama infantil.

QUESITOS DE QUALIDADE

## A) ROUPEIRO E SUA PROXIMIDADE DA PORTA

Os roupeiros e áreas de utilização devem ser colocados o mais próximo possível da entrada, evitando-se a obrigação de contornar a cama para serem atingidos; o posicionamento da porta a 60cm/ 70cm do ângulo das paredes é essencial para a implantação do equipamento e que no posicionamento da porta, localizada no ângulo das paredes, o que representa um moderado prejuízo no aspecto da circulação, pela relativa obstaculização da entrada.

## B) ÁREAS DE CIRCULAÇÃO E UTILIZAÇÃO

As áreas de circulação e de utilização do equipamento devem atender aos tamanhos mínimos, tolerando-se apenas a existência de banco ou cadeira, sempre que a passagem tiver 60cm ou mais de largura.

## C) ACESSIBILIDADE À JANELA

A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ ou o funcionamento da janela, que deverá ser atingível através de uma passagem com largura não inferior a 55cm/ 60cm,

---

\* LEITE, Luis C. R. Indicador de Funcionalidade da Habitação. In: LEITE, Luis Carlos R. **Habitação de Interesse Social: metodologia para análise da funcionalidade**. Estudo de caso do Projeto Chico Mendes - Florianópolis/ SC. Florianópolis: PPGE/ UFSC. P. 94-99. (Dissertação - Mestrado).

tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou a pelo menos 60% desta, como solução precária.

#### D) OTIMIZAÇÃO

As áreas de circulação e utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de se obter otimização no uso do espaço livre.

### QUARTO DOS FILHOS

#### QUESITOS DE QUANTIDADE

##### A 1) EQUIPAMENTO MÍNIMO

O espaço deverá comportar, no mínimo, uma cama de solteiro ou beliche nos quartos com menos de 7,50m<sup>2</sup>, ou duas camas de solteiro ou beliche para dormitórios com mais de 7,50m<sup>2</sup>. Uma ou duas mesas de cabeceira, um roupeiro de duas portas para dormitórios com menos de 7,50m<sup>2</sup> ou um roupeiro de três portas ou dois de duas portas para dormitórios com mais de 7,50m<sup>2</sup>, uma mesa de estudo e cadeira.

##### B 1) EQUIPAMENTO ADICIONAL

É desejável que, além do equipamento mínimo, seja possibilitada a colocação de uma ou mais peças de equipamento, como cômoda, preferencialmente uma estante de livros e pertences diversos, no caso de filhos em idade escolar.

#### QUESITOS DE QUALIDADE

##### A) ROUPEIRO E SUA PROXIMIDADE DA PORTA

Os roupeiros e áreas de utilização devem ser colocados o mais próximo possível da entrada, evitando-se a obrigação de contornar a cama para serem atingidos; o posicionamento da porta a 60cm/ 70cm do ângulo das paredes é essencial para a implantação do equipamento e que no posicionamento da porta, localizada no ângulo das paredes, o que representa um moderado prejuízo no aspecto da circulação, pela relativa obstaculização da entrada.

##### B) ÁREAS DE CIRCULAÇÃO E UTILIZAÇÃO

As áreas de circulação e de utilização do equipamento devem atender aos tamanhos mínimos, tolerando-se apenas a existência de banco ou cadeira, sempre que a passagem tiver 60cm ou mais de largura.

#### C) ACESSIBILIDADE À JANELA

A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ ou o funcionamento da janela, que deverá ser atingível através de uma passagem com largura não inferior a 55cm/ 60cm, tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou a pelo menos 60% desta, como solução precária.

#### D) OTIMIZAÇÃO

As áreas de circulação e utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de se obter otimização no uso do espaço livre.

### SALA DE ESTAR E JANTAR

#### QUESITOS DE QUANTIDADE

##### A 1) EQUIPAMENTO MÍNIMO

O espaço deverá comportar, no mínimo, um sofá-cama para três pessoas, uma poltrona para habitação com até dois quartos ou duas poltronas para habitação com três quartos, mesa de refeições para de quatro a oito comensais, uma estante e uma mesa auxiliar, de centro ou de canto.

##### B 1) EQUIPAMENTO ADICIONAL

É desejável que seja possível a colocação de equipamento adicional, como outra poltrona, balcão ou mesa própria para televisor, etc.

#### QUESITOS DE QUALIDADE

##### A) ÁREAS DE CIRCULAÇÃO E UTILIZAÇÃO (CIRCULAÇÃO LIVRE)

As áreas de circulação e utilização do equipamento devem preservar uma faixa de passagem livre com largura não inferior a 55cm/ 60cm, ligando as portas que acendem ao ambiente.

##### B) ÁREA LIVRE CENTRAL

A disposição do equipamento deverá preservar uma área livre de móveis e outros objetos, de modo a corresponder a um círculo com diâmetro de 1,30m/ 1,50m.

##### C) ACESSIBILIDADE À JANELA

A implantação do equipamento não deverá dificultar o acesso e/ ou o funcionamento da janela, que deverá ser atingível através de uma passagem com largura não inferior a 55cm/ 60cm, tolerando-se a largura de 40cm em situação crítica; deve ser garantido o acesso a toda a largura da janela ou a pelo menos 60% desta, como solução precária.

#### D) OTIMIZAÇÃO

As áreas de circulação e utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de se obter otimização no uso do espaço livre.

### COZINHA

#### QUESITOS DE QUANTIDADE

##### A 1) EQUIPAMENTO MÍNIMO

Comportar, no mínimo, um balcão com pia, um refrigerador, um fogão, um armário suspenso e um balcão auxiliar ou mesa de trabalho.

##### B 1) EQUIPAMENTO ADICIONAL

Comportar uma mesa auxiliar para trabalho com o operador sentado, para a tomada de refeições informais, com capacidade para duas a quatro pessoas.

#### QUESITOS DE QUALIDADE

##### A) PASSAGEM LIVRE

Preservar uma passagem livre com largura não inferior a 90cm.

##### B) RELAÇÃO FOGÃO E JANELA

O fogão deverá ficar próximo à janela e não confrontar com o refrigerador.

##### C) ABERTURA DE PORTAS DE EQUIPAMENTOS

A abertura da porta do refrigerador e/ ou forno não deve ocupar o espaço adjacente ao balcão da pia e/ ou mesa auxiliar de trabalho.

##### D) PROXIMIDADE DO REFRIGERADOR

O refrigerador deverá ficar próximo à porta de acesso ao interior da residência.

### BANHEIRO

#### QUESITOS DE QUANTIDADE

##### A 1) EQUIPAMENTO MÍNIMO

O espaço deverá comportar a instalação de, no mínimo, um lavatório, um vaso sanitário e um chuveiro, atendendo às dimensões próprias e áreas de utilização.

**B 1) EQUIPAMENTO ADICIONAL**

É desejável que, além do equipamento mínimo, seja possível a instalação de um bidê ou de uma ducha higiênica.

**QUESITOS DE QUALIDADE****A) OTIMIZAÇÃO**

As áreas de circulação e utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de se obter otimização no uso do espaço livre.

**B) UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA**

O banheiro deve, se possível, permitir a utilização simultânea por mais de um usuário.

**C) ILUMINAÇÃO NATURAL**

O lavatório e o armário com espelho devem ficar próximos da janela, considerando-se 1,0m como plenamente satisfatório e mais de 2,0m como insatisfatório.

**D) PRIVACIDADE**

O uso do banheiro não deve constranger visual ou auditivamente os usuários da habitação, em que ocorre quando há a compartimentação do lavatório em relação aos demais aparelhos. Os ruídos durante o uso do lavatório constroem as outras pessoas.

**ÁREA DE SERVIÇO****QUESITOS DE QUANTIDADE****A 1) EQUIPAMENTO MÍNIMO**

Comportar, no mínimo, um tanque e uma máquina de lavar roupas, mesmo que a mesma não vá ser instalada de imediato.

**B 1) EQUIPAMENTO ADICIONAL**

Comportar equipamento adicional, como secadora de roupa ou centrífuga.

**QUESITOS DE QUALIDADE****A) ABERTURA PARA O EXTERIOR**

Ser aberta para o exterior em uma das paredes de maior dimensão.

B) CIRCULAÇÃO E UTILIZAÇÃO

Dispor de espaço suficiente para circulação e utilização do equipamento.

G) ESPAÇO PARA DEPÓSITO DE MATERIAL DE LIMPEZA E ROUPAS E TÁBUA DE PASSAR ROUPAS

Dispor de espaço, preferencialmente atrás da porta de acesso, de lugar para instalação de armário ou prateleiras para o armazenamento.

D) OTIMIZAÇÃO

As áreas de circulação e utilização do equipamento deverão ser superpostas, a fim de se obter otimização no uso do espaço livre.